

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E OITO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E CATORZE -----

----- **ATA NÚMERO QUARENTA E SEIS** -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e catorze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em Sessão Extraordinária, primeira reunião, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pela Excelentíssima Senhora Patrocínia vale César, Primeira Secretária em exercício, e pela Excelentíssima Senhora Rosa Carvalho da Silva, Segunda Secretária em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães

Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Jaime Correia da Silva Marques, Miguel Martins Agrochão, Rui Manuel Moreira Vidal Simões, Maria Cândida Cavaleiro Madeira, Isabel Cristina Rua Pires, João Ricardo Vasconcelos, Patrícia Caetano Barata e Nelson Pinto Antunes. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira e André Moz Caldas. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, à *contrário sensu*, na linha d) do nº. 1, do artigo 3º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º. Do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Miguel Tiago (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Miguel Agrochão.-----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetana Barata. -----

----- Margarida Maria da Silva de Almeida Saavedra (PSD), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Miguel Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Francisco Maia. -----

----- Pedro Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jaime Correia da Silva Matos. -----

----- Sandra Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria Cândida Cavaleiro Madeira.-----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Rui Manuel Moreira Vidal Simões. -----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Pires.-----

----- Mariana Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Ricardo Vasconcelos.-----

----- Foram, ainda, justificadas as faltas, relativas à 45ª reunião da Assembleia Municipal, realizada em vinte e um de outubro de 2014, aos seguintes Deputados Municipais: -----

----- Vasco Morgado, Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por motivo de ausência profissional;-----

----- Tiago Albuquerque Teixeira, por motivo de ausência profissional. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente António Costa, pelo Senhor Vice-Presidente Fernando Medina e pelos Senhores Vereadores: José Sá Fernandes, Paula Marques, Duarte Cordeiro, Manuel Salgado, João Afonso, Jorge Máximo e Catarina Vaz Pinto.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Paulo Quaresma, António Prôa, João Pedro Goncalves Pereira, Carlos Moura e Alexandra Duarte. -----
----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----
----- Seguidamente, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Senhores Deputados, vamos dar início à nossa sessão. -----
----- Há várias informações que a Mesa quer transmitir, pelo que peço o vosso silêncio, Senhores deputados, por favor. -----
----- Sei que estão em negociações sobre redações das moções, mas pedia o vosso silêncio.-----
----- Nós, hoje, temos uma ordem de trabalhos muito preenchida. -----
----- Temos nove pessoas inscritas para falar no período de intervenção aberto ao público, portanto temos aqui um período de intervenção do público bastante animado, e queria informar os Senhores Deputados que deu entrada, ontem, na Assembleia Municipal, mais uma petição, pedia a vossa atenção, Senhores Deputados, deu entrada, ontem, mais uma petição e que é a petição número nove, e que é relacionada com o ruído dentro dos limites da lei em defesa do património, ambiente e segurança e desenvolvimento turístico sustentável, é o que pedimos para Lisboa. É subscrita por moradores dos Bairros Históricos de Lisboa, e tem seiscentas e vinte e quatro assinaturas. Nós, hoje, na Ordem do Dia, vamos tratar desta matéria, mas ficamos desde já, avisados que a matéria não está encerrada uma vez que vamos ter de nos debruçar sobre ela, por causa da petição, a Mesa dará a divulgação necessária à petição e a baixa às comissões para ela ser apreciada. E saúdo, naturalmente, os peticionários pela petição que aqui trazem.”-----
----- Seguidamente, a **Senhora Presidente**, nos termos regimentais, abriu o período destinado à intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- **Senhora Maria de Lourdes Duarte**, moradora na Rua Elina Guimarães, 53 - Quinta do Chão Duro, fez a seguinte intervenção:-----
----- *“Muito boa tarde. Os meus cumprimentos e saudações à Assembleia, que é a primeira vez que a conheço. As minhas saudações à Senhora Arquiteta Helena Roseta.-----*
----- *Eu presumo que não esteja no sítio certo, nem à hora certa, mas foi para aqui que me enviaram em desespero de causa. O que se passa é o seguinte: -----*
----- *Em 2002 foi apresentado à Câmara Municipal de Lisboa um projeto de demolição e construção de uma vivenda no Bairro de Caselas. O referido projeto foi rejeitado por incumprimento no disposto nas alíneas a) e e) do número 7 do artigo 42 do RPDML do antigo Código RJUE (ver página 308)-----*
----- *Foi posteriormente apresentada uma comunicação prévia por parte do proprietário. Prometendo alterar o projeto de forma a cumprir o deliberado. -----*
----- *Em janeiro do corrente ano começaram as obras e em julho começou a edificação propriamente dita.-----*

----- *Essa construção é exatamente o projeto que havia sido rejeitado, com algumas agravantes.*-----

----- *Ao verificar que nem sequer a distância de 1.50 em relação ao muro separador da vivenda confinante existia, nº 15 de minha propriedade, pedi na Câmara informação sobre a legalidade da obra.*-----

----- *Desse pedido resultou a primeira e única vistoria à obra (1 de agosto do corrente ano). Em consequência dessa vistoria foi decretado o embargo da obra, por não existir licença de obra, não respeitar a distância acima referida e pela existência de 20 metros quadrados de cave a mais.*-----

----- *Esqueceu-se essa vistoria de considerar o disposto na primeira rejeição, no que diz respeito à tipologia e morfologia da zona. Durante os 50 últimos anos assisti à construção de muitas novas moradias e nunca foi permitida a construção de todas as janelas na fachada lateral. É certo que em algumas vivendas foi permitida a construção de pequenas janelas ou portas, mas nunca de três janelas monumentais no primeiro piso e de uma porta/janela no rés-do-chão que ocupa mais de metade da fachada lateral. Já no presente ano foram rejeitados pela Câmara dois projetos por causa de janelas da fachada lateral.*-----

----- *Ou seja, na minha casa, no meu terreno não existem 10 centímetros que não sejam visíveis do lado do vizinho.*-----

----- *Isto é uma rua inclinada, em que o desnível de umas casas para as outras é de 30 a 40 centímetros. Pretende o proprietário aumentar o logradouro traseiro e lateral em um metro, sem muros de contenção de terras, o que deixa indignados os outros moradores. Neste caso já não sou só eu, mas o facto de a uns ser permitida uma coisa e a outros, outra coisa indigna grande parte dos moradores.*-----

----- *Parece-me de todo ilógico, numa altura em que a Câmara tem preocupações graves com a permeabilidade da cidade, se deixe construir de uma forma absolutamente inédita.*-----

----- *Acontece que o proprietário da obra é arquiteto e já várias vezes me disse que tem muitos amigos na Câmara, incluindo colegas de curso. Eu e os outros moradores não temos, mas temos algumas mais-valias:*-----

----- *1 – A certeza que temos razão;*-----

----- *2 – A convicção de que vivemos num estado de direito e de que a Câmara Municipal de Lisboa é uma pessoa de bem;*-----

----- *3 – O artigo do PDM nº 164 que diz “toda a negligência será punida”.*-----

----- **Senhor Júlio de Sousa Piscarreta**, morador na Rua Nelson de Barros nº 17, 1º esq. 1900-354 Lisboa, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Caros participantes, Senhora Presidente, muito boa tarde.*-----

----- *Os signatários da 5ª Petição 2014 – à AML a 28 outubro de 2014.*-----

----- *Na discussão de hoje do Parecer da Sétima Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto acerca da Petição nº 5/2014 “Contra o encerramento/relocalização da Biblioteca Municipal da Penha de Franca, apelamos, na convicção de que a Assembleia Municipal não é (não pode ser) um simples “muro*

das lamentações” dos munícipes, a que todos os cidadãos que aqui nos representam tomem uma posição ao mesmo tempo esclarecida e esclarecedora. -----

----- Do nosso ponto de vista, três pontos obstam à aprovação do presente parecer:

----- Primeiro - Até agora, não houve resposta à principal questão dos peticionários — com que legitimidade se transfere um espaço destinado à instrução e usufruto de todos os munícipes para efeitos de ampliação de instalação de uma junta de freguesia, sem inquérito público, discussão pública de alternativas, e sem ser conhecido o parecer da tutela (Vereação da Cultura) que avalie e aprove as consequências de transferência da Biblioteca. -----

----- A existir, o ato administrativo em que deveria assentar a decisão de realocização da Biblioteca, não poderia desconhecer a deliberação que resultou da proposta Biblioteca XXI (249/2102), que não se pronuncia pela necessidade de tal realocização, como sabem. -----

----- Desconhecemos se os representantes dos partidos foram ouvidos para esta decisão e muito menos que opinião defenderam sobre a necessidade, a oportunidade e as alternativas da proposta. Os peticionários só foram ouvidos, como sabem, depois de uma recomendação da própria Presidente da Assembleia Municipal nesse sentido, e já depois de redigido um 1º Parecer, pondo em marcha a elaboração de um programa funcional para a realocização por nós contestada, isto é, para a Rua Francisco Pedro Curado; -----

----- Segundo — sobre esse Programa Funcional apresentado à posteriori muitas dúvidas se nos oferecem, que pormenorizamos num documento que apresentamos à mesa e já foi enviado aos partidos, mas que aqui resumimos: ”resultado de uma análise elaborada com base na auscultação da BAD — Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas” -----

----- Não se justifica que grande parte deste documento se centre numa análise do freguês tipo da Penha de França e nas vantagens da centralidade do novo espaço em relação a esta. Repetimos que a biblioteca é municipal e pública, devendo atender a todos os leitores, de qualquer nacionalidade, proveniência, faixa etária ou classe social. A caracterização de um leitor tipo ofende os leitores reais que são os peticionários, e revela o mesmo espírito paroquial que levou à confusão de poderes entre Município de Lisboa e junta de freguesia da Penha, na base desta decisão. -----

----- O Plano apresenta falhas ao nível da organização de espaços e serviços, na definição de espaços de circulação e até na previsão de tipos de utilização por diferentes públicos. -----

----- O pouco espaço existente na “zona do atendimento” entre o atendimento e os periódicos é uma das primeiras incongruências. -----

----- Uma zona de entrada de público, em especial na zona de atendimentos e empréstimo numa biblioteca, é um espaço natural para concentração de pessoas e que por esta razão potenciam a conversa e um tom de voz mais elevado. -----

----- Outra decisão estranha é a de colocar a “zona de estudo” junto ao “espaço das crianças”. Qualquer pessoa compreende que se o objetivo é ter utilizadores, temos aqui uma situação de conflito permanente. Nunca se deve juntar no mesmo espaço,

públicos que fazem um uso diferenciado. Uma “zona de estudo e consulta” para um público adulto nunca poderá ser dividida com uma “zona para crianças”. Neste caso concreto dificilmente podemos dizer que temos duas zonas; objetivamente é um único espaço. Ainda quanto a este espaço também estranhámos a não existência de lugares sentados no espaço da coleção infantil. É verdade que as novas indicações para espaços infantis recomendam que devem existir espaços para leitura informal e descontraída potenciando a apropriação do espaço fora de contextos formais. Ainda assim, ter um “espaço para crianças” apenas com puffs (5) e sem um único lugar sentado (mesas/cadeiras), numa zona partilhada com os adultos onde existem mesas e cadeiras vai com toda a certeza criar situações de conflito entre os públicos. -----

----- Como se pode argumentar que a nova localização da biblioteca está mais próxima das escolas, mas depois não se prevê um espaço na biblioteca para crianças com idade escolar, mesas e cadeiras? -----

----- Acresce a esta decisão o enorme retrocesso face às qualidades do espaço infantil atual. -----

----- Também não entendemos a ideia de ter um depósito de circulação para regularmente ir mudando a coleção... Quem vai fazer este trabalho? -----

----- No fundo, tememos que este depósito de circulação seja uma forma de escamotear a real diminuição de acervo na passagem de uma biblioteca para outra. --

----- Terceiro: Orçamento — pedimos, mas não nos foi facultada, a relação de custos desta mudança. Relembramos que em 2009 foram feitas obras na atual Biblioteca da Penha de 18500 euros, que a Junta de Freguesia da Penha de França aprovou a 8/05/2014 uma quantia de pelo menos 40 000 euros para o alargamento das instalações, e precisamos, em tempo de crise, de saber quanto mais se gastará ainda com a conversão de um equipamento que muito dificilmente se presta a funcionalidades de biblioteca. -----

----- Vimos aqui, mais uma vez, porque: não queremos que uma decisão que nunca foi clara nem para os fregueses nem para os municípios em geral (e a Biblioteca e usada por pessoas de varias freguesias vizinhas) se passe em silêncio, que poderia muito bem parecer conivência ou aceitação resignada. -----

----- Sabemos que entre os peticionários há pessoas de diferentes partidos, ainda que unidos pela vontade de intervir ativamente na vida da cidade. Dirigimo-nos, por isso, a todos os partidos sem exceção-----

----- É importante para nós saber quem decide e como decide quando nos representam nos órgãos para que os elegemos.” -----

*----- **Senhor Luís Paisana**, morador na Travessa das Mercês, nº 6 - 4º A 1200-269 Lisboa, fez a seguinte intervenção:-----*

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados Municipais, Executivo, meios de comunicação, municípios dos bairros históricos e municípios da Cidade de Lisboa. -----

----- Cabe-me a mim fazer alguns comentários ao relatório da Segunda Comissão Permanente da Assembleia Municipal e que tomámos conhecimento ontem, sobre o Cais do Sodré e Bairro Alto. -----

----- O primeiro comentário que temos que fazer é que o relatório é uma desilusão total, sobretudo a nível das suas conclusões. Não entendemos a necessidade de haver estas comissões após ter havido recentemente um grupo de trabalho bastante mais alargado sobre o Cais do Sodré e sobre o Bairro Alto, que chegou a conclusões e a medidas que continuamos à espera do “status” da sua implementação. -----

----- Há uma referência à não comparência dos moradores do Bairro Alto na visita ao Bairro Alto. De facto não pudemos estar, mas achamos estranho que face aos diferentes pedidos que os moradores e as associações fazem aos diferentes órgãos da Câmara, na maior parte dos casos são ignorados. Portanto, há aqui uma contradição. Não aparecemos e é referido, quando pedimos audiências normalmente ignoram-nos, na maior parte dos casos. -----

----- De qualquer forma, a nossa opinião é idêntica à que foi referida aquando da visita ao Cais do Sodré. Ou seja, uma vivência total de perturbação pelo barulho que se faz sentir noite e madrugada, bem como a sensação de insegurança e falta de limpeza, com vasilhame espalhado em enormes quantidades, cheiro nauseabundo a urina e outros dejetos, especialmente num espaço que antes era de usufruto público e passou a ser um espaço aberto ao consumo de bebidas alcoólicas, sendo frequentes os comportamentos, social e higienicamente deploráveis. -----

----- Isto é válido para o Cais do Sodré, é válido para o Bairro Alto e é válido infelizmente para muitas zonas de Lisboa. -----

----- Há uma referência no relatório com a preocupação de perder o principal ativo do Bairro, que é a população. O que nós temos estado a assistir é ao despovoamento gradual destas zonas e não vemos nenhuma medida para tentar fixar e segurar as populações. -----

----- As recomendações, ao lê-las, achamos que são meros paliativos, são aspirinas que não curam nenhuma doença e a título de exemplo dou três casos: -----

----- “Aumentar e reforçar as brigadas de limpeza”. Nada se diz sobre as origens do problema do lixo que se acumula; -----

----- “Ações de fiscalização”. Sabemos que a fiscalização não funciona e as medidas atualmente existentes são meras medidas administrativas e que não dissuadem os maus comerciantes de fazer o que entendem. Estamos a falar em multas baixas e que podem ser pagas em várias prestações. Gostaríamos de medidas mais concretas, nomeadamente com reduções de horários, com encerramentos de estabelecimentos. Isso sim, acho que teria algum efeito. -----

----- “Investir e estimular o comércio de qualidade através de ações de marketing, etc.”. Não entendo como é que se pode fazer estes investimentos em marketing quando depois os clientes destes estabelecimentos de qualidade saem à rua e veem multidões, são sujeitos a assaltos, vendedores de droga, vendedores de todos os objetos, garrafas partidas, pessoas a urinar na rua. Acho que há aqui qualquer coisa que não bate uma com a outra. -----

----- Parece-me que a Comissão não fez o seu trabalho de casa e por duas razões: Primeiro porque ignorou ao longo do tempo todas as petições, recomendações, alertas que os moradores têm feito ao longo dos últimos anos. Parece que não teve

em atenção isso, pelo menos no relatório nada está referido sobre isso e nós quando fazemos petições e moções damos soluções, não levantamos apenas o problema. -----

----- Por último dizer que há estudos de outras cidades europeias que eu acho que deviam ter sido vistos, ou poderiam ter sido vistos como soluções para a Cidade de Lisboa. -----

----- Por último um desafio que temos feito a toda a gente e aos Deputados Municipais. Em vez de irem visitar o Bairro Alto e o Cais do Sodré, porque não passarem uma noite ou estarem até às três da manhã na casa de um morador, que nós podemos indicar alguns, para de facto perceberem qual é o problema destas zonas da cidade. -----

----- Muito obrigado.” --- -----

*----- **A Senhora Presidente** referiu: -----*

----- “A Mesa lembra uma disposição, que eu não sei se conhece, que têm direito de petição perante esta Assembleia Municipal quer os cidadãos que subscrevam a petição, como é o caso da petição que nós hoje anunciámos e que é precisamente sobre este tema, quer as organizações de moradores diretamente. Portanto, se porventura a sua associação de moradores quiser fazer também uma petição à Assembleia tem o direito a fazê-lo diretamente, não precisa de recolher assinaturas e terá depois o direito de participar no debate e ser ouvido na Comissão sobre a matéria.

----- É apenas uma sugestão.” -----

*----- **Senhor Miguel Sepúlveda Veloso**, com o email *miguel.veloso@gmail.com*, fez a seguinte intervenção: --- -----*

----- “Boa tarde a todos, boa tarde Senhora Presidente. -----

----- Em primeiro lugar agradecer o facto desta prática da Assembleia Municipal, de disponibilizar documentos antes dos trabalhos para a população poder fundamentar as suas queixas ou os seus pareceres. Uma prática democrática que é com certeza louvável. -----

----- Por outro lado também gostava de referir que houve uma bandeira eleitoral e uma bandeira deste Executivo que dizia respeito a restaurar de alguma forma Lisboa dos bairros. Ora, Lisboa dos bairros não pode ser restaurada atropelando os direitos dos seus próprios moradores e aqui refiro um direito que está constitucionalmente consagrado, que é o direito ao descanso. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa, é lamentável dizer-se mas é verdade, tem incumprido variadíssimas vezes em várias sedes legislativas, como nomeadamente a Lei de Bases do Património, a Lei de Bases do Ambiente, o Plano Nacional de Saúde, que embora não seja legislação tem e refere determinantes de saúde como por exemplo o problema do alcoolismo e do tabagismo. -----

----- Eu acrescento que não sou morador do Cais do Sodré nem do Bairro Alto, sou morador do Largo de Santos. -----

----- Estes problemas que são de facto gravíssimos, na nossa opinião, não resultam de uma análise subjetiva, nem de uma ultra-sensibilidade dos moradores, resultam da situação catastrófica em que os bairros históricos da cidade, devido à forma como a

Câmara ativamente promove a movida noturna, a vida que se tornou praticamente infernal nos bairros históricos. -----

----- Isto não é uma mera queixa nem é uma mera vitimização por parte dos moradores, porque objetivamente olhar para as nossas casas e ver a vandalização das suas portas, das suas janelas, abrir as portas e ter que ter cuidado para não pisar vomitado, urina e outros que passo a descrição porque é sobejamente conhecida. Tudo isto faz parte não, como eu dizia, de uma análise subjetiva, mas da análise objetiva daquilo que nos traz aqui e que será apresentado numa petição que foi entregue ontem e está a circular uma petição online que já tem mais de mil assinaturas, exatamente sobre estes problemas. -----

----- Especificamente em relação a este relatório que nos foi apresentado, como dizia Luís Paisana da Associação de Moradores do Bairro Alto, é de facto lamentável. Há um ponto em específico, que é o ponto nº 8, onde o relatório afirma: -----

----- “A Câmara Municipal de Lisboa deve, após parecer da Junta de Freguesia da Misericórdia, condicionar o trânsito e o estacionamento entre as 22 horas e as 6 horas da manhã nalgumas das ruas ou trecho de rua, de forma a dar-lhes o uso que realmente têm, espaço público de diversão noturna”. -----

----- Mesmo que este ponto venha a ser eliminado do relatório não deixa de ser curioso que numa visita feita por Deputados Municipais tenha sido podido redigir tal ponto. -----

----- Por isso pedimos de facto que haja uma ponderação muito grande na votação deste relatório, para que a Câmara esteja à altura das suas responsabilidades e termos bairros. Que seja a Lisboa dos bairros, como foi amplamente divulgado por altura das eleições. -----

----- Muito obrigado.” --- -----

*----- **Senhor Joaquim Corrêa da Silva**, Rua da Emenda nº58 3º 1200-170 Lisboa, fez a seguinte intervenção: --- -----*

----- Boa tarde Senhora Presidente. Boa tarde Senhores Deputados Municipais. Boa tarde minhas senhoras e meus senhores. -----

----- Eu sou morador na Rua da Emenda, que é ali na zona entre o Camões e o Cais do Sodré e isto hoje parece que é uma ação concertada, porque os dois antecessores que vieram aqui falar também são moradores ali da zona e todos temos o mesmo tipo de reclamação. Portanto, eu partilho de grande parte do que eles disseram. -----

----- No entanto, eu venho cá acrescentar uma outra coisa, que é o seguinte: há cerca de um ano a EMEL instalou na zona onde eu resido uns pilaretes, presumo eu que com vista a transformar aquela zona numa zona de trânsito de acesso condicionado e passado um ano o sistema ainda não foi ativado. Eu fiquei um pouco perplexo com esta demora e a dada altura resolvi interpelar a EMEL através de email. Primeiro tive uma resposta automática a dizer que o assunto tinha sido encaminhado para o serviço competente, que me iria responder, e depois numa segunda tentativa diretamente à Provedora não obtive sequer resposta, o que me parece inaceitável, que uma pessoa se dirija à EMEL a perguntar sobre um assunto destes e que não haja uma resposta. Isto é um problema. -----

----- *Outro problema é a questão da ativação propriamente dita da zona. O que acontece ali é o seguinte: como o Bairro Alto está fechado ao trânsito e Santa Catarina também, aquela zona onde eu resido especificamente é a zona que apanha com o estacionamento de todas as pessoas que vão ali para o Bairro. O estacionamento onde eu moro é absolutamente impossível. Por este motivo parece-me que aquilo fazia sentido, agora, o que me faz confusão é que se aquilo não foi ativado e ninguém me sabe dizer se vai ser ativado, eu não compreendo que tenha sido tomada uma decisão de gastar o dinheiro para instalar o equipamento sem que previamente tivesse sido tomada uma decisão de que o mesmo fosse ativado. Parece-me que há aqui uma inversão da ordem natural das coisas, pelo que venho perguntar se é possível alguém esclarecer-me sobre este assunto.* -----

----- *Muito obrigado.*” --- -----

----- **Senhora Teresa Sá e Melo**, moradora na Avenida de Roma, nº 14, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Boa tarde. Muito obrigada Senhora Presidente por me dar a palavra.*-----

----- *Antes de vir para aqui li bastantes relatórios das diferentes comissões e houve duas questões que me alarmaram: a primeira diz respeito à Biblioteca da Penha de França e a segunda ao Cais do Sodré e zona do Bairro Alto. Começaria por esta.*-----

----- *O relatório da Comissão a propósito das zonas noturnas do Cais do Sodré e do Bairro Alto pede no final nova legislação ao Governo para licenciar comércio e dar segurança aos moradores. Para mim, um relatório que termina desta forma é um manifesto de impotência e completamente disparatado.*-----

----- *Se a Câmara não controla as licenças dos espaços dos comércios, do ruído, da segurança e do descanso dos moradores, para que serve então a Câmara?* -----

----- *Relativamente à questão que me parece ainda mais grave, é a proposta da Câmara de retirar a Biblioteca da Penha de França para alargar o espaço de ação política da Junta de Freguesia aí existente. Por mim, isto é uma proposta escandalosa, é um crime de lesa cultura. Como é possível propor afastar do conhecimento, do convívio de saberes, da leitura, do enriquecimento das almas os seus vizinhos concidadãos, frequentadores da biblioteca de lugar?*-----

-----*O futuro deste País estará mais ligado à presença e à ação daquela biblioteca num palacete do século XVI do que à presença e à ação efémera de políticos e camaradas reunidos naquele palacete.*-----

----- *Essa biblioteca municipal foi criada pelo Estado Novo nos anos sessenta e nem quero acreditar que a dimensão cultural daquele regime político ultrapasse à evidência o atual.*-----

----- *Afastar uma biblioteca do seu nobre espaço habitual não é obra de um espírito elevado. O Senhor Presidente da Câmara não pode tomar aquele palácio de inverno à custa de uma biblioteca, porque no princípio era o verbo, o princípio está na palavra escrita.*-----

----- *Muito obrigada.*” --- -----

----- **Senhora Maria Dores Ribeiro**, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Boa tarde Senhora Presidente. Boa tarde minhas senhoras e meus senhores.*-----

----- *Eu, da direção da APRE, venho-vos apresentar o manifesto que entregámos ao Senhor Vereador João Afonso no passado dia 1 de outubro, dia das comemorações do Dia Internacional das Pessoas Idosas, e diz assim: -----*

----- *«Somos um jovem coletivo de cidadãs e cidadãos idosos. Nesse dia tomámos a iniciativa de visitar algumas das autarquias onde o nosso coletivo está organizado e desenvolve regularmente iniciativas. Queremos com esta saudar o poder local democrático da Segunda República nos 40 anos de Abril. -----*

----- *Reconhecemos a sua importância junto das nossas comunidades, particularmente das mais desfavorecidas. Estamos disponíveis para colaborar com a autarquia na implementação de iniciativas que permitam a sua integração na rede de autarquias amigas de pessoas idosas, conforme desígnio da Organização Mundial de Saúde, bem assim em integrar com outros o Conselho Municipal do Idoso, local ideal para o saudável encontro da democracia participativa na procura do bem-estar dos mais velhos e ainda implementar em conjunto com outras entidades em cada autarquia a Comissão de Proteção dos Seniores em Risco. -----*

----- *Assina Maria do Rosário Gama, Presidente da APRE. -----*

----- *Muito obrigada.” --- -----*

----- **A Senhora Presidente** referiu: -----

----- “Posto isto, não temos mais intervenções do público. Vamos entrar na nossa Ordem do Dia.-----

----- O primeiro ponto da nossa Ordem do Dia são Declarações Políticas. -----

----- Conforme a Mesa anunciou, inscreveram-se oito Senhores Deputados para fazer declarações políticas. -----

----- Eu, há pouco, esqueci-me de referir, mas é relevante, e julgo que o devo fazer. A Mesa, hoje, está a Senhora Deputada Patrocínia Cesar a substituir o Senhor Deputado José Leitão, e a Senhora deputada Rosa Carvalho da Silva a substituir a Senhora Deputada Margarida Saavedra, de modo que a Mesa regista com alegria, que hoje é uma Mesa só de mulheres, coisa rara, no poder político, em Portugal. Pelo que queria saudar as minhas colegas de Mesa. Por enquanto, é só por substituição, pode ser que um dia seja, e quanto mais depressa, melhor, por cá chegarem primeiro.”-----

----- Entrou-se no período destinado a **DECLARAÇÕES POLÍTICAS**.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte declaração política:-----

----- “ «Os Verdes» elegeram o Parque Florestal de Monsanto como tema para a sua declaração política. -----

----- Este é um assunto que aqui temos trazido com alguma regularidade mas que, pela sua importância e por considerarmos que o executivo não está a preservar o espaço como deveria, resolvemos voltar a trazê-lo para discussão, reflexão e para que se atue em conformidade com o respeito, valorização e proteção que este espaço verde merece. -----

----- O Parque Florestal de Monsanto, um espaço com cerca de 1000 hectares de vastas áreas de mata diversificada, muito rico em fauna e flora, assume um papel de extrema importância como pulmão verde de toda a Área Metropolitana, e

particularmente da cidade de Lisboa, mas também como local de lazer, sendo um espaço fundamental para o bem-estar e para a qualidade de vida dos cidadãos. -----

----- Por estas e muitas outras razões, Monsanto deve ser preservado e protegido, cabendo à autarquia essa responsabilidade, sob pena da cidade perder para sempre este espaço florestal.-----

----- Lamentavelmente, ao longo de vários anos, temos vindo a assistir a um vasto rol de atentados que têm ocorrido em Monsanto: -----

----- 1º- O campo de tiro a chumbo que lá funcionou durante anos, nestes últimos de forma ilegal, com impactos bastante negativos, como a poluição sonora, a contaminação dos solos e dos lençóis freáticos, além do perigo para a segurança dos utilizadores de Monsanto. -----

----- Pretende agora a CML denunciar o contrato de concessão celebrado com o Clube Português de Tiro a Chumbo. -----

----- E porquê? Finalmente terá o executivo decidido zelar pelo Parque Florestal de Monsanto? -----

----- Não. A Câmara alega que o Clube não cumpre, desde Março de 2013, com o pagamento de uma taxa de ocupação a que estava obrigado. -----

----- Lembra-se, portanto, agora a autarquia, movida por esta dívida, de “zelar pelo equilíbrio ambiental e de toda a biodiversidade existente” em Monsanto, e descobriu também só agora que a atividade desenvolvida pelo Clube Português de Tiro a Chumbo, tem “um elevado risco ambiental, designadamente pela contaminação dos solos com chumbo, e pelo impacto sonoro nos utentes do parque e na sua fauna”. É isto que se pode ler na proposta do executivo.-----

----- Mas há quantos anos andam «Os Verdes» a alertar para esta situação, ao mesmo tempo que a Câmara ignora o problema e as inúmeras propostas aprovadas por esta Assembleia? -----

----- É bem evidente que o que move este executivo são outros interesses e não as pessoas e os espaços verdes. -----

----- Sempre defendemos a procura de uma solução alternativa para o Campo de Tiro, minimizando os impactos e salvaguardando a situação laboral dos seus trabalhadores e a requalificação do espaço para que pudesse ser usufruído em segurança pela população.-----

----- Também sempre propusemos que o executivo informasse periodicamente esta Assembleia sobre os trabalhos efetuados e a efetuar no âmbito da retirada do campo de tiro e a consequente e necessária requalificação. -----

----- Mas quem vai agora tratar da descontaminação dos solos? E em que moldes e condições será feita?-----

----- 2º- A subestação de energia elétrica da REN, que obrigou a uma suspensão parcial do PDM e ao abate de várias árvores, tendo inclusivamente contado com pareceres negativos por parte dos serviços jurídicos por ser contrária ao Regime Florestal Total a que se encontra submetido o Parque Florestal de Monsanto.-----

----- 3º- Houve também uma proposta de construção de mais um campo de rugby no Parque Florestal de Monsanto. Mais uma vez consideramos que se devem promover

iniciativas e condições para a prática desportiva na cidade de Lisboa, contudo, existindo já vários campos de rugby naquela zona, não se justificava mais um. -----

----- 4º- A realização da Semana Académica de Lisboa com impactos gravosos para o ambiente, com a destruição do coberto vegetal, sabendo-se que a vegetação é importante para a fauna local e a produção de resíduos em grande escala. -----

----- 5º- O edifício panorâmico de Monsanto, obra arquitetónica de referência, encontra-se em estado de degradação, votado ao abandono e com futuro incerto. Esperemos que a ideia da autarquia não seja lá implementar qualquer tipo de serviços, que impliquem o aumento de tráfego numa zona tão sensível da cidade e a degradação da fauna e da flora deste parque. -----

----- 6º- Também não podemos deixar de referir a questão da vigilância dos cerca de 1000 hectares do Parque, mais as matas e parques exteriores, uma vez que é muito difícil ver patrulhas fora da hora de expediente. Será que o executivo considera suficiente que haja vigilância num espaço como este apenas das 9 às 17 horas? -----

----- 7º- Temos igualmente a questão da manutenção deste espaço, feita por empresas privadas, uma vez que a Câmara não assume uma estratégia pública para a gestão integrada dos espaços verdes, optando pela externalização de serviços, tendência que é urgente inverter. Estamos a falar de uma proposta apresentada pelo Sr. Vereador Sá Fernandes no valor de três milhões de euros para a manutenção deste espaço de 2015 até 2017. -----

----- 8º- Depois temos também problemas relacionados com a circulação automóvel, em que a velocidade é excessiva, sendo necessárias medidas de acalmia de tráfego, havendo falta de passadeiras e de sinalética. -----

----- Importa referir que se alguns projetos não andaram para a frente foi devido à conjuntura atual e não pelo facto de a CML ter finalmente decidido adotar uma outra política para o Parque Florestal de Monsanto. -----

----- Ora, como é óbvio, «Os Verdes» não podem, de forma alguma, pactuar com uma política que assenta em permitir que tudo se instale em Monsanto, provocando uma redução da sua área e constituindo um autêntico retrocesso na política ambiental da autarquia. -----

----- Não se esqueçam, Senhores Deputados e Senhores Vereadores que uma vasta área deste parque já se encontra alienada e construída, muitas vezes sob o argumento de utilidade pública, através de meros despachos ou suspensões do PDM. -----

----- Para «Os Verdes» é inaceitável que a Câmara Municipal de Lisboa continue a ignorar este espaço, não o protegendo e preservando como é sua obrigação. -----

----- O Parque Florestal de Monsanto não pode ser um banco de terrenos, sempre disponível para colocar o que mais convém a alguns, alterando a sua essência, que é a de espaço verde, público e acessível a toda a população. -----

----- Senhoras e senhores Vereadores, ao longo dos sete anos de gestão PS da cidade, «Os Verdes» apresentaram 9 requerimentos, 4 recomendações e 1 moção, alertando para os mais diversos problemas existentes e apresentando propostas concretas para uma melhor gestão e preservação do Parque Florestal de Monsanto que foram, na sua esmagadora maioria ignoradas pelos sucessivos executivos camarários a que o Sr.

Presidente presidiu, e quem ficou a perder foi sempre a cidade de Lisboa e os lisboetas. -----

----- Assim, consideramos fundamental que se tenha em consideração as propostas apresentadas pelo PEV e que se atualize e desenvolva o Plano de Ordenamento e Revitalização de Monsanto, que se requalifique o espaço utilizado pelo Campo de Tiro, que se recuse novas desafetações na periferia do Parque, que se aumente a vigilância e segurança nos espaços verdes submetidos ao regime florestal através do reforço dos guardas florestais, que não se permita o licenciamento de novos usos e de atividades que são incompatíveis com a preservação da biodiversidade existente, que a manutenção e conservação dos vários espaços verdes em Monsanto seja assegurada pelos serviços municipais, que se equacione a possibilidade de integrar o Parque Florestal de Monsanto na Rede Natura e que se diligencie junto da administração central no sentido da classificação do Parque Florestal de Monsanto com vista a integrá-lo na Rede Nacional de Áreas Protegidas.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro (PS)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Nós partilhamos das preocupações do Partido Ecologista “Os Verdes”, sobre o Monsanto, e o Grupo Municipal do PS acompanha, obviamente, esta preocupação. Temos, aliás, a registar que em relação a isto, temos votado algumas recomendações favoravelmente. -----

----- Em relação a Monsanto, gostávamos também que, acompanhando estas preocupações, fosse registado pelo Partido Ecologista “Os Verdes”, o bom trabalho que, também, se está a fazer, porque nos parece que também é bom salientar aquilo que de bom e de positivo está a ser feito. -----

----- É importante notar que o campo de tiro está a ser retirado, e esse é um ponto favorável. -----

----- Já foi muitas vezes aqui referido pelo partido Ecologista “Os Verdes” e seria importante referi-lo, não apenas como ponto negativo, mas também da sua saída, do seu processo de saída que está a ser operacionalizado. -----

----- E em relação á questão de externalização dos serviços de manutenção, não é a primeira vez que ela é feita, e não foi apenas com este executivo que ela foi feita. Infelizmente, é uma necessidade. Já aqui foi explicada várias vezes pela Câmara, como o Grupo Municipal já explicou, eu própria também partilho dessa preocupação, também gostaria que os serviços da Câmara pudessem assegurar toda a manutenção dos espaços verdes, infelizmente, não é possível. E, nessa medida, os espaços verdes têm de ser cuidados, não vamos deixá-los sem serem tratados e, portanto, nessa medida eles são externalizados. E são externalizados da melhor forma, da forma que é, economicamente, mais favorável ao município que é com os acordos quadros, com este tipo de contratação. E, portanto, não se trata de fazer uma contratação completamente *ad hoc*, com contratos aqui e ali, trata-se de fazer uma contratação com um planeamento a longo prazo e, nessa medida, esta é aquela que é mais viável. --

----- Gostávamos que também fosse salientado, que fosse apontado como ponto positivo, a forma que, dentro da possibilidade, é aquela que foi escolhida.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte declaração política final: -----

----- “Queria agradecer à Senhora Deputada Sofia Cordeiro a intervenção que fez. E se por um lado, folgamos em saber que o Partido Socialista, na Assembleia Municipal, acompanha as nossas preocupações, pena é que o Partido Socialista, na Câmara Municipal, ao longo destes anos, não tenha partilhado destas preocupações e que tenha continuado a ignorar alguns dos problemas que “Os Verdes”, insistentemente, têm trazido a esta Assembleia Municipal.-----

----- Sobre a questão do Campo de Tiro, nós não focamos só o que estava mal, mas até agora, a realidade é que estava mal e muito mal. Nós com frequência temos trazido a questão do Campo de Tiro a esta Assembleia, há vários anos, e não temos obtido resposta ou solução nenhuma por parte da Câmara Municipal. -----

----- Mas eis que o Clube de Português de Tiro a Chumbo tem uma dívida para com a Câmara Municipal, e de repente a Câmara Municipal lembra-se que é para tirar de lá o Campo de Tiro. Se bem, que ainda há outro problema para resolver que é a questão da descontaminação dos solos, e foi essa a questão que colocamos, quem é que a vai fazer, agora? E em que moldes e condições? Que essa foi, também, uma das grandes bandeiras que “Os Verdes” sempre apresentaram aqui, nesta Assembleia Municipal. ---

----- Outra coisa que também é preciso ter presente, é o que nos apresentaram que como não há alternativas temos de recorrer a empresas privadas. Pois bem, e enquanto não se mudar de políticas e esta opção que o executivo tem seguido, enquanto houver contratos com empresas privadas, a Câmara não vai ter vontade nenhuma em começar a investir nos seus próprios meios, e na Escola de Jardinagem que era o que deveria ser feito e foi sempre isso que nós apresentámos e propusemos, nesta Assembleia.” ----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte declaração política: -----

----- “O que me trás aqui hoje, em nome do PSD, não é um assunto agradável. Preferia, sinceramente, não trazer este assunto a esta sede. -----

----- Há muitos anos que estou nesta Assembleia Municipal, e nunca aconteceu um caso de desrespeito da Assembleia Municipal como o que aconteceu há dias, ou seja, a Câmara Municipal, o executivo da Câmara, aprovou uma proposta quando estava, perfeitamente, avisado pela Assembleia Municipal, ou pelo menos pela Comissão responsável da Assembleia Municipal, por unanimidade, que aquela proposta era ilegal, era incorreta, era politicamente indesejável, também. -----

----- Mas apesar disso, a Câmara Municipal no desprezo total daquilo que era a vontade desta assembleia, aprovou esta proposta, cometendo uma ilegalidade de todo o tamanho. Essa ilegalidade é tão grande, que o PSD usará todos os meios disponíveis para que, a mesma, venha a ser corrigida.-----

----- O problema que se põe é o seguinte, a EMEL é uma empresa municipal e, de acordo com a Lei 50/2012, é uma empresa local de interesse geral. A EMEL rege-se, portanto, pelo preceituado da Lei 50/2012 E essa lei é muito clara, diz que quem tem capacidade, quem tem competência, sob proposta, naturalmente, do executivo, para

aprovar a constituição de uma empresa municipal é a Assembleia Municipal e aprovar a constituição e os seus estatutos. -----

----- Essa Lei diz, também, que quem tem competência para aprovar contratos programas com empresas locais, com empresa municipal, é também a Assembleia. E não se faça confusão entre o que é um contrato de programa e o que é um contrato de gestão. Porque um contrato de gestão é um contrato firmado entre o executivo da Câmara e os gestores da Empresa Municipal. Enquanto que o contrato de programa é um contrato firmado entre a Empresa municipal e a Câmara Municipal. São ambos completamente distintos, embora quem leia os estatutos sente que há ali uma grande confusão. E de forma a evitar o mais possível que a assembleia Municipal se possa pronunciar alguma vez sobre qualquer questão que diga respeito à EMEL. O que é que se pretende esconder? Qual é o efeito que querem ter com esta atitude?-----

----- O Senhor Presidente da Câmara, de certeza, que foi mal informado. Será que, amanhã, esperemos que não, desrespeitará da mesma forma, a Assembleia da República? -----

----- Senhor Presidente de Câmara, vem, depois, o Gabinete Jurídico naquilo que eu considero uma encomenda, dizer que a Assembleia Municipal não tem competência, porque a competência que a Assembleia tem é apenas para alienação de capital para transformação, fusão, internalização ou transformação. São estes os únicos aspetos em que a assembleia Municipal tem poderes de intervenção. Mas porque é que estes aspetos existem? Existem porque esta lei cuida no sentido de que as empresas locais não cometam desmandos e não se endividem, não tenham problemas financeiros, económicos, que agravem as condições dos municípios, e por isso, a lei diz que no caso em que estas empresas não tenham uns proveitos superiores a metade dos custos, durante três anos consecutivos, estas empresas são, obrigatoriamente, extintas. E são extintas pela Assembleia Municipal que tem que, obrigatoriamente, no prazo de quinze dias, comunicar à DGAL e à IGF esta situação. -----

----- Para este caso concreto, a lei considera, porque é um caso excecional, mas em lado nenhum a lei diz, por exemplo, que a Câmara tem competências para alterar os estatutos. Em lado nenhum está escrito. Porque o que está escrito é que a Câmara tem competências para determinar orientações estratégicas dentro do âmbito do direito societário dessas empresas. Ou seja, não é alterar o direito societário, é dentro do direito societário, é que a Câmara tem competências para determinar políticas estratégicas às empresas locais. -----

----- Portanto, se formos a ler no âmbito que leu o Gabinete Jurídico esta proposta, esta competência, nem a Câmara, nem a Assembleia, tinha competências para isto. Quem tinha competências era o Senhor Vereador Manuel Salgado. Era o único que tinha competências, porque é um representante da Câmara na Assembleia Geral. E era a Assembleia Geral por seu livre arbítrio que alteraria as competências e os estatutos da empresa. -----

----- Não foram feitas alterações simples, não foram feitas alterações singelas, foi feita uma revolução estatutária. Portanto, aquilo que são os estatutos de hoje, não têm nada a ver com os estatutos que foram aprovados pela Assembleia Municipal, há uma

diferença atroz. Mesmo que a lei não desse razão a esta necessidade, era obrigação mínima, democrática do Senhor Presidente da Câmara, e do Senhor Vereador Manuel Salgado, colocar à consideração da Assembleia o âmbito e a profundidade destas alterações, o que não fizeram. Mais, havendo uma reunião, convocada de uma forma estranha, confesso, onde estiveram presentes praticamente toda a administração e mais alguns assessores da EMEL a fazer uma lavagem ao cérebro aos Deputados Municipais, e na decorrência dessa reunião, ter a comissão proferido um parecer inequívoco de que compete à Assembleia Municipal aprovar as alterações estatutárias da EMEL, apesar disso, o Senhor Presidente, num gesto magnânimo de democracia, disse que quem aprova é a Assembleia e vamos transformar radicalmente a EMEL que vai deixar de ser uma empresa que, até ramificações internacionais, pode vir a ter. Quando a tal lei referida pelo Gabinete Jurídico da Câmara, a Lei 50/2012, diz que as empresas locais de interesse geral atuam na área da sua circunscrição. Qual é a área da circunscrição da EMEL? É Lisboa. Mas não, não é, é mentira. É mentira, não é Lisboa. É Lisboa, é Cabo Verde, é Angola, é Moçambique, é São Tomé e Príncipe, é as Ilhas Caimão. Seja onde for, é onde quiserem. Desde que haja uma pareceria entre a Câmara e essas cidades e esses locais remotos do planeta. -----

----- Espero que reconsiderem e que retirem a proposta, porque se não o fizerem, nós não nos vamos calar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Leão (PS)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “O Partido Socialista regista o facto de o PSD, o Senhor Deputado Victor Gonçalves, ter trazido aqui, hoje, este assunto, às Declarações Políticas, tendo em conta que no ponto três da ordem de trabalhos, este assunto também será discutido de outra forma, e que o Partido Socialista, obviamente, estará disposto para o discutir com o Senhor Deputado e com as restantes forças políticas, mas no ponto certo, no ponto três da ordem de trabalhos desta Assembleia, e não agora nas Declarações Políticas. -----

----- Quería, nesse caso, perguntar se está, obviamente, disposto a que possa ser discutido no ponto certo, isto é, no ponto que fala, justamente, da recomendação da 8ª Comissão que foi a substância da sua própria intervenção.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte declaração política final: -----

----- “Senhor Deputado, muito obrigado pela sua questão. E quero-lhe dizer que muito antes de ser agendada a tal proposta relativamente à discussão que o Senhor Deputado referiu, já o PSD tinha decidido, atendendo à importância desta situação, atendendo à dimensão e à gravidade desta decisão da Câmara, atendendo ao atropelo que significa esta decisão da Câmara em relação às competências, também, do Senhor Vereador, que também é Deputado Municipal, atendendo na defesa, também, naquilo que são os seus direitos enquanto representante desta Assembleia, entendeu que deveria fazer, também uma declaração política, porque isto é, de facto, necessário que se saiba de forma evidente. -----

----- Naturalmente, Senhor Deputado, que teríamos todo o interesse em continuar esta discussão, aliás, ela não acabará enquanto nós não a virmos resolvidas da forma que consideramos correta. Por isso, vamos, em todos os fóruns, continuar a discuti-la, seja neste, no próximo, e outros que venham a seguir. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte declaração política final: -----

----- “Estamos aqui hoje para mais uma sessão de Declarações Políticas desta Assembleia Municipal, sendo que os Deputados Municipais Independentes gostariam de voltar aqui a debater, mais uma vez, uma matéria que, apesar de ter o nosso apoio, nos preocupa, pois a forma como tem vindo a ser conduzida e alguns aspetos continuam a causar-nos algumas dúvidas. Falamos do processo em curso de Descentralização de Meios e Competências para as novas Juntas de Freguesia. -----

----- Como já tivemos oportunidade de dizer aqui, os Deputados Municipais Independentes concordam com um processo de descentralização que torne as freguesias mais fortes e o governo da cidade mais próximo e participado. Porém, e apesar de acharmos que o processo está, ao que sabemos, a correr bem, continua a verificar-se uma deficiência e ineficaz passagem de informação da Câmara Municipal para esta Assembleia Municipal, e particularmente a 5ª Comissão que acompanha, quase exclusivamente, esta matéria, pelo que, da nossa parte, continuamos a sentir que, face a esta situação, não conseguimos acompanhar quanto o devíamos, o que é grave, pois é, precisamente, o papel desta Assembleia, particularmente, dos Deputados Independentes, fazê-lo. -----

----- Sabemos, também, que este processo começou conturbado e que obrigou, num passado recente, uma tomada de posição robusta de várias forças políticas desta Assembleia, entre as quais, particularmente, os Deputados Municipais Independentes, que exigiram o acesso a toda a documentação técnica de suporte ao processo. -----

----- Nesse sentido, apresentámos em quinze de julho, um requerimento a exigir o acesso aos documentos solicitados por parte das Comissões Permanentes, competentes da Assembleia Municipal de Lisboa, relativos ao processo de descentralização para as novas freguesias, a qual apenas foi enviada a esta Assembleia dois meses depois, em quinze de setembro passado. -----

----- Já tivemos a oportunidade de analisar a documentação solicitada, enviada pela Vereadora Graça Fonseca, com vista a podermos avaliar o grau de evolução do terreno deste complexo processo da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa. Porém, continuamos com dúvidas. A saber, foram entregues na Assembleia Municipal onze dossiers e um CD, onde consta um guia de prestação de informações pelos serviços camarários aos munícipes, o que não foi, claramente, pedido por esta Assembleia Municipal. Consistia num manual para o munícipe para ser consultado, independentemente, pelos mesmos, assim como o primeiro relatório trimestral. Os dossiers são compostos, essencialmente, por documentação técnica de suporte à execução das competências transferidas para as vinte e quatro Juntas de Freguesia. Destes dossiers deviam de constar, também, como referido no primeiro relatório, os

autos de efetivação de transferência de competências das vinte e quatro Juntas de Freguesia, porém apenas encontramos parte dos mesmos, ou seja, os documentos estão trocados não constando em nenhum dos autos os anexos “J”, “K” e “L”, referentes aos recursos humanos, listagem de contratos e valores financeiros associados, aliás, tendo já sido uma questão que levantamos na última Assembleia Municipal quando analisamos as propostas de Delegação de Competências para as Juntas de Freguesia de Santa Maria Maior, Olivais e Marvila, que calculavam os valores de superavit com base nestes valores ao quais não temos acesso, pelo que nos resta fazer fé na informação da Câmara. E fizemos, pelo que votámos a favor destas propostas. -----

----- Porém, igualmente sobre os autos, pode constatar-se que o dossier correspondente só possui vinte e três, faltando ainda uma correspondente à Junta de Freguesia de Benfica. -----

----- Igualmente, continuamos a não conhecer a fórmulas de cálculo dos recursos financeiros, tal como havíamos solicitado, o que se afigura como uma informação fulcral para a análise deste processo pois, para além da omissão destes anexos, também não constam quaisquer fórmulas de cálculo respeitantes aos recursos financeiros. -----

----- Importante referir, ainda, que nos autos de transferência fornecidos, assinados a dez de março, não constam as verbas transferidas a trinta de janeiro, do Orçamento de Estado para as Juntas de Freguesia. -----

----- Por fim, e talvez por falha nossa, não conseguimos localizar os acordos tripartidos entre a Câmara Municipal de Lisboa, as Juntas de Freguesia e o SINTAP que deveria estar anexo à documentação. É certo que no dossier referente ao módulo um, que veio junto com estes dossiers, da Reforma Administrativa de Lisboa, consta a lei 56/2012, no seu capítulo quarto, artigo dezassete, recursos financeiros, fixa os montantes a transferir para cada uma das freguesias da cidade, durante o presente ano. No entanto, e em nosso ver, esta informação não dispensa a necessidade dos autos de efetivação de competência transferência, constarem os recursos financeiros alocados às freguesias aquando da primeira prestação, efetuada em dez de março. -----

----- Posto isto, resta-nos, desde já, o já referido Primeiro Relatório de Monitorização da Reforma administrativa da Cidade de Lisboa, datado de maio de 2014. Na altura, levantámos uma série de questões. E a nossa questão agora é onde está o Segundo Relatório Trimestral que já devia ter sido entregue a esta Assembleia, no passado dia dez de setembro, pelas nossas contas, seis meses depois da assinatura dos autos de transferência. -----

----- Soubemos ontem, através da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, que irá ser apresentada amanhã, em reunião de Câmara. Mas não podemos deixar de apontar o atraso de um mês e meio na sua apresentação a esta Assembleia, o que é considerável face à sua periodicidade, é trimestral, o que a somar à falta de informação que apontamos, não está a tornar fácil o trabalho de monitorização deste processo pela Assembleia Municipal. -----

----- Eventualmente, algumas das interrogações que ainda temos, poderão estar esclarecidas no relatório seguinte, pelo que vamos colocar aqui, antes de termos esta informação, e lamentado apenas o não cumprimento por parte da Câmara da calendarização prevista e esperando que o próximo relatório correspondam às nossas dúvidas e a outras que possam surgir. -----

----- Por mais de uma vez temos afirmado que um processo desta natureza e com esta complexidade coloca problemas de execução durante a sua implementação no terreno.

----- Precisamente, por estes motivos, a sua monitorização por esta Assembleia deve sustentar-se numa informação permanente e atualizada, pelo que instamos a Câmara Municipal que no futuro o faça, como todos os desejamos, pois a Reforma Administrativa de Lisboa é um processo que nos envolve a todos, e todos seremos responsáveis pela sua boa concretização no quadro das competências que nos estão atribuídas. -----

----- Por fim, e para deixar uma nota positiva nestas declarações políticas, os Deputados Municipais Independentes querem aproveitar para relembrar que hoje se festeja o Dia Mundial da Terceira Idade, assim como saudar a presença da APRE, Associação de Pensionistas e Reformados, a relembrar este mesmo facto. Neste dia importa chamar a atenção de todos e a Cidade de Lisboa, em particular, para as vulnerabilidades das pessoas que vivem a terceira idade, ou a idade sénior. Falamos de uma realidade premente na Cidade de Lisboa. Falamos de 24% de população da Cidade e que aumentou 7% na última década, falamos de um total de cento e trinta mil, novecentos e trinta habitantes, destes oitenta e cinco mil idosos vivem em situação de isolamento, e também dentro deste universo, cerca de 62% são mulheres o que reforça a necessidade de um olhar com perspetiva de género quando falamos de terceira idade, para além de outras questões como as doenças incapacitantes, a perda de autonomia ou a pobreza, que afetam as pessoas mais velhas na Cidade de Lisboa.---

----- Queríamos perguntar ao executivo quais os programas e medidas que tem levado a cabo relativamente a esta problemática? Igualmente, sabemos que as pessoas mais velhas estão por vezes ainda mais longe do que as outras, em participar nas decisões políticas que afetam as suas vidas, pelo que é importante reforçar a esfera da cidadania, ainda não exercida em pleno pela população sénior da Cidade de Lisboa.----

----- Sabemos que este será, também, um desafio que este executivo irá, por certo, agarrar. Disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, questionou o seguinte:-----

----- “Gostaria de colocar uma questão ao Senhor Deputado Miguel Graça, que se relaciona com a sua intervenção, com a Reforma Administrativa. -----

----- Bem sabemos a dificuldade que tamanha tarefa implicou com uma reforma tão profunda na cidade.-----

----- Quando debatemos, nesta Assembleia, essa reforma, insistimos nós, vocês e outros, na necessidade de uma monitorização apertada, rigorosa e no *timing* certo, que permitisse que a reforma tivesse o melhor sucesso e que impedissem que houvesse falhas graves. -----

----- O que estamos a detetar agora, e vimos isso, também, através da vossa intervenção e da vossa apreciação minuciosa dos documentos que estão nesta Assembleia, é que, afinal, existem falhas graves, existem falhas graves no processo e na própria transmissão de informação à Assembleia Municipal. -----

----- Gostaríamos nós que a Câmara Municipal, neste processo, olhasse para este órgão, para a Assembleia Municipal, como uma parceira, como um órgão parceiro para que os problemas que surjam de uma tamanha reforma estejam ultrapassados, e não como um órgão que coloca obstáculos ao andamento da própria reforma. E é assim, que nós nos posicionamos, e julgo que é assim que se posicionam, também. -----

----- Os problemas foram citados, os relatórios, a informação que chega trocada, e o que gostaríamos de colocar era se não será oportuno aguardar por este segundo relatório e, no início do próximo ano, concretizado um ano da Reforma Administrativa, fazermos um debate, um ponto de situação com uma reflexão profunda sobre o que se passou, sobre o que correu mal, e sobre o que poderá ser feito, porque esta reforma não acontece num ano, acontece em vários, e portanto, muitas coisas correram mal, muitas poderiam ter sido evitadas que tivessem corrido mal, e julgo que temos essa responsabilidade, no início do próximo ano, de fazer esse ponto de situação e encontrar responsabilidades.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Dias (PS)** no uso da palavra, interpelou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Miguel Graça, queria começar por agradecer por colocar a questão da reorganização administrativa, isso é um tema que o Partido Socialista debate sempre com muito à vontade porque, é de facto, uma reforma da cidade que muito nos orgulha a todos, orgulha o Partido Socialista, uma reforma que António Costa conduziu muito bem, apoiado pelo PSD e que também teve o apoio dos Deputados Independentes, como, muito bem, disse. -----

----- Temos, de facto, monitorizado a evolução da reforma. Já tivemos o primeiro relatório que do nosso ponto de vista foi muito positivo. Concordamos que a periodicidade dos relatórios não deveria ser mensal, mas sim, trimestral dado o trabalho de fundo que implicava. É verdade que este segundo relatório já está um pouco atrasado, mas estamos em crer que o seu resultado virá a confirmar o motivo pelo qual demorou mais tempo, terá a ver, com certeza, com as entrevistas feitas aos Senhores Presidentes de Junta, que o professor, encarregue da monitorização, nos disse que já estava em preparação quando nos foi falar do primeiro relatório. -----

----- Também concordamos, em sede de Comissão, que havia pormenores a afinar ao nível da documentação e que se refletem, de alguma forma, na documentação que acompanha as propostas de delegação de competências para a realização de obras nas freguesias, mas o balanço que todos fazemos desta reforma é extremamente positivo, de cidadãos, a agentes políticos, população em geral, os próprios trabalhadores da Câmara e, portanto, a questão que eu coloco e secundando algumas das afirmações que fez, e também, concordando com algumas das propostas que o Senhor deputado do Bloco de Esquerda acabou de fazer, poderemos daqui a algum tempo, fazer um

debate mais aprofundado sobre esta matéria, quando fizer um ano, de facto é uma questão que podemos considerar.-----

----- Esta reforma é uma reforma de grande monta, que está a correr bem e, portanto, se não nos acompanha a nós, Partido Socialista, na consideração de que esta reforma é positiva, há pormenores a afinar, o Partido Socialista, e a Câmara, sempre se mostraram disponíveis para debater e afinar algumas arestas que existem, mas a pergunta é se de facto não nos acompanha no balanço muito positivo, de uma reforma enorme, de grande monta para a Cidade de Lisboa, e portanto, concordamos com algumas das coisas que disse, mas o balanço que fazemos é muito positivo, portanto, devolvo-lhe a pergunta, não nos acompanha nessa avaliação bastante positiva da Reforma da Cidade de Lisboa? -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra, e respondendo às questões colocadas, fez a seguinte declaração política final: -----

----- “Antes de mais, muito obrigado pelas questões colocadas. Queria agradecer, também, ao Grupo Municipal do Bloco de Esquerda as considerações que fez. De facto, partilhamos das mesmas questões e que, também, pelo que percebi, e sei, são partilhadas pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, que existem aqui questões que podem, e devem, ser melhoradas em termos de *timing* e da transmissão de informação. -----

----- Parece-me ser uma boa ideia, até parece-me que já foi secundada a ideia do Bloco de Esquerda, pelo Partido Socialista, e é obviamente secundada pelos Deputados Independentes, que fará todo o sentido, provavelmente ao final de uma ano, fazermos um debate temático, ou um outro formato, acho que é um assunto que deve ser discutido em sede da 5ª Comissão, sem dúvida, de fazer um pouco o balanço, julgo que será necessário.-----

----- Relativamente à pergunta colocada pela Deputada Sofia Dias, gostaríamos sim de acompanhar no balanço positivo, gostaríamos de dizer totalmente que sim, até porque sabemos e somos a favor da descentralização de meios e competências, ela está a ser feita, em muitos dos casos estamos a ter um *feedback* positivo de muitas das ações e estamos a favor delas, mas falta aqui um elo de transmissão de informação e sabemos exatamente que é o papel desta Assembleia Municipal de monitorizar esta e outras ações da Câmara, e é para isso que também aqui estamos. Portanto, a falta deste elo que espero eu que se resolva, poderá assim, no futuro, fazer-nos acompanhar num balanço mais positivo, gostávamos que assim fosse, e esperamos que assim seja. Que possamos identificar num ano, no balanço, aquilo que correu bem, mas também identificar aquilo que é preciso resolver. Há muitas coisas a afinar, e aqui da parte da Assembleia Municipal o que é preciso dizer é que é difícil, para nós, monitorizar sem dados concretos, objetivos e científicos, e é isso que estamos a pedir que esses dados sejam continuamente transmitidos, até porque esta reforma, de uma forma, ou de outra, é de toda a Assembleia Municipal, e não só da Câmara.”-----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “A Mesa lembra, eventualmente, face a esta sugestão, que foi lançada pelo BE e que foi comentada pelos Deputados Sofia Dias e Miguel Graça, que eventualmente, o formato adequado poderá ser o Debate Específico, uma matéria que está prevista no nosso Regimento e que pode ser feita uma vez em cada semestre e que tem a particularidade de se poder convidar personalidades cuja presença pode ser útil, pelo que é um modelo que podemos discutir em sede de Conferência de Representantes, mas ficaria uma ideia que um ano de um Reforma Administrativa, merecerá um agendamento de um debate específico, e se acharem bem este modelo, ou outro equivalente, para podermos aprofundar a matéria.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----

----- “No próximo dia trinta de outubro, na reunião conjunta das Comissões de Mobilidade e Ambiente, virá o Diretor Municipal de Mobilidade e Transportes apresentar o projeto do Parque de Estacionamento do Príncipe Real, a fim de ser discutida a questão colocada pelos peticionários contra esta infraestrutura face à necessidade e características técnicas do parque de estacionamento. -----

----- Na Cidade de Lisboa as funções de circulação automóvel e estacionamento são complementares e, muitas vezes, competitivas, particularmente, no que respeita ao espaço. Deste modo, a oferta tem de ser equilibrada. Este equilíbrio está relacionado com a escassez de espaço físico, mas também com outros aspetos tais como os ambientais, patrimoniais, não sendo de descurar a participação pública de todos os interessados, nomeadamente, os residentes e utilizadores do Príncipe Real. -----

----- Por parte do município, a avaliação técnica e inequívoca da procura e da oferta de estacionamento, pode ser a chave para rentabilizar os recursos já existentes e, no entanto, subaproveitados, como sejam os lugares de estacionamento privados, principalmente, convertidos em estacionamento privado de usufruto público, para residentes, a utilização de edifícios municipais para conversão em sítios para estacionamento, entre outras soluções, como por exemplo, a criação de estacionamento na via pública, apenas para residentes, com a respetiva fiscalização com recurso, por exemplo, a sistemas inteligentes de transportes. -----

----- No entanto, e antes de qualquer caso particular, como a eventual construção do parque de estacionamento subterrâneo no Jardim do Príncipe Real, deve ser definida e enquadrada toda a política de estacionamento do Município de Lisboa, atendendo à estratégia de sustentabilidade que se pretende para a cidade. As práticas atuais apontam para as políticas de estacionamento, onde os níveis e tipos de ofertas são definidos em função da acessibilidade oferecida pelos diferentes modos de transportes disponíveis, assim como os níveis de acessibilidade automóvel para os diferentes espaços urbanos em função dos requisitos ambientais e qualidade de vida pretendidos para essas zonas da cidade. -----

----- Considera o PAN que, estas questões, não estão clarificadas por parte da Câmara, não tendo sido apresentados, até à data, estudos concretos que suportem a construção da infraestrutura pretendida, bem como a oferta de estacionamento existente e potencial, a monitorização dos espaços ajardinados, onde foram construídos parques

de estacionamento no subsolo, e em especial no que diz respeito aos impactos no arvoredo e drenagem do solo, a taxa de ocupação e rentabilidade financeira, receitas geradas, etc., dos parques de estacionamento especificamente para residentes, como é o caso do Príncipe Real. -----

----- A análise e quantificação da relação entre a procura de habitação face à condicionante ausência de estacionamento para moradores nesta zona nobre de Lisboa. -----

----- Assinale-se, igualmente, dois aspetos fundamentais que nos parecem importantes quando equacionada a expansão de parques de estacionamento na Cidade de Lisboa. A oferta de estacionamento constitui um fator decisivo nas escolhas modais dos residentes ou utilizadores da Cidade de Lisboa. Essas escolhas modais são a chave para a recuperação dos cerca de 11% dos passageiros que nos últimos anos abandonaram os transportes públicos. -----

----- Assim, pretende-se a clarificação da estratégia global de mobilidade para a Cidade de Lisboa, sem a qual não se afigura justificável a construção de mais um parque de estacionamento subterrâneo, em Lisboa, com todos os potenciais impactos negativos que poderá gerar, e contra a vontade dos residentes. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Moção nº 2/46**, subscrita pelo Grupo Municipal do PS (anexada à presente ata como anexo I, e dela faz parte integrante); -----

----- **Recomendação nº 3/46**, subscrita pelo Grupo Municipal do PS (anexada à presente ata como anexo II, e dela faz parte integrante); -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----

----- “Já não há memória de um início de um ano letivo tão conturbado como o deste ano. -----

----- O Ministério da educação mudou as regras de modelo de contratação de professores mas, como já nos vem habituando, fez uma reforma “em cima do joelho”, revelando, mais uma vez, falta de preparação e visão em termos estratégicos para a educação. -----

----- Tudo o que podia correr mal, correu mal. Erros na redação do Decreto-Lei, nas listas de graduação dos professores, na fórmula de ordenação das listas, na falta de automatismos no sistema no que respeita às candidaturas à bolsa de contratação de escola, na falta de cruzamento, destas listas, com as listas de contratação nacional. -----

----- O que tivemos foi uma dança de cadeiras e de professores, um transtorno evidente nas suas vidas pessoais, inúmeras duplicações de contratações com os concursos a irem abaixo, e cedo se percebeu que esta era uma “*never ending story*”. ---

----- Tivemos professores colocados em noventa escolas. Conclusão, milhares de alunos sem professor atribuído, escolas fechadas, alunos sem irem às escolas, tendo sido pedido às famílias para não levarem os alunos para as escolas, com evidentes transtornos para as suas vidas pessoais, alunos nas escolas sem supervisão, turmas com o dobro dos alunos, enfim, professores com a “casa às costas” e com as suas vidas em suspenso. -----

----- Dada a dimensão do problema, várias Juntas de Freguesia de Lisboa disponibilizaram os seus monitores de apoio à componente de apoio à família, para que os pais pudessem em segurança deixar os seus filhos nas escolas.-----

----- A proximidade e a estreita colaboração que existe entre as escolas e as Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa, na área da CAFE e das AIEC's, que vêm sido delegadas competências, há vários anos, nas Juntas de Freguesia, e que agora com a Reforma Administrativa deram um contributo para o aprofundamento das competências próprias das juntas na área da gestão e manutenção das escolas, de facto, esta proximidade contribuiu para minorar o problema e demonstrou, mais uma vez, as virtudes da descentralização de competências na área da educação.-----

----- Mas, sete semanas depois, o Ministério da Educação permanece incapaz de explicar cabalmente as razões que levaram ao falhanço da colocação de professores. Sete semanas depois, o Ministro da Educação continua em funções imune ao caos que criou, quando é evidente que tudo correu mal. Como uma avestruz, o Primeiro-Ministro põe a cabeça na areia e não demite o Ministro Nuno Crato. Mas sete semanas depois o problema continua por resolver, continuamos com alunos sem professores e professores com as suas vidas em suspenso. Aliás, ainda ontem tínhamos mais de setenta professores em falta nas escolas de Lisboa, são cerca de mais duas centenas de alunos sem professores, e estamos a meio do primeiro trimestre.-----

----- A desresponsabilização é de tal ordem que agora compete às escolas a responsabilidade de corrigir os erros e encontrar soluções para recuperar o tempo perdido em termos de cumprimento das metas e conteúdos pedagógicos.-----

----- O desastroso processo de contratação de professores no ano letivo 2014-2015, é o corolário da falta de visão e de preparação deste Governo no que respeita as políticas educativas.-----

----- Vivemos um grande clima de instabilidade que coloca em causa a confiança dos cidadãos na escola pública enquanto instituição de referência e de excelência. Depois de anos de investimento na educação e qualificação dos portugueses, de que são exemplos o aumento da escolaridade mínima obrigatória, a introdução do inglês no primeiro ciclo, a aposta clara nas tecnologias de informação e informática, assim como a criação do Programa Novas Oportunidades, para já não falar nos investimentos em novas estruturas escolares que permitiram que Portugal subisse nos *rankings* da OCDE, é inaceitável o retrocesso que estamos a assistir nos últimos três anos. Com este modelo de desinvestimento no estado social e sem qualquer estratégia, estamos a comprometer a qualidade do ensino e a formação das gerações futuras, e a possibilidade de alicerçarmos o nosso modelo de desenvolvimento económico no conhecimento e inovação, gerador de trabalho digno e melhor remunerado. Temos de inverter este ciclo. E por isso, o PS considera que é imperioso mudar as políticas seguidas nos últimos três anos e repensar o modelo de funcionamento da escola pública, um modelo que dê mais autonomia às escolas e um modelo assente numa maior descentralização de competências para os municípios em matéria de educação.--

----- Neste sentido, o Partido Socialista vem hoje propor a esta Assembleia, que seja feito um grande debate, nesta Assembleia, sobre modelos de descentralização de competências do Ministério da Educação para os municípios.-----

----- Porque o investimento na educação que exigimos é também um fator determinante para a coesão e justiça social, gerador de maior igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, lembramos hoje aqui Maria de Lurdes Pintasilgo uma mulher que rasgou horizontes na política e na sociedade, sempre comprometida com as causas sociais e igualdade de género. Sobressaiu por ter sido, muitas vezes, a primeira mulher a desempenhar os cargos políticos e profissionais por onde passou, chegando a liderar o 5º Governo Constitucional, sendo a primeira mulher, e única, a desempenhar o cargo de Primeiro-Ministro de Portugal, inspirando muitas portuguesas a conquistar o seu lugar na sociedade e na política. Portugal deve muito a mulheres como Maria de Lurdes Pintasilgo.-----

----- O Partido Socialista, hoje, sobre a proposta da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios, Margarida Martins, trás a esta Assembleia Municipal uma recomendação á Câmara para que seja designado o Jardim da Alameda de Santo António dos Capuchos, Jardim Maria de Lurdes Pintasilgo, prestando assim a justa homenagem a esta mulher ímpar na nossa história recente, e esperamos que, há semelhança do que acontece hoje na Mesa da Assembleia, onde temos uma Mesa composta por mulheres, que também todos os senhores Deputados nos acompanhem nesta recomendação para termos um jardim com a justa homenagem a esta mulher.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra, interpelou o seguinte:-----

----- “Saudar em primeiro lugar, a moção, pela sua correção, pelo que há de assertivo e de correto no que diz respeito ao caos que se traduziu o início deste ano letivo, o que lamentamos.-----

----- Relativamente à descentralização, queria perguntar-lhe, tendo certamente em conta que este é um processo complexo, se não é arriscado pormos isto deste modo, ou seja, a descentralização não é uma coisa pacífica entre nós, professores, não é uma coisa pacífica entre os Diretores dos Agrupamentos, se não seria, primeiro, de fazer-se uma avaliação como os agrupamentos funcionam, e depois falar-se na descentralização. As experiências que há, não tenho dúvidas de que são positivas. Quando fala do alargamento tem alguma ideia específica sobre o que é este alargamento da descentralização, porque face a isto, os professores e os representantes que são os sindicatos, temos muitas dúvidas.-----

----- Agradeço, novamente a sua intervenção que foi muito boa.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, interpelou o seguinte:-----

----- “Trás aqui um problema que é, obviamente, extremamente importante. O Partido Comunista Português também trás a mesma temática.-----

----- Em relação à moção que o PS aqui apresenta, e em relação à parte dos considerandos, temos algumas divergências que não vou agora aqui discutir, até

porque só votamos a parte deliberativa, e era sobre essa que gostaria de colocar duas, ou três, questões: foca no ponto três, “saúdam-se as freguesias de Lisboa que contribuíram para minorar os problemas gravíssimos que resultaram neste caos, e que é a contratação de professores”. Nós não sabemos, exatamente, quais foram essas freguesias e qual foi o exato contributo das mesmas. Temos algumas informações, e é óbvio que sob o ponto de vista da resolução dos problemas das famílias e da colocação dos filhos, obviamente que são de saudar estas iniciativas, já se podem levantar aqui algumas questões pedagógicas que dizem respeito a substituição de professores por parte de monitores. Portanto, não sei se foi exatamente isso que se passou, pelo que gostaríamos algum esclarecimento sobre isso. -----

----- Também a questão sobre as aprendizagens que resultam deste caos, não é um assunto fácil de se resolver. Nós pensamos que o texto da moção do PS não tem a melhor resolução porque, no fundo, nós estamos a chamar incompetente ao Ministro, o que no fundo quase que passamos a resolução do problema para o próprio Ministro, estamos a passar um atestado de incompetência a um Ministério que se revelou incompetente nesta matéria. -----

----- Quanto ao debate, a Senhora Deputada Ana Gaspar já levantou algumas questões que eu, também, gostaria de levantar. Claro que é sempre útil a resolução destas questões. De qualquer forma, nós pensamos que urgente, mesmo urgente, é resolver os problemas que o Ministério criou neste início do ano, e como tal, não parecer ser a melhor altura para o fazer. Imperioso é a demissão do Ministro Nuno Crato, Indispensável é admitirmos que os erros não se voltem a repetir, e a questão da descentralização e da municipalização da educação, nós achamos que esta questão tem de ser mais pensada e mais ponderada. Daí que gostaríamos de propor se este ponto seis da vossa moção, iremos sugerir uma alteração, não sei se estará de acordo, portanto, “a realização de um debate por tempo e moldes a definir pela Mesa, em articulação com a Conferência de Representantes, sobre a situação da escola pública, no Município de Lisboa”. Portanto, ao invés do debate sobre a descentralização, propúnhamos um debate sobre a situação da escola pública no município. -----

----- Obviamente, que em relação aos outros pontos, votaremos a favor. Este levantamos estas dúvidas, daí a sugestão. -----

----- Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, interpelou o seguinte: -----

----- “Naturalmente, associamo-nos a esta homenagem a Maria de Lurdes Pintasilgo, uma mulher que fez tanto pela luta das mulheres e pela dignidade do papel das mulheres na política. Estive na inauguração do monumento, do simbolismo do banco que foi inaugurado no jardim que agora se propõe atribuir-se o nome de Maria de Lurdes Pintasilgo. E portanto, saudar esta iniciativa do Partido Socialista. -----

----- Sobre a moção sobre a educação, naturalmente, que a votaremos favoravelmente, mas gostaríamos de deixar algumas notas. Primeiro porque os considerandos, tal como é habitual, são sempre feitos à medida de quem os faz e é bom que haja alguma memória, porque se há um Governo que ataca a escola pública e que humilha os

professores, é preciso dizer que há uma continuidade de quem esteve no Governo anteriormente, e que fez esse mesmo caminho, inaugurou esse caminho. Foi o Governo anterior, liderado por José Sócrates, que deu ordem de encerramento a centenas de escolas do país. Foi esse o responsável. Eu sei que custa ouvir estas verdades, mas foi esse Governo que todos os anos passou por esse problema da colocação dos professores e pelas dificuldades que são sentidas, pela precaridade dos professores que são contratados, que todos os anos não sabem onde estarão colocados, se estarão no Algarve, ou se estarão em Braga, e nunca resolver esse problema tão grave e que se reflete de forma tão significativa na própria estrutura das escolas e na própria qualidade do ensino. -----

----- É bom lembrar, também, que foi esse Governo Socialista que avançou com algumas das propostas mais humilhantes de avaliação de professores, em que criava professores de primeira, e professores de segunda, professores contra professores, e que teve como resposta as maiores mobilizações desta classe profissional a que a democracia portuguesa já viu. E portanto, votaremos favoravelmente, mas gostávamos que houvesse memória.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração final: -----

----- “Permitam-me começar pela Senhora Deputada Ana Gaspar. De facto, o que se pretende também aqui, com esta moção, e aprender um bocadinho com o que aconteceu este ano, e é importantíssimo perceber o que é que aconteceu este ano, procurou-se introduzir a questão das bolsas de contratação de escola não prevendo os automatismos, permitindo que haja professores colocados em noventa escolas, com três dias para responder a esses concurso, tivemos uma situação que, no limite, nos leva a podermos estar duzentos e setenta dias para colocar estes professores nestas noventa escolas, o que é completamente inaceitável. Duzentos e setenta dias é o ano letivo inteiro, praticamente. Portanto, é preciso aprender com os erros. Eu bem percebo que a Senhora Deputada Ana Páscoa aqui disse, isto, de facto, é uma análise da situação, isto correu tudo mal, e é impressionante como a *Lei de Murphy* aqui se aplica. -----

----- O que é importante é também percebermos que no âmbito deste modelo que está em cima da mesa, é que tipo de descentralização é que pode existir para os municípios e é esse debate que deve ser feito aqui. -----

----- Há semelhança da Reforma Administrativa, que foi muito debatida na Assembleia, foi debatido na opinião pública, esse debate é muito importante, há muitas questões que são importantes e relevantes. Eu relembro, por exemplo, que uma escola pública hoje que precisa de papel higiénico, faz a requisição e demora seis meses a receber esse papel higiénico na escola. São os pais, as Associações de Pais e as Juntas de Freguesia que acabam por colocar o papel nas escolas. Estamos a falar de problemas na escola pública que vão a estas minudências, e é aqui que podemos pensar em modelos de descentralização de competências. -----

----- Na Assembleia podemos fazer esse amplo debate, com todas as forças políticas, aprofundado mais, ou aprofundando menos, e aqui em relação á proposta que foi feita

pelo PCP, de facto eu acho que o debate pode ser sobre a educação mas também pensando em modelos, porque o ponto de situação, julgo que ninguém tem dúvidas ao que chegamos. Analisar o ponto de situação, fazer uma radiografia, não nos serve muito. Temos sim de pensar como é que podemos dar o nosso contributo para melhorar a educação na Cidade de Lisboa, e isso é o que é relevante. -----

----- Portanto, a nossa proposta é que se analise a educação, o estado da educação na cidade, e modelos e propostas nesse sentido. -----

----- Em relação ao que perguntava à pouco, também, a Senhora Deputada Ana Páscoa, o que é que aconteceu em algumas freguesias. Bom, algumas freguesias da Cidade de Lisboa disponibilizaram os seus monitores, são monitores, não são professores, da componente de apoio à família, que têm pequenos horários nas escolas, no início, à hora de almoço e no final do horário escolar, disponibilizaram para estar o dia inteiro a apoiar os agrupamentos de escolas, dentro das orientações dos agrupamentos de escolas para que os pais pudessem, em segurança, levar os seus filhos às escolas e eles não estarem desacompanhados nos recreios. Portanto, acho que é importante saudarmos as Juntas de Freguesia que o fizeram, obviamente, que o fizeram em coordenação com os Diretores dos Agrupamentos, que ficaram muitíssimo aliviados. Atividades em coordenação com os Agrupamentos, atividades lúdico-pedagógicas porque, como é óbvio, os monitores da componente de apoio à família não podem lecionar conteúdos letivos, como é de todo evidente. -----

----- Quanto á questão do Senhor Deputado Ricardo Robles, bom, permita-me discordar totalmente de que há uma continuidade das políticas na área da educação. Há uma total inversão nas políticas de educação neste país. Deixarmos o inglês como sendo obrigatório. Foi o anterior governo que trouxe o inglês, a música, a ginástica, para as escolas, convenhamos que não posso acompanhar as suas afirmações, de facto há um retrocesso civilizacional. Temos hoje a geração mais qualificada de sempre, e isso deve-se muito aos governos do Partido Socialista, e este Governo está a destruir essa possibilidade, de estas gerações, no futuro, puderem ter as qualificações que são necessárias para poderem aspirar a trabalhos dignos e bem remunerados. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **Moção nº 1/46**, subscrita pelo Grupo Municipal do PCP (anexada à presente ata como anexo III, e dela faz parte integrante); -----

----- **Recomendação nº 2/46**, subscrita pelo Grupo Municipal do PCP (anexada à presente ata como anexo IV, e dela faz parte integrante); -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----

----- “Realmente, vamos continuar a debater a educação, a escola pública e o início do ano letivo. -----

----- Tal como disse há pouco, de facto este é um tema absolutamente, atual. -----

----- O ano letivo 2014-2015 começou mal. Os graves problemas no concurso de professores, os erros e irregularidades e ilegalidades, traduziram-se em atrasos muito

graves nas colocações, de que resultaram milhares de professores para colocar e milhares de alunos sem aulas.-----

----- As consequências desta política são indesmentíveis, portanto, as dificuldades das famílias em gerir os problemas de ocupação dos filhos, as angustias dos professores, e a incerteza quanto à possível colocação, fruto da precaridade de um vínculo gerador de um clima de insegurança nas suas vidas. Mas friso, sobretudo, as nefastas consequências nas aprendizagens dos alunos que muito dificilmente, conseguirão recuperar este atraso. -----

----- Mas o início deste ano letivo foi também, marcado por graves outros problemas a nível nacional, encerramento de mais escolas do primeiro ciclo do ensino básico com a posição das respetivas comunidades e autarquias pela falta de condições em muitas das escolas para onde os alunos foram transferidos, as chamadas escolas de acolhimento, pelas dificuldades que algumas autarquias sentem para garantir os transportes escolares e outras responsabilidades, pela falta de milhares de funcionários, impedindo o funcionamento de numerosos serviços nas escolas.-----

----- O agravamento das condições de trabalho e de ensino/aprendizagem, resultam de normas sobre a organização do ano escolar impostas pelas finanças, ao invés de imperativos pedagógicos. Resultam de uma política que sobrepõe, aos critérios pedagógicos, critérios economicistas. O Orçamento de Estado para o ensino básico e secundário nos últimos três anos, apresenta cortes de mil e setecentos milhões de euros, menos 26%. Estes cortes brutais no investimento público têm contribuído para a degradação da qualidade das aprendizagens, com a desvalorização de currículos essenciais para a formação integral, com alterações da carga horária na área de diversas disciplinas, com a diminuição, ou mesmo, eliminação de importantes serviços de apoio aos alunos.-----

----- Consequência desta política de austeridade imposta ao país, e dos cortes na educação, é a degradação de instalações escolares e de equipamentos por falta de obras de fundo, ou manutenção. -----

----- É claro para nós que os problemas criados à escola pública fazem parte de uma estratégia mais geral do Governo, de privatização do ensino, levando as famílias a questionar e a duvidar da qualidade de ensino aí ministrada, através da promoção da “liberdade de escolha”, que mais não é do que o favorecimento do privado e do negócio da educação. Mas esta estratégia visa mais longe, visa o abandono progressivo de orientação para a formação integral do indivíduo, uma das marcas da escola pública.-----

----- Eu há pouco, disse no questionamento à Senhora Deputada Inês Drummond, que o Ministro foi incompetente, de facto, foi incompetente na resolução dos problemas da colocação dos professores. Mas devo agora, dizer que é competente no projeto que tem de destruição da escola pública. -----

----- A Constituição da Republica consagra um modelo de escola assente na progressão de igualdade de oportunidades para todos, pilar fundamental da concretização da democracia entendida no seu sentido pleno. -----

----- Após o 25 de Abril de 1974, deram-se passos gigantescos na elevação do nível cultural dos portugueses. Os professores e outros profissionais de educação, as forças políticas empenhadas no progresso do país, empenharam-se numa batalha visando a qualificação humanística e científica dos jovens. Esse investimento e empenho produziram resultados que importam salientar, aliás a nossa moção frisa isto; diminuição drástica do analfabetismo, generalização da rede pré-escolar, redução das taxas de insucesso e abandono escolar, alargamento da escolaridade obrigatória, a inclusão educativa, o acesso ao ensino superior de milhares de jovens. -----

----- Como referimos na moção que apresentamos, muito ainda há que fazer, mas esse não é o caminho que as políticas do Ministério da Educação tem vindo a seguir. Ao invés de investimento, opta-se pela desresponsabilização do Estado, opta-se por cortes no investimento que tem vindo a empobrecer a escola. Note-se que o guião da Reforma do Estado apresentado pelo Governo PSD/CDS, exclui a educação das funções sociais do Estado. -----

----- Os graves problemas na abertura do ano letivo, nomeadamente no que reporta à colocação de professores, tiveram, também, os seus efeitos em Lisboa. Destacando as situações do Agrupamento de Escolas Francisco Arruda, em Alcântara, Alto do Lumiar e Bairro Padre Cruz, entre outros. Nesse contexto, importa também a clarificação da Câmara, apenas e única e exclusivamente, no âmbito das suas competências, sobre as diligências efetuadas junto do Ministério da Educação para minorar estes problemas. -----

----- A democracia tem regras e os cidadãos têm o direito inalienável de exigir responsabilidades políticas aos responsáveis por toda esta situação. Estamos convictos de que é possível inverter este rumo. -----

----- Defender a escola pública, gratuita e de qualidade para todos é um imperativo ao qual, estou certa, nenhum Senhor Deputado poderá ficar indiferente. -----

----- Aproveito ainda para dizer que o Grupo Municipal do PCP apresenta, também hoje, uma recomendação sobre o processo de requalificação do Bairro Padre Cruz, portanto, construção de quinhentos fogos, há um erro, que de facto julgo já estar corrigido, de habitação municipal. De acordo com a recomendação, nós pedimos que a Assembleia Municipal delibere que “o executivo camarário apresente com a maior brevidade possível um cronograma atualizado da conclusão do processo de requalificação do Bairro Padre Cruz. Que o executivo camarário garanta e contemple, desde já, a inserção de verbas no Orçamento 2015 para a construção dos quinhentos fogos de habitação municipal do Bairro Padre Cruz, conforme prometido. Que o executivo camarário apresente e desenvolva parceria com os moradores e parceiros, um plano de intervenção na zona mais antiga do bairro até à verdadeira requalificação”.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **Recomendação nº 4/46**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE (anexada à presente ata como anexo V, e dela faz parte integrante); -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----

----- “O BE apresenta hoje, mais uma moção orientada, neste caso, para o tema da transparência, que se intitula; “Pelo normal funcionamento democrático da capacidade fiscalizadora da Assembleia Municipal de Lisboa”. -----

----- Deste modo, estamos num momento de balanço da descentralização de competências e transferências de meios, e muitas respostas continuam por responder. Este processo de descentralização afetou muitos serviços camarários. E para responder de forma imediata, o executivo optou pela pior solução possível, ao socorrer-se de precaridade para colmatar necessidades indispensáveis, abrindo vagas a trabalhadores a recibos verdes e contratos de emprego e inserção.-----

----- Com este processo, e no decorrer do mesmo, o BE quer apontar duas soluções que considera insustentáveis e que refletem profundas escolhas políticas deste executivo. Em primeiro lugar, o recurso, em si, a regimes de contratação que fomentam a precaridade e desviam recursos para empresas de *outsourcing*. É inaceitável que qualquer organismo público que dê prioridade a este tipo de contratação quando existem, e continuam a existir, outras opções viáveis. Em segundo lugar, foi apresentado em julho deste ano, um requerimento sobre salários em atraso e trabalhadores abrangidos por contratos de emprego e inserção, na Câmara Municipal de Lisboa. Até hoje, este requerimento, apresentado em julho, pelo BE, continua sem resposta apesar das várias tentativas, tanto em Plenário, como em Comissões. -----

----- Sendo a Assembleia municipal um órgão fiscalizador tem de ter acesso à informação relevante e de interesse público e municipal, e não tendo acesso à informação requerida, há cerca de quatro meses, não pode de forma efetiva tal como lhe compete, exercer o seu papel. Chegamos, então, a uma situação onde o funcionamento democrático da capacidade fiscalizadora da Assembleia Municipal é blindada pela falta de informação, agravando que se trata de informação de relevante interesse que tem a ver com o tipo de contratação que a Câmara Municipal te efetuado, como é que é composto o quadro de pessoal, neste momento, na mesma. -----

----- Reiteramos, então, em nome do rigor e da transparência da democracia que seja fornecida a informação sobre o número de trabalhadores abrangidos pelos contratos de emprego e inserção, com informação sobre as funções desempenhadas e as respetivas divisões e direções municipais, a duração do período em que estão em funções na Câmara Municipal e o custo para a mesma, correspondendo á sua atividade e, também, o pedido já feito anteriormente, para fornecer toda a informação disponível sobre o número exato de trabalhadores que estão em regime de prestação de serviços na Câmara Municipal de Lisboa.”-----

----- **Recomendação nº 1/46**, subscrita pelo Grupo Municipal do MPT (anexada à presente ata como anexo VI, e dela faz parte integrante); -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----

----- “Na continuidade das declarações políticas, o Partido da Terra, para além do tema que escolheu para esta sessão, e face aos falsos ataques repletos de demagogia

efetuados pela bancada do PS, na última sessão de declarações políticas, não podia deixar passar em branco, sem primeiro repor a verdade. -----

----- Como se devem recordar, na sessão de trinta de setembro de 2014, desta Assembleia, a Deputada Municipal Sofia Cardoso usou da palavra afirmando que se vê do exterior a conclusão dos trabalhos da terraplanagem do Aquaparque. E que em um de outubro, iriam ser demolidas as últimas estruturas de betão.-----

----- Afirmou, também, que as remoções das vedações estavam condicionadas devido à existência de uns sumidores a descoberto. -----

----- Nas fotos já distribuídas pelos vários Grupos Municipais, poderão constatar que não se vislumbra do exterior qualquer alteração no espaço, nem nas fotos tiradas no próprio dia do Plenário, nem nas tiradas no dia seguinte, o tão prometido dia de arranque das obras de demolição. -----

----- Curiosamente, passado um mês, constata-se sim, vidros partidos na entrada do Aquaparque, paredes grafitadas e a totalidade de estruturas de betão em pé. Portanto, não se confirmou, ou não se confirma, sinais de demolição. Porém, nem tudo é mau. O espaço teve uma ligeira limpeza. -----

----- Provavelmente, a Senhora Deputada tirou as suas fotos em excesso de velocidade, de tal forma que as mesmas já antecipam o futuro, o final da obra. Infelizmente, para todos, não é essa a realidade. Os lisboetas ainda vão ficar à espera da reabertura desse espaço à cidade. -----

----- As recomendações efetuadas pelo MPT, dizem respeito a problemas concretos da cidade e que, efetivamente, não estão resolvidos. O planeamento ou a intenção, não sinónimo de resolução. O caso do Aquaparque encaixa-se, perfeitamente, no leque de problemas onde existem promessas de devolução do espaço aos munícipes.-----

----- O que se torna evidente é que o Partido da Terra não vai deixar de alertar para os problemas da cidade, tal como, possivelmente, os Senhores gostariam. O Partido da Terra pretende que se reflita acerca da estratégia de modernização e valorização dos vinte e nove mercados municipais da Cidade de Lisboa, levado a cabo pelo atual executivo, e para a qual pretendemos dar o nosso contributo através da apresentação de uma recomendação. -----

----- Estes espaços localizados estrategicamente, revelam ser uma mais-valia para promover os centros da cidade, já que são uma referência socioeconómica e urbana muito forte que precisa de ser conservada e dinamizada. Porém, tem-se notado um decréscimo na afluência de clientes, talvez devido à carência de serviços de apoio, bem como ao próprio modelo de gestão adotada. -----

----- Esta perda de atratividade no setor do comércio, deve-se, entre outros fatores, à cumplicidades intrínsecas à expansão das cidades, se por um lado, se assiste à desertificação das zonas centrais da cidade e à degradação do edificado aliando o clima de insegurança, por outro lado, verifica-se o aparecimento de novos polos de atração, como os hipermercados e os centros comerciais. -----

----- Naturalmente, que esta perda também está, em parte, relacionada com as lógicas de mercado subjacentes, em particular com a predominância de empresas de cariz familiar. -----

----- A falta de formação profissional e a ausência de promoção e animação nos mercados, que aliados às dificuldades de acesso a estacionamento nas imediações, geram menor interesse ao consumidor. Contrariamente, as catedrais de consumo proporcionam comodidades ao cliente, desde o horário alargado, fácil estacionamento de acesso, maior variedade de produtos e de promoções que criam níveis de exigência crescentes nos consumidores, sobretudo, nas faixas etárias mais jovens. -----

----- Antecipando o futuro dos mercados municipais portugueses até 2030, o investigador João Barreta traça quatro cenários possíveis, do quais destaca o quarto cenário que corresponde ao cenário ideal, um modelo aplicado na Cidade de Barcelona que assenta na fidelização dos cidadãos através da criação de infraestruturas no centro da cidade, nomeadamente, ao nível do estacionamento, ruas pedonais, e respetiva dinamização do comércio local. Todavia, independentemente, da estratégia adotada, para este investigador é urgente preservar estes espaços senão pela sua vertente comércio, pelo seu valor patrimonial. A imagem do mercado será sempre um marco de referência para a população residente, bem como para os turistas que visitam a cidade e, como tal, dificilmente se poderá desassociar do seu centro tradicional. -----

----- O Partido da Terra reconhece que a inovação organizacional constituirá a base existencial para esse trabalho, cujo objetivo será fazer dos mercados o formato comercial atual e há que competir com os restantes formatos comerciais mais organizados, mais modernos e mais inovadores. Exemplo disso, é o modelo de gestão implementado no novo Mercado da Ribeira. Impulsionado pelo atual executivo que já revela elementos de mudança no conceito de mercado municipal, enquanto estrutura tradicional de comércio retalhista de proximidade. Este modelo comercial apresenta benefícios relativamente à realidade que o antigo mercado mostrava, para além do investimento de cinco milhões de euros que originou a criação de mais de trezentos postos de trabalho diretos. Mas, nem todos estão satisfeitos com a chegada deste novo conceito de mercado, que o digam os vendedores tradicionais do Mercado da Ribeira. Embora, reconheçam que há mais gente a visitar o mercado, essa maior circulação não se traduz em números, pelo contrário, muitos destes vendedores estão a vender cada vez menos. Para além da perda de clientes, instalou-se um sentimento de angústia e revolta entre os vendedores que se sentem empurrados, devido às novas regras impostas por despacho do Vereador Sá Fernandes que impede os comerciantes de mudarem de atividade, ou mesmo, de passar o testemunho dos lugares que ocupam os seus familiares. Qual o objetivo para este impedimento? Será que a Câmara quer acabar com o que resta do mercado tipicamente tradicional? E não havendo descendência, mais rápido se colocam mais tasquinhas e espaços. -----

----- O Partido da Terra considera que para haver melhores resultados na requalificação dos mercados municipais, tem de se intervir nas várias vertentes que não poderão apenas, resumir-se a simples projetos de intervenção física no edificado, e abertura de espaços ancora para trazer pessoas aos mercados. No nosso entender deverá ser trabalhado um modelo de gestão que se aproxime do modelo que vigora nas grandes superfícies, apesar dos mercados terem algumas vantagens competitivas

com qualidade dos produtos frescos, principalmente nos hortícolas e peixes. Também, o atendimento é personalizado proveniente na relação de confiança e de proximidade estabelecida com os vendedores. -----

----- Contudo, é necessário aproximar a experiência de compra com o mesmo tipo de serviços e atrações. -----

----- Não será difícil de identificar outras iniciativas que deveriam de ser desenvolvidas como formas de fidelização, horários mais favoráveis, serviços de carrinhos para efetuar as compras no mercado, entregas ao domicílio, realização de eventos, dinamização do espaço e campanhas de sensibilização. -----

----- Não se trata de descobrir a pólvora, trata-se sim da capacidade de aplicar uma política concreta onde as funções tradicionais tenham, pelo menos, a mesma relevância e envolvimento do que a introdução de novas funções. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, interpelou o seguinte:-----

----- “Eu apenas queria relembrar o Senhor Deputado António Arruda, do MPT, que ainda em fevereiro deste ano, e já para não dizer todo o acompanhamento que o CDS-PP tem feito, quer no anterior mandato, quer neste, no que respeita à questão dos mercados municipais, e as várias propostas que tem apresentado neste Plenário, e também na Câmara Municipal, mas principalmente, nesta Assembleia Municipal, relembrar que apresentamos uma recomendação em fevereiro deste ano, na reunião de vinte cinco de fevereiro, e que foi aprovada por maioria, e que teve o voto favorável do MPT, exatamente a exigir uma estratégia municipal que deriva da Lei 56/2012, e tendo em conta que a Câmara ficou com alguns mercados considerados estruturantes, e tendo em conta que a maior parte dos mercados passaram para as Juntas de Freguesia, que era necessário e essencial, definir uma estratégia municipal conjunta. ---

----- Levantamos aqui essa questão da proposta, além de outras elencadas nesse documento, tivemos um *feedback* positivo por parte do Senhor Vereador Duarte Cordeiro, e penso que chagamos aqui a um consenso. Essa recomendação também tinha na parte deliberativa que a 2ª Comissão desta Assembleia Municipal, fizesse um acompanhamento a esta matéria e, no seguimento dessa deliberação, a Comissão faz amanhã um mês que reuniu, onde o Senhor Deputado não tem assento, mas poderia estar presente já que o Regimento assim o prevê, reunião em audição ao Senhor Vereador Duarte Cordeiro, que nos veio falar sobre a situação pontual de cada um dos mercados. Fez uma explanação desde o mercado A ao mercado Z, o ponto de situação, o que se passa, qual o entendimento da Câmara sobre cada um deles, quais são as propostas apresentadas até ao momento, porque essa é uma preocupação nossa, o que é que as Juntas quereriam para os seus mercados para evitarmos ter réplicas daquilo que foi o Mercado da Ribeira e de Campo de Ourique. Não vamos avaliar se foram boas ou más iniciativas, eu penso que até foram boas, com alguns constrangimentos que o Senhor Deputado também já levantou, e o próprio Vereador assumiu na reunião, mas para que não caísse nesse problema, deu conhecimento dessas propostas das Juntas e, portanto, entendeu-se que a Câmara está preocupada

neste momento, coisa que não aconteceu nos últimos seis anos do mandato do Partido Socialista, mas que neste momento está empenhada em resolver a questão dos mercados municipais em conjunto, e aproveitando esta oportunidade, com a vontade dos vários executivos das Juntas de Freguesia da cidade. -----

----- Nessa mesma reunião, o Senhor Vereador Duarte Cordeiro partilhou connosco a apresentação dos princípios da estratégia municipal para os mercados e apresentar um Plano Municipal de Mercados, que está aberto a todos, que são de todos, nós aproveitamos enquanto força política responsável e numa perspectiva de oposição crítica mas construtiva, apresentámos, também, algumas sugestões. -----

----- Penso que, tendo em conta esta disponibilidade de colaboração por parte do executivo, porque muitas das vezes, não existe, mas existindo por parte do Vereador Duarte Cordeiro, penso que é de aproveitar para trabalharmos em conjunto. -----

----- Quer a Assembleia Municipal, quer as Juntas de Freguesia, quer a Câmara, para que cheguemos a uma estratégia municipal integrada para os mercados municipais, e que ela seja, de uma vez por todas, não só um mero anúncio deste executivo, mas sim posta em ação. -----

----- E tendo em conta todos estes antecedentes, parece-me um bocado redundante estarmos sempre a dizer o mesmo. Podemos reforçá-lo, mas estarmos sempre a dizer o mesmo, parece-me redundante. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro (PS)** no uso da palavra, interpelou o seguinte:-----

----- “Antes de mais, queria agradecer ao Senhor Deputado António Arruda. Penso que, metade das declarações políticas de uma força política, representada na Assembleia Municipal, é desde logo uma honra, ainda por cima, de uma estreante nestas matérias.-----

----- Eu devo dizer-lhe que se fosse tão suscetível como o Senhor Deputado, tinha feito logo aqui a defesa da honra. Não sou Sofia Cardoso, sou Sofia Cordeiro. E não tenho nenhuma relação familiar com o Senhor Deputado Duarte Cordeiro, apesar de partilharmos o sobrenome, mas é um sobrenome que muito me orgulho. Por acaso, tenho família Cardoso, efetivamente, mas já não me calhou a mim, já é a minha avó. --

----- Se o Senhor Deputado tivesse o cuidado de ir ver as declarações que fizemos aqui, no dia trinta de setembro, e mesmo não tendo a ata disponível, podia ter visto, de facto, em vídeo, aquilo que lhe disse não foi acusá-lo, de forma nenhuma, de falsas declarações, porque o Senhor Deputado apenas disse que não tinha conhecimento, e eu informei-o que no Aquaparque aquilo que se tinha passado eram todos os aterros, todas as terraplanagens, já tinha sido feitas e iam entrar em obra no dia seguinte, e portanto, era normal que não estivesse feito o último fornecimento que dizia respeito às demolições de estruturas de betão e pórticos, e ia entrar em obra no dia um de outubro, e portanto é normal que se fosse lá tirar fotografias no dia dois de outubro, ainda não estivessem as demolições feitas, e que nem todas as estruturas iam ser demolidas, e isto porque, se a mata vai ser aberta ao público vão ser necessárias estruturas de apoio, nomeadamente casas de banho e, eventualmente, alguma estrutura

que seja para concessionar e para permitir ter ali algum espaço que os munícipes possam utilizar como apoio à mata. -----

----- E esta é a questão que queríamos colocar, se acha bem que todas as estruturas sejam demolidas para depois se virem a construir estruturas novas? Bem, pode ser uma hipótese, mas não nos parece a mais fiável.-----

----- Portanto, não gostaria que ficasse a ideia de que eu acusei alguém de mentir, simplesmente eu dei-lhe esta informação. Pelo que não gostaria que essa ideia ficasse.

----- Gostaria de lhe perguntar, se efetivamente, se essa é a informação que já tem, ou que ficou clara, ou se ainda resta alguma dúvida que lhe possamos esclarecer em relação ao Aquaparque, e em relação ao prazo de execução que também aqui falámos?

----- Em relação à razão porque é que as vedações ainda estavam, efetivamente, tem toda a razão, foi essa a razão que lhe demos, ainda havia alguns sumidouros que não permitem a abertura em condições de segurança, razão pela qual aquela zona ainda não está aberta. Mas penso que, uma vez que temos aqui a Câmara, a mesma poderá informá-lo melhor sobre esta matéria. -----

----- Em relação à questão dos mercados e a recomendação que o MPT aqui nos traz hoje, nós vamos acompanhá-la com o nosso voto favorável, na sequência de uma conversa que tivemos a oportunidade de ter com o MPT, e as sugestões que foram bem acolhidas no sentido de incorporar, também, o trabalho que já está a ser feito e que bem foi lembrado aqui pelo Senhor Deputado Digo Moura, relativamente ao plano que existe na Câmara para os mercados, e relativamente, também, àquilo que são as medidas que estão a ser tomadas em conjunto, nomeadamente, com a Associação dos Comerciantes de Lisboa. -----

----- Em relação aos mercados, eu gostaria também de lhe dizer, Senhor Deputado, que aquilo que são as suas recomendações têm, de facto, primado pelo que nos diz que são os seus passeios pela cidade e a recolha de informações que faz pela cidade. Mas se nesses passeios que faz pela cidade, se der ao trabalho de não só passear, de observar mas falar com os munícipes e com os comerciantes, poderia saber que os comerciantes dos mercados já fazem, por exemplo, as entregas ao domicílio que nos recomendava. Os comerciantes de mercado não querem carrinhos de supermercado lá nos mercados, os comerciantes de mercado querem manter o comércio dos mercados tal como ele está. E se nesse sentido, procurasse perceber o sentimento dos comerciantes relativamente ao despacho que nos fala, por exemplo, e que acha que faz perigar aquela que é a matriz tradicional dos mercados, se calhar poderia ter lido o despacho, se calhar poderia ter procurado as motivações, porque aquilo que este despacho faz é precisamente, proteger a matriz tradicional dos mercados, porque se os comerciantes puderem ceder as suas bancas e alterar dramaticamente aquilo que é o objeto do seu comércio, então os mercados transformam-se e deixam de comercializar fruta e legumes e passam a poder vender aquilo que as pessoas que têm mais dinheiro possam oferecer aos comerciantes que têm neste momento, as suas bancas. Nesse aspeto, com aquilo que disse, não podemos concordar. Agora, partilhamos dessa preocupação e nesse sentido, vamos acompanhar a sua recomendação e votá-la favoravelmente, mostrando que também nos preocupamos e que a estratégia dos

mercados é algo que é crucial e que tem sido também uma preocupação do Grupo Municipal.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Simões (IND)** no uso da palavra, interpelou o seguinte:-----

----- “No que respeita à recomendação apresentada pelo MPT, o Grupo Municipal dos Independentes concorda com o espírito positivo subjacente à reabilitação e revitalização destes importantes equipamentos de proximidade, determinantes durante décadas para o abastecimento da população de Lisboa, ainda hoje fundamentais para o abastecimento das populações mais desprotegidas e desfavorecidas, economicamente, com especial referência para a população mais idosa e com mobilidade reduzida. -----

----- Já existe atualmente, uma política municipal estratégica para os mercados de Lisboa a ser desenvolvida e definida pelo executivo da Câmara Municipal de Lisboa, e envolve a Associação dos Empresários e Comerciantes dos Mercados de Lisboa como parceira para a sua implementação, facto esse que podemos atestar e eu, pessoalmente, poderei confirmar. -----

----- Contudo, não podemos estar mais em desacordo e que felizmente, o MPT acordou em retirar esse ponto, com o ponto número oito que estava na recomendação por não considerarmos o estacionamento seja causa para o afastamento da população dos mercados, nem concordamos com o reforço da política do uso do automóvel em equipamentos de proximidade, muito menos com o envolvimento da EMEL em processos de revitalização comercial. Tratar-se-ia de uma ambiguidade que só resultaria ainda num maior afastamento e consequentemente direcionamento da população para as grandes superfícies onde estão isentas do pagamento das taxas de estacionamento. -----

----- De referir, ainda, da ambiguidade presente na moção, ou defender nos considerandos modelos de gestão comercial semelhantes ao praticados nas grandes superfícies, e por outro, recomendar a integração física do tradicional, e preservação da tradição dos mercados na sua identidade, pluralidade, diversidade e concorrência, são características do ADN dos mercados de Lisboa que lhe asseguram a popularidade e não se assemelham nem são compatíveis com práticas de *dumping* camuflado ou monopolistas. Logo, os modelos a empreender e desenvolver deverão ajustar-se à prática do abastecimento, à exigência do consumidor atual. -----

----- Considerando, ainda, os modelos de gestão convém afirmar que cada mercado, as localizações e os contextos socioeconómicos é que determinam os modelos. De qualquer das formas, e conforme combinamos anteriormente, iremos votar favoravelmente esta recomendação.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção final, respondendo às questões colocadas: -----

----- “Senhor Deputado Diogo Moura, obrigado pelas suas palavras. Na verdade eu não posso estar em todas as comissões, mesmo que tenha possibilidade de estar, mas é impossível, para além da Assembleia tenho outras coisas que fazer, pelo que não me dá hipóteses. -----

----- Eu nunca disse que a Câmara não estava a tratar da questão dos mercados, nem que tinha desinteresse pelos mercados, pelo contrário.-----

----- Eu passo pela cidade, vejo as coisas, digo-as e reforço-as, até. E neste caso, foi até um reforço ao trabalho que a Câmara está a efetuar. Não é estar sempre a falar da mesma coisa. -----

----- Senhora Deputada Sofia Cordeiro, se lhe chamei Cardoso peço-lhe imensa desculpa, mas o que eu tinha aqui escrito era Cordeiro, na verdade, na intervenção. Foi um erro meu e eu peço-lhe desculpa por isso. -----

----- Eu tenho a impressão que afinal nós não nos entendemos bem no que a Senhora me disse e no que eu interpretei. A verdade, é que eu interpretei que a Senhora estava a dizer que toda aquela coisa estava a ser demolida, iria concluir, e o que eu vi foi por fora, até me disse que eu passava a grande velocidade e não via o que é que se passava. A verdade é que os meus colaboradores que me ajudam nisto, também ficaram aborrecidos porque eles também tinham visto, e resolvemos ir tirar as fotografias e, infelizmente, ao fim de um mês, as fotografias tiradas, porque as fotografias que foram distribuídas tem fotografias atuais e tudo continua na mesma. A única coisa que nós conseguimos ver foi lá muito ao fundo, uma escavadora que já lá não está, e não vimos ninguém, nem uma pessoa, a trabalhar lá. -----

----- Como eu lhe disse da outra vez, eu não estou nos gabinetes, não posso andar nos gabinetes a toda a hora, não tenho uma estrutura tão grande que me permita, o que eu tenho de ver é passar pela cidade, ver e denunciar. -----

----- Fico muito contente se as obras começarem e se aquele espaço for devolvido à cidade. É bom.-----

----- Eu não estou aqui para criticar o PS, ou outro partido qualquer, por gozo. Não estou. Eu quero é que as coisas sejam feitas, por isso, critico. -----

----- Em relação ao Senhor Deputado Rui Simões, a maneira de gerir os mercados é uma questão de opinião, e cada um de nós tem a sua opinião. O que me interessa é que os mercados e, quem lá está a trabalhar, tenham o máximo de lucro, as pessoas se sintam bem em ir comprar aos mercados, e os vendedores possam vender. E a verdade, é que eu já falei com alguns vendedores nos mercados e eles têm-me dito que diminuiram o negócio de vendas. Eu dei algumas soluções. Poderão não concordar, arranjem outras, eu estou disposto a aceitá-las. -----

----- Muito obrigado pelas vossas palavras.” -----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Terminámos as intervenções políticas. Ao longo destas intervenções ouve questões colocadas diretamente à Câmara, e a bancada da Câmara informa-me que têm dois Vereadores e o Presidente para responder. Eu lembro à vossa bancada que têm dez minutos apenas para responder. Peço que respeitem o tempo regimental.”-----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu julgo que em relação ao Aquaparque, a Senhora Deputada Sofia Cordeiro respondeu. E os pedidos de desculpa do Senhor Deputado António Arruda clarificaram as questões, ainda bem. -----

----- Em relação a Monsanto, eu queria referir três notas rápidas; primeiro, eu julgo que “Os Verdes” sabem bem, ao contrário do que disseram, foi aprovado um Plano de Gestão de Monsanto que não existia. Portanto, ao dizerem que não existe um plano para Monsanto, existindo um Plano de Gestão que foi aprovado é de facto uma contradição no que estão a dizer. Segundo, em relação ao Clube de Tiro, é extraordinário que não se lembrem que em 2008, uma proposta assinada por mim, na Câmara, subscrita aliás, pelo Senhor Presidente da Câmara não passou, e que era exatamente, para extinguir o Clube de Tiro, não passou exatamente, porque a CDU, que eu saiba é o agrupamento entre o PCP e “Os Verdes”, absteve-se. Se não se tivesse abtido, o problema do Clube de Tiro estava resolvido em 2008. E de 2008 até hoje, até por uma proposta que tinha sido apresentada na Câmara, também, eu fiz todos os esforços para minimizar os impactos do Clube de Tiro. E chegou a altura de ter as razões suficientes, e mais do que suficientes, e jurídicas, para extinguir o Clube de Tiro e foi isso que fizemos. Caso a CDU tivesse aprovado a minha proposta que eu apresentei em 2008, o problema estava resolvido desde 2008, infelizmente, assim, não aconteceu. É bom termos memória em todas estas questões, e esta é uma memória boa para ter. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, apresentou o seguinte protesto: -----

----- “Eu penso que é um abuso. Mas temos essa experiência de que o PCP é o mal de tudo. Mas ainda tenho essa expectativa de um dia termos a oportunidade de gerirmos esta cidade, como gerimos outras, com igual mestria, saber e participação. -----

----- Mas o que é verdade, atribuir a abstenção em relação a esse aspeto é, claramente, um abuso. Que a decisão que tomou não tem a ver concretamente com esse aspeto, e sabe que não tinha direito a evocar isso como uma razão. -----

----- Portanto, nós protestamos quanto a esta afirmação que é, naturalmente, ao lado.” -

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, apresentou o seguinte protesto: -----

----- “Em relação às palavras que o Senhor Vereador acabou de proferir, é importante que tenha atenção àquilo que foi a intervenção de “os Verdes”. O que nós dissemos, aliás, aquilo que temos vindo a dizer ao longo dos tempos, não é que não há esse Plano de Gestão. O que nós dissemos, e vou repetir, é que se atualize e desenvolva o Plano de Ordenamento e Revitalização de Monsanto, o PORM que certamente o Senhor Vereador conhecerá. Aliás, e aproveitamos, já que não o fizemos na declaração política, para voltar a pedir à Câmara Municipal de Lisboa que nos faça chegar este documento que nós já o pedimos aqui em Plenário, já pedimos várias vezes através de requerimentos escritos, e até hoje, continuamos à espera deste plano. -

----- Em relação á abstenção do Vereador do PCP na Câmara Municipal de Lisboa, se calhar o Senhor Vereador devia, também, de esclarecer o que é que essa proposta representava, e o que é que essa proposta queria dizer. Porque o Senhor Vereador não pode vir para aqui dizer aquilo que bem entende sem esclarecer e sem dizer tudo o que se passa. Se calhar essa proposta era no sentido de continuar a permitir que lá se

mantivesse o Campo de Tiro, mesmo tendo caducado o prazo, se calhar era por aí que o Senhor Vereador devia ter pegado, e se calhar devia de ter estado com mais atenção à intervenção que “Os Verdes” fizeram aqui.” -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Para ser muito sintético, a razão de o PCP não estar a governar a cidade é porque, de facto, não teve votos para isso. Parece-me uma evidência tão lógica que nem vale a pena estar a adiantar-me em relação a essa matéria. -----

----- Em relação ao Plano de Gestão Florestal é exatamente aquilo que se decide como se ordena, e como é que se faz a gestão do Plano de Gestão Florestal que é público, mas eu posso enviar-lhe esse plano que é exatamente o plano de ordenamento, um plano de gestão é um plano de ordenamento da floresta de Monsanto. -----

----- E para que não surjam dúvidas, a abstenção do PCP em relação ao Clube de Tiro é evidente, nós queríamos denunciar a contrato e o PCP absteve-se em relação a essa matéria. É a verdade dos factos. Se assim não tivesse acontecido, desde 2008, que o Clube de Tiro não existia em Monsanto. -----

----- Uma outra questão que, há bocado, esqueci-me de dizer, e que se calhar irá gerar um novo protesto de V. Exas., é que o primeiro partido que fez contratação externa para Monsanto foi, precisamente, o PCP. Não esqueçamos isso, também.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Só para fazer um comentário em relação à recomendação do MPT, do Senhor Deputado António Arruda, e também, fazer minhas as palavras do Senhor Deputado Diogo Moura. Dizer que a Assembleia Municipal já se pronunciou sobre essa matéria, aprovando até sob larga maioria, um Plano Municipal de Mercados que a Câmara se disponibilizou a iniciar a sua concessão para depois executar ao longo deste mandato, e tive a oportunidade de estar na 2ª Comissão tal como foi dito, para fazer um ponto de situação desse plano, Plano Municipal de Mercados.-----

----- Parece-me que algumas das ideias que tem parecem fazer sentido fazerem parte desse Plano Municipal de Mercados mas, em certa medida, é redundante a Assembleia Municipal estar constantemente a pronunciar-se sobre as mesmas matérias, sendo que, partimos nós do princípio, que algumas das preocupações que demonstra estão expressas nessa primeira recomendação aprovada. -----

----- Deixar claro que, ao contrário do que refere o despacho que foi feito pelo meu colega Vereador José Sá Fernandes, já houve a oportunidade de ser esclarecido e nenhum dos aspetos que aqui referenciou, nem a transmissão para familiares, nem a questão de mudança de ramo, estão interditos. O que acontece é que houve uma necessidade de avaliação pontual, caso a caso, porque se verificou nestes casos em particular, nos mercados em que há concessões, enorme especulação de preços e a Câmara também ficou bastante preocupada com essa matéria. -----

----- Parece que, entretanto, a situação já foi esclarecida e o Senhor Vereador José Sá Fernandes, já teve a oportunidade de fazer um despacho clarificador sobre essa matéria. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “É essencialmente para abordar um tema que foi aqui abordado pelo Senhor Deputado Victor Gonçalves sobre a alteração dos estatutos da EMEL. -----

----- Em primeiro lugar, a Câmara procura sempre respeitar a Assembleia Municipal. --

----- No caso concreto, não houve nenhuma recomendação da Assembleia Municipal, houve uma recomendação de uma Comissão da Assembleia Municipal. -----

----- Em segundo lugar, não houve uma deliberação, houve uma recomendação que tal como o nome indica, é só uma recomendação. -----

----- E gostaria de dizer o seguinte: a dúvida sobre a alteração dos estatutos da EMEL, se a Câmara tinha, ou tinha, competências para mandar um seu representante para votar a alteração de estatutos na Assembleia Geral, foi levantada numa reunião de Câmara, em julho, pelo Senhor Vereador Fernando Seara. -----

----- Depois de haver uma grande discussão sobre o tema, eu decidi suspender o tema para pedir um parecer jurídico, portanto, o parecer do Departamento Jurídico não é posterior à recomendação da Comissão da Assembleia Municipal. O parecer do Departamento Jurídico é de agosto, anterior à anterior recomendação da Comissão da Assembleia Municipal. E não tendo o maior respeito pela Assembleia Municipal, apesar de tudo, a quem compete dar pareceres jurídicos é o Departamento Jurídico, e nós seguimos as orientações do Departamento Jurídico. E seguimos porque, para lhe ser absolutamente sincero, não tenho a maior das dúvidas sobre a legalidade e a interpretação feita pela Câmara, porque, em primeiro lugar, a nova lei que entrou em vigor no ano passado, ou há dois anos, veio enunciar expressamente quais são as competências das Assembleias Municipais em matéria do setor empresarial local. Veio dizer no artigo 22º, que compete ao órgão deliberativo “aprovar a constituição, ou a aquisição, de participações em empresas”. Veio dizer, em segundo lugar, que compete também aprovar a “alienação da totalidade, ou parte do capital social, a dissolução, a transformação, a integração, a fusão ou a internalização das empresas locais”. A lei teve o cuidado de especificar quais são as circunstâncias em que a Assembleia Municipal tem de intervir. Podia-se, até, pensar que nesta expressão “transformação”, estava incluído as alterações dos estatutos. -----

----- Acontece que o artigo 63º, diz expressamente o que significa “transformação”, a transformação de uma empresa local é quando, em alternativa à obrigatoriedade da dissolução, o município decide alienar integralmente o capital, e a empresa é transformada de empresa local em empresa privada, ou no que for. Portanto, não está aqui “transformação”. -----

----- Portanto, não estando perante, nem constituição, nem aquisição, nem alienação, nem dissolução, nem transformação, nem integração, nem fusão, nem internalização, não está previsto na lei a atribuição da competência à Assembleia Municipal. E não estando previsto na lei a atribuição da competência à Assembleia Municipal, vale por isso, o que está previsto no artigo 21º, Regime Jurídico, dizendo que “as empresas locais se regem pela presente lei, na ausência da presente lei, pela lei comercial, ou pelos seus estatutos”. Ora, o que é que dizem os estatutos da EMEL? -----

----- Os estatutos da EMEL foram alterados em fevereiro de 2013, por deliberação da Câmara, sob proposta dos então Vereadores Fernando Nunes da Silva e Vereadora Maria João Mendes. -----

----- Na exposição de motivos, é expressamente dito que se trata de uma intervenção de âmbito exclusivo de adequação ao novo Regime Jurídico resultante da Lei 50/2012. Portanto, o Senhor Vereador Fernando Nunes da Silva, que hoje não vejo aqui presente, e a Senhora Vereadora Maria João Mendes, propuseram à Câmara Municipal, alterações aos estatutos, expressa e exclusivamente, para adaptar os estatutos da EMEL ao que se expõe na nova lei. Uma das alterações que aqui está, aliás, também explicitada logo no preâmbulo, é dizer “do novo regime realçasse o facto de as empresas locais passarem a ser pessoas coletivas de direito privado a dispor, obrigatoriamente, de uma Assembleia Geral composta pelo representante da entidade pública participante, designado pelo órgão executivo. -----

----- Ora, entre as alterações que foram feitas aos estatutos, foi alterado o artigo 10º dos estatutos. E na alínea g), do artigo 10º dos estatutos, diz o seguinte: “competete à Assembleia Geral deliberar sobre quaisquer alterações aos estatutos e aumentos de capital”. Portanto, os estatutos da EMEL que foram alterados expressamente, especificamente e exclusivamente, para adaptar os estatutos ao novo quadro legal, qual foi uma das inovações que introduziu? Foi prever que competia à Assembleia Geral passar a alterar os estatutos da EMEL. E depois prevê como é que a Assembleia Geral delibera. E a Assembleia Geral delibera, e que é um acionista único, por representante do Município de Lisboa, na Assembleia Geral, é designado pela Assembleia Municipal de Lisboa, e exerce esse mandato expresso pelo município previamente lhe conferir. Ou seja, a lei define quais são as circunstâncias em que compete à Assembleia municipal deliberar. Os estatutos da EMEL que foram alterados para se adaptarem ao novo regime legal, o que previram, é que a competência da alteração estatutária passava a caber à Assembleia Geral. E que a representação na Assembleia Geral passa a ser assegurada pela Câmara através de representante seu. -----

----- Tenho, até ideia, mas tenho que verificar isso, porque não pude verificar na audição, na gravação em ata, que foi, aliás, por proposta da então Senhora Vereadora Helena Roseta, que se acrescentou que o representante da Câmara exercia a representação nos termos do mandato expresso pelo município. Como a preocupação que havia era que o representante não chegasse à Assembleia Geral e deliberasse como bem entendesse, mas fosse uma espécie de nuncio que ia com um mandato imperativo, e tinha que exercer o mandato nos termos, precisamente, fixados pela Câmara Municipal. -----

----- Verdadeiramente, não se trata aqui de uma grande inovação porque a generalidade das alterações estatutárias, já no regime estatutário legal, anterior, eram da competência da Câmara Municipal. E, portanto, a inovação que aqui se fez, na lei, foi dizer que passa haver uma Assembleia Geral, e quem está na Assembleia Geral é a Câmara, através de um representante. Portanto, não há aqui uma alteração de fundo, agora eu não tenho a menor das dúvidas e o parecer do Departamento Jurídico

também não consente a menor das dúvidas, que nos termos da lei, e nos termos de, por proposta do Senhor Vereador Nunes da Silva e da Senhora Vereadora Maria João Mendes, e que sem votos contra na Câmara Municipal, foram alterados os estatutos exclusivamente, para os adaptar à lei, e expressamente os estatutos prevêm que é através da Assembleia Geral da EMEL que se procede à alteração dos estatutos da EMEL. E recordo que isto foi aprovado em reunião de Câmara, com nove votos a favor, e sete abstenções. -----

----- Não sei se o Senhor Vereador estava presente nessa reunião. Provavelmente, esteve. E provavelmente, foi dos que se absteve, e não dos nove que votaram a favor. Mas recordo que essa alteração foi expressamente, feita para passar a caber á Assembleia Geral da empresa a competência de alteração dos estatutos da empresa. ----
----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “O BE gostaria de registar e de lamentar que, de novo, continua a não haver resposta a um requerimento que foi apresentado há quatro meses, em julho. E, já agora, deixar também um apelo a que o bom senso da própria presidência desta Assembleia, que ajude a que a própria Assembleia consiga fazer o seu papel fiscalizador quando são pedidos documentos que são necessários.” -----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Com certeza. Não é propriamente uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, mas é competência da Mesa garantir que esses documentos sejam respondidos, pelo que registo o vosso pedido.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Gostaria de solicitar à Mesa que solicitasse ao Senhor Presidente da Câmara que dissesse em que artigo da lei 50/2012, se refere que compete à Câmara alterar os estatutos das empresas locais. Em que artigo é que isso está escrito?-----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, eu registo o pedido, mas o Senhor Presidente poderá responder. -----

----- Eu chamo a vossa atenção para o facto de termos este ponto na ordem de trabalhos. Portanto, estamos aqui sob a figura um tanto controversa de “à pala” de uma interpelação à Mesa que é sobre a condução dos trabalhos, estar a pedir informação. -----

----- Portanto, eu pedi ao Senhor Deputado Victor Gonçalves que tivesse um pouco de paciência porque nós iríamos entrar nessa matéria muito em breve, e certamente a Câmara, o Senhor Presidente da Câmara, ou a bancada da Câmara, responderão na devida altura. -----

----- Senhor Deputado, desculpe. A Mesa está a presidir os trabalhos. Se não concordam com a forma como estamos a presidir, os Senhores Deputados fazem um voto de protesto como entenderem. Mas eu pedia para nós prosseguirmos. Este assunto está na ordem do dia. Nós temos que o discutir e votar, portanto, vamos

continuar, não vale a pena usar da figura de interpelação para perguntar uma coisa que poderá perguntar daqui a um bocadinho.-----

----- Portanto, peço respeito pela nossa ordem de trabalhos para nós prosseguirmos. ----

----- Registei o seu pedido e lá chegaremos no ponto três da ordem de trabalhos, fica registado que a Câmara tem de responder qual é o artigo da lei que o Senhor Deputado Victor Gonçalves pediu para ser respondido.-----

----- Vamos entrar nas votações dos documentos apresentados nas Declarações Políticas.-----

----- A Mesa informa que há várias retificações e, portanto, eu pedia atenção às bancadas para não estarmos a repetir votações, e eu vou enunciar as retificações aqui da Mesa. São coisas relativamente simples e para estarmos todos com atenção áquilo que aqui vai ser votado.-----

----- Vamos começar com a **Moção nº. 1/46**, subscrita pelo Grupo Municipal do PCP, “**Uma Escola Pública de Qualidade para Todos**”. Esta moção tem duas retificações. Uma retificação no terceiro considerando. Peço a vossa atenção porque já não há tempo material para distribuir estas matérias em fotocópias. Uma retificação no terceiro considerando, onde se diz: “No entanto, apesar desse progresso e do muito que ainda há a fazer, a Escola Pública tem a vindo a ser alvo de um ataque permanente ao longo dos anos”, a retificação é “ao longo dos últimos anos”, é esta a retificação no considerando.-----

----- Quanto aos pontos deliberativos, estão cá dois pontos deliberativos, e o Grupo Municipal do PCP pede para acrescentar o terceiro ponto deliberativo que tem a ver com: “Dar conhecimento desta moção ao Primeiro-ministro, Ministro da Educação, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, aos Agrupamentos de Escolas e escolas não agrupadas e às Associações de Pais das Escolas de Lisboa”.-----

----- Vamos, então, votar a **Moção nº. 1/46** com estas retificações. Votos contra do PSD e do CDS-PP, abstenção do PNP, e os votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN e 6 IND. A **Moção nº. 1/46** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Vamos passar à **Moção nº. 2/46**, subscrita pelo Grupo Municipal do PS, “**Educação: É Preciso Mudar de Políticas e Mais Descentralização**”. Nesta moção também há uma alteração no ponto seis da parte deliberativa que resultou do debate, e vou passar a ler: o que estava cá era, “a realização de um debate no tempo e moldes a definir pela Mesa da Assembleia Municipal em articulação com a Conferência de Representantes, sobre modelos de descentralização de competências do Ministério da Educação para os Municípios”. E o que fica, a primeira parte fica igual, mas o tema passa a ser sobre “A Situação da Escola Pública no Município de Lisboa, incluindo os modelos de descentralização e de competências”. Portanto, é esta a alteração que é feita ao ponto número seis.-----

----- Pedem para a votação ser em separado, portanto, vamos votar os **pontos 1, 3, 5, 6 e 7**, não há votos contra, não há votos de abstenção, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. Os pontos **1, 3, 5, 6 e 7**, da **Moção nº 2/46**, foram **aprovados por unanimidade**.-----

----- Vamos passar à votação do **ponto 2**, votos contra do PSD e do CDS-PP, não há abstenções, e os votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PNP, PAN e 6 IND. **O ponto 2 da Moção nº. 2/46 foi aprovado por maioria.** -----

----- Vamos passar à votação do **ponto 4**, votos contra do PSD e do CDS-PP, não há abstenções, e os votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PNP, PAN e 6 IND. **O ponto 4 da Moção nº. 2/46 foi aprovado por maioria.** -----

----- Vamos passar à **Recomendação nº. 1/46**, subscrita pelo Grupo Municipal do MPT, “**Um Novo Rumo Para os Mercados Municipais de Lisboa**”. Esta recomendação tem algumas alterações que eu vou passar a enunciar. O considerando número oito, está retirado. A redação do número dois é alterada, e vou passar a ler como é que ela fica: “Reforce a sua estratégia de modernização e valorização dos mercados, mediante o empreendimento da política municipal estratégica, já existente, consubstanciada no Plano de Ação dos Mercados Municipais e desenvolvida para estes equipamentos de proximidade”. É esta a nova redação do ponto dois. -----

----- Há um novo ponto quatro, com o seguinte teor; “Promova e facilite o novo empreendedorismo jovem nos mercados municipais, em colaboração estreita entre a associação dos empresários e os comerciantes dos mercados de Lisboa e a escola de Comércio de Lisboa”. -----

----- Não vejo pedidos de palavra, julgo que não há pedidos de votação por pontos. Vamos votar a **Recomendação nº. 1/46**. Não há votos contra, não há votos de abstenção, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. A **Recomendação nº. 1/46 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- Vamos passar à **Recomendação nº. 2/46**, subscrita pelo Grupo Municipal do PCP, “**Processo de Requalificação do Bairro Padre Cruz – Construção de 1000 fogos de Habitação Municipal**”. A Recomendação foi retificada inicialmente pelos seus proponentes com o acrescento de um considerando novo sobre a requalificação do Bairro Padre Cruz. E na parte deliberativa, há uma alteração que eu vou passar a explicitar, onde estava “que o executivo camarário garanta e contemple, desde já, a inserção de verbas no Orçamento de 2015, para a construção de 1000 fogos de Habitação Municipal no Bairro Padre Cruz, conforme prometido no programa de governo da Cidade de Lisboa, 2013-2017”, a alteração é esta: “Para a construção de 1000 fogos de Habitação Municipal, dos quais quinhentos, no Bairro Padre Cruz, conforme prometido no programa de governo da Cidade de Lisboa, 2013-2017”. É apenas uma retificação que também está aceite pelos proponentes. -----

----- Sendo assim, a Mesa vai pôr à votação a **Recomendação nº. 2/46**. Não há votos contra, não há votos de abstenção, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. A **Recomendação nº. 1/46 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- Vamos passar à **Recomendação nº 3/46**, subscrita pelo Grupo Municipal do PS, “**Jardim Maria de Lourdes Pintasilgo**”. Não há votos contra, votos de abstenção do PCP, e os votos favoráveis do PS, PSD, BE, PEV, MPT, CDS-PP, PAN, PNP e 6 IND. A **Recomendação nº 3/46 foi aprovada por maioria.** -----

----- O PCP apresenta a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Trata-se de uma proposta não adequada, por um lado, à natureza do pequeno jardim e por outro contraria a orientação toponímica geral de mudança de designação dos espaços já atribuídos. -----

----- Outras formas de homenagem permanente podem e devem ser consideradas”. ----

----- Vamos passar à **Recomendação nº 4/46**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE, **“Pelo normal funcionamento democrático da capacidade fiscalizadora da AML”**. Votos contra de 1 Deputado PS, votos de abstenção do PNP, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN e 6 IND. A **Recomendação 4/46** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Terminamos este ponto da nossa ordem de trabalhos.-----

----- Vamos entrar nos restantes pontos da nossa ordem de trabalhos.-----

----- Em primeiro lugar, temos a questão relacionada com as propostas de recomendação à Câmara Municipal contidas no relatório da 2ª Comissão Permanente resultante da visita ao Cais de Sodré e ao Bairro Alto.-----

----- Eu recordo aos Senhores Deputados que estiveram aqui presentes munícipes que falaram sobre esta matéria, pelo que peço que tenham presente o que ouviram.” -----

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DAS PROPOSTAS DE RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL CONTIDAS NO RELATÓRIO DA 2ª COMISSÃO PERMANENTE RESULTANTE DA VISITA AO CAIS DE SODRÉ E BAIRRO ALTO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 2 DO ARTIGO 4º, DA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º E DO ARTIGO 75º, TODOS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA; (2XGRELHA BASE-68M)** -----

----- (O **Parecer** da 2ª Comissão, Comissão Permanente de Economia e Turismo fica anexado à presente Ata como **anexo VII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, na qualidade de relator, fez a seguinte apresentação do parecer: -----

----- “A problemática do Cais do Sodré e do Bairro Alto há muito tempo que me interessa a mim, pessoalmente, e tenho a certeza que, há muito tempo, interessa a todos os Deputados desta Assembleia Municipal. -----

----- A preocupação com as pessoas que residem numa e na outra zona da cidade é a preocupação, seguramente, de todos nós. E todos nós, temos feito um esforço no sentido de levar a quem tem capacidade executiva para produzir alterações em relação ao funcionamento daquilo que será a melhoria das condições de vida das pessoas que lá habitam, todos nós temos feito o possível para que isso venha a acontecer. -----

----- Não é responsabilidade dos Deputados Municipais alterarem o que quer que seja, relativamente às condições de vida que têm os habitantes do Bairro Alto e do Cais de Sodré. É responsabilidade dos Deputados Municipais, proporem, recomendarem, insistirem com a Câmara Municipal, e com quem de direito, para que isso possa ocorrer. Mas não são eles que determinam qualquer alteração de situação. -----

----- Por isso, considereei muito injustas, verdadeiramente, injustas, as palavras proferidas pelos representantes de moradores do Bairro Alto e do Cais de Sodré.

Injustas porque tem havido um enorme esforço da nossa parte no sentido de que as condições de vida não se degradem. -----

----- Curiosamente, nós informamos que era mister que a Câmara providenciasse no sentido de não acabar com “a galinha dos ovos de ouro”, uma frase muito feliz, penso que foi da Deputada Simoneta Luz Afonso, na medida em que, de facto, aquilo que é hoje um ativo muito importante na oferta turística de Lisboa, se nós não tomarmos posições, se a Câmara não tomar posições, essa oferta turística pode ser degradada e aquilo que hoje é um resultado positivo em termos económicos, passará a ser negativo em todos os sentidos, negativo em relação às populações e em relação ao interesse comercial das pessoas que lá fazem os seus negócios. -----

----- Por isso, quanto mais depressa a Câmara tiver a consciência de atuar energeticamente nestas áreas, quanto mais depressa isto acontece. Porque senão, aquilo que eu disse que seria um ativo, passará a ser um passivo. Já é um passivo para as pessoas, e passará a ser um passivo para a cidade. E nós não podemos abdicar de uma das principais atrações turísticas de Lisboa, que chama milhares e milhares de pessoas, todas as noites, àquela zona do Bairro Alto, que consomem milhões de euros por ano, em atividades lúdicas que desenvolvem. -----

----- Mas, também, temos de pensar em todos aqueles que lá habitam. Mas isto tem sido dito por nós, por mim, pelo Grupo de trabalho da Câmara Municipal, aqui, no sentido que seja uma preocupação. E nós queremos que o Bairro Alto, os Bairros Históricos, sejam elevados a património da humanidade. E não conseguiremos tal feito, se os bairros estiverem cheios de porcaria, cheios de urina, cheios de barulho, cheios de latas vazias, cheios de copos partidos, cheios de toda a porcaria possível, de droga, enfim, toda a porcaria que, normalmente, os inunda. Esta é uma preocupação nossa, mas nós não temos, infelizmente, o poder de chegar lá e dizer para fecharem as portas, porque aquilo que lá se passa, e nós tivemos o cuidado de ir ver, não fomos a casa de nenhum morador, também nenhum morador nos convidou, convidaram-nos para dar uma volta pelo Bairro Alto, convidaram-nos para dar uma volta pelo Cais de Sodré, convidaram-nos a visitar algumas entidades comerciais emblemáticas do Bairro Alto, convidaram-nos a visitar alguns bares, pelo menos um, do Cais de Sodré, e nós fomos, ninguém nos convidou para ir a casa de quem quer que seja, para ouvir, sentir, o barulho e o prejuízo que causa o barulho das ruas. Mas nós temos consciência que causa. Nós queremos acabar com ele. Nós até propomos que haja legislação específica que dê competência às autarquias locais para puderem legislar neste sentido e em situações como estas, de acordo com as circunstâncias e de acordo com as necessidades. Nós propusemos isto. -----

----- Houve uma confusão em relação ao número oito da nossa proposta, em relação ao fecho da rua. A intenção não era aquela, a que os moradores entenderam. Mas nós compreendemos a interpretação deles e vamos retirar essa recomendação, a recomendação número oito da proposta da comissão é retirada, ponto final. -----

----- Já no grupo de trabalho desenvolvido eu, pessoalmente, fiz um esforço para que estas situações fossem resolvidas. Infelizmente, o Senhor Vereador Sá Fernandes não teve o poder, ou não quis, que houvesse alterações substanciais. E, também aí, quem

tinha o poder executivo não era o Victor Gonçalves, que era um membro da oposição, embora tivesse a ideia. Quem tinha o poder executivo era o Vereador Sá Fernandes que não tem força, ou não quis mudar nada, ou mudar muito pouco. Não acusem, nem a mim, nem a esta Câmara, nem esta Assembleia, e eu falo em nome de todos, se me permitem, porque nenhum dos presentes, eu acredito, que esteja interessado em que a qualidade de vida dos moradores seja adulterada aos níveis a que está a ser adulterada. Ninguém está interessado nisso. Agora, a Câmara tem de ouvir, não pode estar distraída a “olhar para trás”, não pode estar distraída entre uns e outros, tem de ouvir o que aqui se diz, e tem de tomar atenção às recomendações que aqui são feitas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “As recomendações hoje apresentadas são o culminar do trabalho de análise efetuado pela 2ª Comissão, ao longo de alguns meses. Debruçado sobre os problemas que assolam as zonas do Cais do Sodré e Bairro Alto, portanto, são estes os nossos contributos. -----

----- São problemas que, no primeiro caso, mais recente, mas que do segundo, se tem vindo a verificar e a agudizar ao longo dos últimos anos. -----

----- Desde sempre, que o CDS-PP tem vindo a acompanhar de forma efetiva e construtiva estas questões, propondo soluções algumas delas já validadas na Assembleia Municipal, quer neste mandato, quer no anterior e, portanto, revemo-nos nas recomendações em apreço. -----

----- Temos como ponto principal, a real necessidade de conjugar os interesses dos moradores com os interesses dos comerciantes. Se por um lado se incentiva e se promove a reabilitação urbana do centro histórico e o apelo a novos moradores, ao mesmo tempo procura-se revitalizar o tecido económico pelo que, como bem sabemos, encontrar um equilíbrio entre ambos é, por vezes, difícil quando não existem regras nem estratégias bem definidas desde o início do processo. O caso do Cais do Sodré é um exemplo sintomático. Uma zona que vivia fustigada pela sujidade e degradação do tecido urbano, recebeu de braços abertos cidadãos interessados em viver numa zona marcada pela traça pombalina e onde outros, também corajosos, decidiram instalar os seus estabelecimentos comerciais e empresas. -----

----- E eis que, de um dia para o outro, e com o alto patrocínio da Câmara Municipal de Lisboa, através do Vereador José Sá Fernandes, é criada uma zona de animação noturna sem que fossem acauteladas, à priori, situações que até um reformado, com a quarta classe, relembrando o irónico processo do Túnel do Marquês, anteciparia. -----

----- Alertámos em tempo útil. -----

----- Ora, criar uma zona de animação noturna, sem regras específicas no que respeita aos horários de funcionamento, ausência de oferta de estacionamento à época, sem reforço de policiamento e de limpeza, e onde não se verifica a criação de condições mínimas para um espaço deste género, a não ser fechar uma rua e pintar o pavimento cor-de-rosa, e onde não se pensou no impacto que tal zona traria para quem investiu e decidiu viver no centro histórico, é inaceitável. Não se pode aliciar com o sonho, e depois oferecer um pesadelo. Aliás, nem se percebe porque é que a Câmara Municipal

promove a criação destas zonas em pleno coração da cidade, quando existem quilómetros de espaço disponível na zona ribeirinha que poderiam mais facilmente, e evitando os problemas que hoje analisamos, ser uma mais-valia para todos, moradores, comerciantes e utilizadores, nas mais variadas vertentes, direito ao descanso, espaço público vasto, zona de baixa densidade de construção habitacional, estacionamento, entre muitos outros. -----

----- Face ao exposto, torna-se imperioso tomar medidas, pelo que esperemos que as recomendações que serão, hoje, aqui, votadas, não caiam no esquecimento. -----

----- Destaco a necessidade do reforço da limpeza, o rigoroso controlo dos horários de funcionamento e das atividades económicas. -----

----- E aproveito para felicitar a Câmara pela alteração dos horários de funcionamento já a partir do próximo mês. Será mais um passo, embora curto, para ajudar a resolver a atual situação. -----

----- Destaco, também, a necessidade de aumentar a fiscalização, a criação de uma marca que promova, nomeadamente, o Bairro Alto, aproveitando as sinergias geradas na existência saudável do comércio moderno e tradicional, bem como melhorar o diálogo entre comerciantes, moradores, autoridades competentes nesta área, a Câmara e a Junta de Freguesia. -----

----- Também gostaria de salutar a retirada do ponto oito já aqui anunciado pelo Senhor Deputado Victor Gonçalves. -----

----- Por fim, a instalação de sanitários públicos que já foi objeto de aprovação por esta Assembleia, através da recomendação apresentada pelo CDS-PP, e portanto, será mais um reforço, com esta votação. Falamos de uma medida que depende, exclusivamente, da vontade da Câmara, portanto, não poderão ser aceites desculpas, e que queremos ver implementada a curto prazo, seja por dispositivos amovíveis, seja na adaptação dos pisos térreos de edifícios devolutos, recolhendo esta última opção a nossa preferência no que respeita a modelo urbano e de integração no espaço físico no Cais do Sodré. -----

----- Aproveito para fazer um apelo. O trabalho da Comissão debruçou-se, essencialmente, nos problemas existentes e na vertente económica. Pelo que julgo essencial que a 4ª Comissão, de Ambiente e Qualidade de Vida, reúna com a Associação de Moradores do Bairro Alto, e ouvindo outras entidades, no sentido de avaliar de que forma esta comissão poderá ajudar na defesa dos direitos dos moradores, não só da zona do Cais do Sodré e do Bairro Alto, mas também do alastramento deste foco de problemas, já estendido à Bica, Mercês, Príncipe Real e Santos. -----

----- Termino com aquela que tem sido a posição do CDS-PP, sobre esta matéria que tem prejudicado outras zonas da cidade. Torna-se urgente que a Câmara prepare um regulamento específico para acabar com estes casos já anunciados e outros tantos, como aqueles que assistimos nas Avenidas Novas, junto ao Arco Cego. Um regulamento que resolva, nomeadamente, as questões relativas ao ruído, às licenças para as atividades económicas, combate à insalubridade, ou restrições de horários de

consumo de álcool na via pública. Ou tomamos medidas realistas e efetivas, ou não conseguiremos resolver nunca este problema.-----

----- A defesa dos interesses dos moradores e comerciantes é possível, basta vontade e apoio de todos. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Começo por agradecer aos Senhores Deputados da 2ª Comissão, e em particular ao seu Presidente, a visita que efetuaram à Freguesia da Misericórdia, e a oportunidade que me deram, enquanto Presidente de Junta, de apresentar e dar visibilidade às potencialidades económicas e turísticas do Cais do Sodré e do Bairro Alto e aos seus consequentes problemas. -----

----- Agradecer, também, à 2ª Comissão a elaboração deste relatório, em especial ao seu relator que traduz com bastante realismo e rigor a situação que se verifica na noite, destas duas zonas. Os comerciantes e a população da Freguesia da Misericórdia agradecem a atenção que está a ser dada por esta Assembleia Municipal aos seus anseios e problemas.-----

----- A Freguesia da Misericórdia tem uma diversidade impar. Está numa área central e abrangente da cidade, onde coexistem vários bairros históricos. É das poucas freguesias de Lisboa que consegue conjugar o bairrismo, o típico e o histórico, com a prosperidade e a modernidade. Tem um enorme potencial cultural, social e económico, potencial que tem sido bastante explorado pelos agentes económicos que ali se instalaram. Foi o que se verificou, recentemente, no Cais do Sodré que sofreu uma rápida e profunda evolução. Longe vai o tempo, onde a noite desta zona era dominada pela prostituição e pelas atividades a ela ligadas. Foi um tempo que passou e que espero que não regresse, apesar dos novos problemas agora criados, e que temos de resolver. Aliás, o potencial do Cais do Sodré e do Bairro Alto é precisamente, o motivo dos problemas que tem.-----

----- A Freguesia da Misericórdia é visitada por milhares de pessoas, com consequências a nível da higiene urbana, da ocupação do espaço público, da segurança e do ruído. Aliás, aproveito para informar que ao nível da higiene urbana, a Junta de Freguesia está a reforçar os seus meios urbanos, tendo a partir do próximo dia 1 de novembro, mais quinze cantoneiros, e está a trabalhar com a Câmara no sentido de instalar alguns sanitários públicos fixos.-----

----- Destes vários problemas, o ruído é o que toma contornos mais gritantes. Os moradores vivem desesperados com a privação de descanso de que têm sido alvo.-----

----- A reportagem da SIC da passada semana, foi bastante ilustrativa do calvário em que vivem, e acreditem que não é um exagero e que a situação vivida no Bairro Alto é bastante semelhante. -----

----- E se estamos a falar em progresso da economia, não podemos esquecer que estes moradores também têm empregos e os seus filhos estudam, e precisam de se levantar cedo no dia seguinte. -----

----- Não quero, deforma alguma, eliminar as potencialidades desta freguesia, antes pelo contrário, quero incrementá-las. O que não quero é que diminuam a qualidade de vida dos seus moradores. Quero ter uma freguesia que figure nos roteiros turísticos e que continue a contribuir para a economia da cidade, mas não quero que tal invalide o direito ao descanso dos moradores. O que defendo é uma coexistência pacífica entre moradores, comerciantes e visitantes, e é possível dada a existência de um diálogo pacífico entre a Câmara, a Junta de Freguesia, as Associações de Moradores e as Associações de Comerciantes. Construtivo ao ponto da Junta de Freguesia, as Associações de Moradores e de Comerciantes, estarem a construir um documento comum para apresentarem à Câmara onde constam uma série de propostas relativas ao funcionamento da noite. Estamos todos a trabalhar em conjunto, sentados na mesma mesa, portanto, não se trata de uma guerra entre moradores e comerciantes, trata-se, por um lado, da manutenção da função habitacional desta zona da cidade, que não queremos desertificada, e por outro lado, a defesa do potencial económico construído, e até a sobrevivência do turismo nesta zona da cidade. -----

----- Uma das causas do caos que se instalou aqui foi a chegada do comércio sem qualquer qualidade, que não trás oferta cultural e não representa quaisquer mais-valia para a cidade, comércio que pouco mais faz além de despejar litros de álcool nas ruas e, conseqüentemente, muito barulho e sujidade, sujidade essa que sai muito cara ao erário público. Este comércio prejudica, não só moradores, como também os comerciantes que investiram e geram atratividade turística e cultural. Este comércio proliferou devido ao “licenciamento zero”, uma medida com efeitos bastante negativos nestes bairros, que inviabiliza o controlo por parte da Câmara, antes do licenciamento. Por isso, defendo a revogação do “licenciamento zero” para este ramo de estabelecimento, e espero que o Governo dê mais atenção a esta questão. -----

----- A hora do fecho das chamadas “Lojas de Conveniência”, também não deverá ultrapassar as vinte e duas horas, pois elas são uma das principais causas para o consumo de álcool na via pública. -----

----- Quanto aos restantes estabelecimentos, deverá haver uma uniformização de horários, tal como a Câmara anunciou recentemente. Aliás, é fundamental que funcionem de portas e janelas fechadas, sem permitir a saída de clientes com álcool a partir de certa hora, só assim podemos diminuir o número de pessoas na rua. -----

----- A par disso, também deverá haver uma maior fiscalização por parte da Câmara aos estabelecimentos, nomeadamente, ao nível de horários e emissão de ruído. E a fiscalização da venda ambulante, desde 2013, competência da ASAE, deverá regressar à Câmara que exercerá uma fiscalização de maior proximidade. -----

----- A criação de legislação nacional que proíba o consumo de álcool na via pública nestes bairros históricos, à semelhança do que aconteceu noutras cidades europeias, é uma medida fundamental para enfrentar este problema. Por isso vejo como muito positivas as recomendações deste relatório, com a retirada do ponto oito. Não trazem a perfeição, mas trazem, certamente, a melhoria da qualidade de vida dos moradores. ----

----- E reforço a disponibilidade da Junta de Freguesia, das Associações de Moradores e das Associações de Comerciantes, de trabalharem em conjunto, porque nisto,

estamos juntos. Estamos todos empenhados em tornar a Freguesia da Misericórdia num dos locais de Lisboa mais agradável e aprazível para viver, estudar, trabalhar e conviver.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como já foi bem dito a responsabilidade de corrigir situações deste tipo, obviamente, não é da Assembleia, é da Câmara Municipal. Temos é de estar conscientes quanto às recomendações que fazemos, no sentido de que sejam recomendações possíveis e não ignorar as dificuldades que existem.-----

----- O PAN, obviamente, não se opõe a uma recomendação que tenha por objetivo final melhorar a vida na Cidade de Lisboa. Contudo, achamos que ficaram de fora do relatório da Comissão, e das suas recomendações, alguns dados importantes, nomeadamente, o que já está a ser realizado pela Câmara, por um lado, e, ou se funciona da forma como está a ser feito. -----

----- Começamos por licenciamento de atividades e horários de abertura. A zona do Bairro Alto e Bica, bem como outros núcleos históricos, tem plano de urbanização em vigor que foram alterados este ano. O Plano do Bairro Alto já limita a abertura de estabelecimentos noturnos, o que foi muito criticado pelos comerciantes. A fiscalização ou o cumprimento dessa limitação é que está a ser deficiente. Quanto aos horários, o Bairro Alto, o Cais de Sodré, e outras artérias específicas, têm critérios diferentes do resto da cidade. -----

----- Quanto à fiscalização do ruído dos estabelecimentos dos horários e das licenças, enfim, estamos a recomendar centralizar esforços de fiscalização na Cidade de Lisboa, no Bairro Alto, no Cais de Sodré, mas isso na mesma cidade onde, ainda, não conseguimos fiscalizar ou policiar, por exemplo, o estacionamento em segunda fila nos principais eixos da cidade, como a Avenida de Roma, as laterais da Avenida da República, Avenida António Augusto Aguiar, à volta dos principais Centros Comerciais e mais, situação que causa tanto embaraço na circulação. -----

----- Na mesma cidade onde se estaciona nas passadeiras, nas paragens de autocarro, nos lugares reservados a cargas e descargas, ou deficientes, e na maioria das vezes nada acontece, e o prevaricador sai impune. -----

----- Já existe fiscalização noturna de estabelecimentos. Porém, segundo as últimas informações que tivemos, por noite, há uma brigada da autarquia de dois elementos, a fiscalizar todos os estabelecimentos de Lisboa. Será que chega? Uma brigada para todo o Bairro Alto já seria difícil, quanto mais uma para toda a cidade. É importante dizermos à Câmara que tem de fiscalizar mais e melhor. E é importante fiscalizar esta zona e todas as situações aqui reportadas, mas dizer só isso também não basta. Então temos de recomendar reforçar o quadro de pessoal da autarquia com este objetivo, ou contratar empresas. -----

----- E o ato de fiscalização, podemos encerrar no momento em que o estabelecimento está a laborar fora de horas? E como se encerra um estabelecimento cheio de clientes que pagaram a sua bebida? Precisamos, por isso, de mais instrumentos que não estejam previstos legalmente. E, enquanto se está a fechar esse bar, em específico,

então e as outras centenas? A outra hipótese é fiscalizar e autuar. Mas se eu tenho um bar e fecho-o muito para além do horário, e alguém fiscaliza diz que vou ser autuado. Mas só passado, meses e meses, é que vejo a multa e até pago e vou a tribunal, sempre com a porta aberta e a ganhar dinheiro. Então, porque vou eu cumprir o horário? -----

----- Quanto à segurança, existe vídeo vigilância no Bairro Alto, apesar de tal não vir referido no relatório. E às sextas, sábados e vésperas de feriado, a CML tenta reforçar o policiamento pois tem seis agentes da PSP de gratificado no Bairro Alto, três da Polícia Municipal e três da esquadra. E no Cais do Sodré tem três agentes da esquadra, gratificado. Isto tem de ser dito que já existe, mas que é insuficiente. -----

----- Para terminar, não conseguimos perceber o ponto oito das recomendações, mas como já foi referido que iria ser retirado. Não conseguimos perceber em que situações especiais é que deve haver hipóteses de condicionar o trânsito e o estacionamento entre as vinte e duas horas e as seis horas, em algumas das ruas, ou trechos da rua, de forma a dar-lhes o uso que realmente têm, espaço público de utilização noturna. Então, se ao longo do relatório se disse que são zonas residenciais, que os moradores precisam de descanso e têm direito a ele nessas ocasiões especiais, vamos realojá-los em outro bairro mais calmo? -----

----- Sabemos que a Assembleia Municipal é um órgão deliberativo, e a Câmara Municipal de Lisboa é o órgão executivo. Assim, a Assembleia pode, entre outras recomendações, pode recomendar à Câmara Municipal de Lisboa algo, e a Câmara, se entender aceitar a recomendação, irá decidir qual a melhor forma de executar. Mas, também, achamos que cabe à Assembleia perceber o que está a ser feito para recomendar melhor, com propostas mais concretas, que cheguem mais depressa aos lisboetas. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Presidi a esta Comissão que fez a visita a estes bairros históricos para analisar os problemas que nos tinham chegado sobre a qualidade de vida nesta área. -----

----- É verdade que saiu um relatório, penso que um bom relatório, que juntou os sentimentos, os conhecimentos e os saberes dos Deputados que acompanharam estas visitas, incluindo visitas em horário nobre, para o funcionamento destes bairros, quer dizer, à noite. -----

----- É verdade, que o problema que se ali vive é um problema geral da qualidade urbana na Cidade de Lisboa, nas cidades em geral, que parte de duas, ou três, questões importante em que o critério de leitura é a saúde pública, humana, individual mas também, de grupo. -----

----- É verdade que a Cidade de Lisboa não tem a qualidade de vida necessária. Hoje é do conhecimento de todos os efeitos sobre a saúde da maior parte dos malefícios resultantes desta atividade. -----

----- É verdade, que não é só o ruído e a higiene e mesmo, o uso indevido destas instalações, que perturba a vida na cidade, ela tem efeitos sobre a saúde. E permita-me lembrar um dos mais importantes, com efeitos não visíveis, que é o ruído. O ruído, na

minha perspectiva de saúde pública, é que tem múltiplos efeitos extra auditivos que muitos de nós, muitas vezes, não conhecemos em pormenor. Mas é verdade que a Cidade de Lisboa, nas vias mais movimentadas, que têm em média dez a vinte decibéis superior ao que estaria em silêncio, o que pode desencadear uma frequência cardíaca, o que quer dizer que o ruído na cidade aumenta a frequência cardíaca aos lisboetas, entre dez a quinze batimentos cardíacos.-----

----- É claro, que todos os mais jovens conhecem a forma bem direta de aumentar a frequência cardíaca nas novas e modernas salas de ruído, as ditas discotecas.-----

----- É verdade que tem outros efeitos ao nível gástrico e suprarrenal, diremos, mas são efeitos agudos. Não, são crónicos, é uma vida inteira. Quer dizer, a hipertensão dos lisboetas não é neutra perante o ruído a que está exposto.-----

----- Assim, se pudéssemos ver outros pontos, verificávamos que a saúde humana está em conflito com os interesses comerciais, industriais, de atividades, como estas atividades lúdicas da cidade. Há um conflito de interesses.-----

----- A Comissão teve esta clareza de apontar que há um conflito de interesses, e disse, claramente, que é a parte fraca. Isto motivou uma grande visibilidade deste tema, e uma grande dinâmica que já chega à discussão de hoje, muito mais avançada e muito mais publicitada, com variadas posições públicas dos habitantes. O que fazer? Tem de se assumir que, havendo este conflito, nós tomamos partido pela saúde dos habitantes. E por isso, temos de tomar atitudes para controlar o ruído, particularmente o ruído na rua. É possível fazê-lo.-----

----- A outra área que trabalhamos há muitos anos sobre a área da saúde, é o consumo abusivo de álcool. É verdade que continuamos a dizer e a tolerar e a sorrir, quando o nosso filho, sobrinho, ou nós próprios, apanhamos uma grande “piela”. Tem a sua graça, é uma tolerância geral face ao consumo de álcool na via pública.-----

----- Há que tomar atitudes, não só o Município de Lisboa, mas também do próprio Governo e da nossa comunidade em geral, contra o consumo abusivo de álcool. Isto não é uma novidade, não é nada de grandioso consumir álcool em excesso, e particularmente, na versão dos mais jovens que é beber “até cair”.-----

----- É verdade que este é também um ponto crítico dizer que ninguém bebe álcool em excesso em vão. Algumas células do fígado vão morrer por cada “piela”, ou excesso de álcool e algumas do cérebro também morrerão, e com um bom tratamento poderemos dizer que conseguimos manter o nosso progresso das seis mil mortes por cirrose ano a não diminuírem. Temos um problema de saúde pública.-----

----- Por isso, pedimos, exigimos que sejam tomadas medidas pelos órgãos executores, quer de natureza política do Governo, quer da Câmara Municipal.-----

----- Muitas sugestões foram feitas, muitas medidas se conhecem, temos é de tomar a atitude frontal e direta, queremos defender a qualidade de vida na cidade, então que protejamos os seus habitantes.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Abordar os bairros históricos é falar da história e das histórias dos bairros e da nossa cidade.-----

----- Outrora povoada de gentes e hoje, dia e noite, habitada e habitados, esses bairros, por quem neles e aí trabalha, tem lojas, mora, e também, por quem aí cavaqueia, bebe um copo, ilumina esta cidade, ilumina os bairros, todas e todos cidadãos de pleno direito. Como conciliar estes interesses aparentemente, tão contraditórios?-----

----- Barcelona é talvez a mais apaixonante cidade que eu conheço, e penso que ainda não conseguiu isso.-----

----- Pensamos que este relatório é um relatório sensato, desafiador e propositivo. Um pouco como a vida.-----

----- Aqui não pode haver lugar a quaisquer preconceitos ou conceitos. Tem de haver soluções, e as soluções que tentamos apontar e que de facto, o relator, perfeitamente, exprimiu, são soluções propositivas no sentido que após duas reuniões havidas e visitas feitas, dialogámos com quem se nos dirigiu, percorremos os espaços numa rota com a Presidente da Junta, a quem agradeço.-----

----- No caso do Cais do Sodré e do Bairro Alto, e noutros casos, bom, isto pode ser um exemplo paradigmático. Se este problema, insolvível noutras cidades do mundo, estava a lembrar também do Vale Paraíso, enfim, não foi solucionado, nós também não conseguimos, mas vamos tentar. E pode ser, também, paradigmático para outras zonas da cidade que já foram apontadas por outros Deputados. Portanto, cabe às autoridades competentes, Governo, Câmara Municipal, com legislação adequada e com fiscalização adequada, enfim, fazer isto.-----

----- Temos, no fim, que saudar o natural esforço que moradores, comerciantes e frequentadores exercem o pleno direito, e é um direito a ser feliz. E um pouco a contraciclo, penso que, e esta é a opinião de uma velha professora, algumas das razões pelas quais os nossos jovens bebem demais, são exatamente, as mesmas razões porque a minha geração bebia demais, o desespero, a desesperança, a falta de uma família e, sobretudo, alguma falta de horizontes e isso tem de ser convertido a montante. Agora, penso que beber um copo não faz mal a ninguém, pelo contrário, as pielas nunca recomendei, mas penso que todos podemos nos continuar a embriagar nestes bairros, embriagar de convivência interessantíssima daquilo que hoje os bairros oferecem, porque oferecem lojas, de facto, terríveis, que devem ser combatidas, mas, também, novas pessoas que vão, novos jovens que fazem novas empresas, o tal empreendedorismo jovem, embora este conceito não me seja caro, como vocês sabem, e sobretudo, gente que também aposta na cultura. Nós visitamos uma galeria de arte. Portanto, não martirizemos, nem façamos destes bairros aquilo que eles não são. Porque eles são tudo menos um gueto. E convivem pacificamente uns e as trabalhadoras do sexo, mas convivem pacificamente, tal como já conviviam com a minha geração quando nós íamos discutir política para sítios que eram considerados antros. Isso já não existe, e temos o direito a sermos felizes.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Sendo o Cais do Sodré e o Bairro Alto marcos de referência na Cidade de Lisboa, não só devido às próprias características de bairro, mas sobretudo devido à elevada atividade noturna que se faz sentir diariamente, o Partido da Terra não poderia deixar de saudar a Comissão Permanente de Economia e Turismo pela iniciativa de observar *in loco*, os vários problemas que ocorrem nestas zonas mediáticas. -----

----- No decorrer da visita, os interessados que representam as Associações de Comerciantes e Moradores, relataram os seus pontos de vista que, como seria expectável, são díspares.-----

----- Se por outro lado, o sucesso comercial é uma realidade derivado da crescente circulação da população residente, bem como dos turistas que visitam diariamente, a cidade, por noutro lado, estão subjacentes vários problemas decorrentes do desenvolvimento da atividade comercial em si, como a falta de limpeza e segurança. Para além destes, também a reconversão de espaços de usos diferentes aos da atividade comercial, como o caso de papelarias e mercearias transformadas em lojas de bebidas, têm gerado alguns conflitos entre os próprios comerciantes. Estas lojas de conveniência incitam à concorrência desleal, através da venda excessiva de álcool lesando a imagem característica do bairro, acusam os restantes comerciantes.-----

----- Outro ponto de vista, têm os moradores, que para além do sentimento de insegurança e a falta de limpeza, se sentem manifestamente prejudicados pela ensurdecadora música desde a noite até madrugada dentro.-----

----- Os problemas relatados não são de agora, aliás, já foram por nós denunciados aquando da última informação escrita do Senhor Presidente da Câmara. O problema da falta de limpeza resultante das noites animadas de domingo a domingo, onde predomina o cheiro fastioso, a urina, e outros dejetos, bem como, vasilhames espalhados pelo chão, não está só patente no Cais do Sodré e Bairro Alto, estende-se por outro lado ao centro histórico da cidade, desde a Bica, Santa Catarina, Príncipe Real até Santos. -----

----- Contudo, é com agrado que verificamos que após a visita dos Senhores Deputados da 2ª Comissão, ouve um esforço da Câmara para levar a cabo algumas das recomendações sugeridas, de forma a minimizar os conflitos existentes, nomeadamente, a nível da legislação e da intensificação da fiscalização.-----

----- O Partido da Terra considera que a alteração do horário de fecho dos bares do Cais do Sodré imposto pela Câmara, já é um princípio, embora não seja uma solução suficiente para reduzir os problemas decorrentes da diversão noturna, nomeadamente, ao nível da diminuição do ruído. -----

----- O Partido da Terra concorda e apoia as recomendações resultantes do parecer elaborado pela Comissão, mas acha que ainda há muito que fazer. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Antes de mais, quero referir que a minha intervenção inicial para além de conter o relato daquilo que foram as nossas visitas, também visava tentar sentir-me, em nome dos Deputados que vieram a esta visita, um bocado indispostos com a forma como a

Comissão foi tratada pelas pessoas que vieram aqui falar no período do público. Não sei se ainda está aqui alguém das pessoas que vieram aqui intervir, mas de facto, não foi nada brilhante a forma como o fizeram, e penso que não foi nada merecido, e a Comissão e a própria Assembleia, não mereciam aquele tipo de intervenção. -----

----- O Partido Social Democrata congratula-se com todas as intervenções que aqui foram feitas sobre esta matéria na medida, e subescreve-as por inteiro, quer a intervenção da Carla Madeira, quer a intervenção do Diogo Moura, quer a intervenção do Presidente da Comissão. E em relação à Carla Madeira não podemos deixar de agradecer a forma gentil e simpática como nos recebeu, na Junta de Freguesia da Misericórdia, e ao Presidente que teve a iniciativa desta convocatória e, naturalmente, à própria programação que foi exemplar e deu uma oportunidade que todos visualizassem de forma clara o que é a realidade do Bairro Alto e do Cais do Sodré. Essa era a intenção e a mesma foi cumprida, e nós ficámos com uma ideia clara da importância.-----

----- O PSD tem consciência da importância económica destas zonas da cidade, já aqui foi dito por mim, e eu posso repeti-lo, tem consciência e nós não vamos acabar com a “galinha dos ovos de ouro”, segundo, também diz a Senhora Deputada Simoneta Luz Afonso, e a forma de não o fazermos é termos cuidado com a forma como intervimos.-

----- Nós sugerimos mesmo, no relatório, e o PSD naturalmente, sugere assim como todos os outros que subscreveram o relatório, sugerimos que fosse dada mais vida ao Bairro Alto fora das horas noturnas, porque uma das situações que nos foi referenciada é que o Bairro Alto está morto durante o dia, não há atividade económica. E deveria ter, também, capacidade de atração durante o dia, em termos de comércio, de atividades culturais, etc., para que o Bairro Alto fosse uma entidade viva permanentemente, e não só o sítio onde as pessoas se distraem e bebem uns copos à noite. E isso é também a nossa preocupação, através da forma como a Câmara pode, eventualmente, de licenciar e incentivar as atividades que tenham a sua expressão diária, e não só à noite. Essa foi outra preocupação que tivemos. -----

----- Também ouvi a Deputada Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, dizer que houve algumas medidas que entretanto, vieram de alguma forma melhorar, e é isso que se pretende, e nós temos que exigir à Câmara, e a Senhora Presidente, temos de estar em permanente exigência à Câmara porque bem sabemos que aquilo que nos ocupa na Câmara, os Vereadores, é um mundo complicado e muitas vezes as prioridades confundem-se e nós temos que lembrar que a cidade tem prioridades e que nós temos a obrigação de as definir, essas prioridades, porque nós somos o órgão mais importante, em termos daquilo que é a responsabilidade, deste município, na medida em que nós fiscalizamos a própria Câmara, e nós temos que referir as prioridades, e isto tem de ser um processo diário e permanente. E é isso que recomendo à Senhora Presidente que o faça, como aliás, já lhe tinha dito, e é nossa intenção, fazer uma proposta de recomendação á Câmara, espero que ela aceite, de que as nossas moções e recomendações tenham resposta, porque nunca tiveram, ou se têm é uma coisa muito vaga e rara. E é fundamental que a Câmara constituam, se calhar um núcleo, para esse efeito, porque os Senhores

Vereadores e o Presidente estão ocupados com outros milhões de problemas e têm outras responsabilidades, por isso, que constituam um núcleo dentro da Câmara para dar resposta às questões que nós colocamos, e que sejam obrigados a terem essas respostas prontas, e que insistam junto a quem de direito, para que essas respostas sejam dadas. Eu já sugeri isto á Senhora Presidente, e ela disse-me que isto já estava feito. Mas, pelos vistos, ainda não vi resultados.-----

----- Temos que dar importância a esta Assembleia e temos que, independentemente das maiorias, e o que acontece com esta maioria, acontecia com outras no passado, porque no passado era igual. -----

----- Gostaria que os Senhores Vereadores ouvissem, que digo de coração e consciência, nunca uma Assembleia Municipal foi tão colaborante, tão ativa, tão responsável em termos de respostas ao executivo e à cidade, como esta. E eu estou cá há muitos anos, também estava cá antes. -----

----- Para concluir, espero que a Câmara oiça com atenção as recomendações que foram feitas, e espero que os moradores compreendam qual é o papel da Assembleia Municipal, e espero que as autoridades públicas, seja a Polícia Municipal, seja a ASAE, seja a própria Assembleia da República venha a reconhecer a necessidade de legislar, ou dar autorização para que os municípios agilizem estas atividades nos bairros históricos para, de facto, nós melhorarmos, e não acabarmos com a “galinha dos ovos de ouro”. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar a 2ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal, e o seu Presidente, Carlos Silva Santos. -----

----- Dizer que tive a oportunidade de participar numa das reuniões, reunião dos mercados, e entendo que a relação que a Câmara tem, e estou disponível para esse comportamento, nestas matérias, deve ser de proximidade para com a Comissão e com a Assembleia Municipal porque todos nós pensamos a cidade, não é só o executivo que pensa a cidade, os moradores pensam cidade, os comerciantes pensam cidade, a Assembleia Municipal pensa a cidade, e julgo que todos temos a ganhar com isto.-----

----- Em segundo lugar, cumprimentar o relator deste relatório, o Senhor Deputado Victor Gonçalves, e cumprimentar a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia que acolheu esta visita e que tem feito um excelente trabalho sobre esta matéria. -----

----- Acho que este é o momento adequado para dar conta à Assembleia municipal de um conjunto de decisões que o executivo tomou, e de um ponto de situação sobre esta matéria, porque se estamos a falar do assunto, acho que faz todo o sentido a Câmara partilhar com a Assembleia Municipal as decisões que tomou e alguns dos desenvolvimentos que temos tido nesta matéria, que estão em desenvolvimento, portanto os contributos deste relatório vêm mesmo a calhar e vêm a tempo de uma resposta mais integrada.-----

----- A Câmara Municipal entendeu, no passado, que o Cais do Sodré devia de ser uma área de intervenção e, ativamente, desenvolveu parcerias com comerciantes

locais no sentido de dinamizar o comércio local, alterar um bocadinho o tipo de comércio que era ali praticado, naquela zona, porque entendíamos como aqui já foi dito, e muito bem, pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, que haviam problemas que careciam de resposta, alguns problemas que hoje já não sentimos, como a questão da prostituição e algumas matérias relacionadas com questões de criminalidade e insegurança, e essa parceria que foi desenvolvida foi com o objetivo que se pretendia comum a toda a cidade, de resolver esses problemas e procurar, com a atração de outro tipo de comércio para aquela zona, gerar, qualificar e melhorar do ponto de vista de resposta, aquela área da cidade. -----

----- Efetivamente, por vezes o sucesso ultrapassa uns problemas e criamos outros problemas. A dimensão que ganhou o Cais do Sodré, no fundo, a atração que se tornou do ponto de vista turístico, que por um lado tem aspetos positivos que importam realçar, que são importantes para a cidade, são importantes para o turismo, mas também geram um conjunto de outros problemas que se tornam muitos difíceis de compatibilizar. -----

----- Por natureza a questão dos horários das atividades noturnas e a questão do descanso, é impossível compatibilizar e a todo o momento a Câmara é chamada a mediar e a moderar, digamos assim, os problemas que decorrem do impacto que estas atividades noturnas têm na vida dos moradores e no seu descanso. -----

----- Acontece que, no caso em particular do Cais do Sodré, o entendimento do executivo é que os problemas que foram gerados pela atração de pessoas para esta zona da cidade, se tornaram problemas de uma dimensão tal, que importava intervir e o executivo decidiu que deveria começar a sua intervenção naquela zona, com uma restrição de horário dos estabelecimentos comerciais, e já vou dizer alguns detalhes dessa restrição, e esta quinta-feira, em Boletim Municipal, será publicado um despacho com essas restrições de horários que terão quinze dias para um processo de consulta pública, e que depois, obviamente, entrarão em vigor. E essa consulta pública nós esperamos que seja, obviamente, participada pela Assembleia Municipal, pelas Juntas de Freguesia, pelos moradores e pelos comerciantes, analisando aquela que é a proposta de despacho que a Câmara Municipal tem sobre esta matéria. -----

----- A Câmara, por um lado, procura uniformizar os horários dos estabelecimentos noturnos com aquilo que foi a decisão já tomada para o Bairro Alto, portanto, um dos aspetos que foi identificado foi a transumância de pessoas do Bairro Alto para as zonas da Bica, Cais do Sodré e Santos, e entendemos que alguma homogeneidade, do ponto de vista dos horários, diminuía esse problema, e procurava de alguma forma, criar relações idênticas do ponto de vista da abordagem, que a Câmara faz para problemas semelhantes. E, portanto, esse é um aspeto que nós entendemos que é relevante e que vem de alguma maneira, minorar. Nós sabemos que a redução de horários é uma decisão que só por si não resolve todos os problemas, e só por si não satisfaz nenhuma das partes, porque os moradores entendem que é insuficiente, e os comerciantes entendem que é uma medida muito agressiva, a Câmara entendeu para uma primeira medida, a restrição de horários, mas não se limitará aos bares. Importa perceber que nós, também, já pedimos apoio à Junta de Freguesia para ajudar a

identificar outras atividades que contribuem para o fenómeno, que é o fenómeno que se pretende diminuir e que é o consumo de bebidas alcoólicas na rua, e portanto, entendemos que também devemos limitar os horários de outro tipo de estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas para a rua e que, por vezes, acabam por ter um efeito mais perverso que os próprios bares. E, também, criamos uma distinção de tipologia dos bares, porque há bares que efetivamente, existem há vinte anos, naquela zona, e que não contribuem da mesma forma, para o fenómeno do ruído, porque estão isolados, porque têm segurança, porque impedem que os clientes saiam com bebidas, e os outros bares que, se calhar não tendo estas características, têm um efeito mais negativo para o ruído. E portanto, o despacho será um despacho, nessa matéria, abrangente, que vai afetar, não só as lojas de conveniência, mas também os bares daquela zona. -----

----- Estamos, também, a acompanhar, é importante que se perceba, e temos estado em reuniões, quer com a Junta de Freguesia, quer com a Associação de Comerciantes. Eu já tinha tido reunião com a Associação de Moradores do Bairro Alto, e importa referir que temos noção eu é preciso reforçar a resposta ao nível da higiene, que este tipo de intervenção que a Câmara tem responsabiliza mais a Câmara para a procura de uma solução. Temos consciência que é preciso aumentar a fiscalização da Polícia Municipal e procurara parcerias com a Polícia de Segurança Pública para criar rotinas de fiscalização nesta fase inicial, com maior intensidade. Temos noção que é preciso aumentar, também, a fiscalização ao nível da higiene urbana, e temos, também, a noção de que há decisões que são possíveis de ser estudadas, e nós vamos estudar com uma possibilidade de criar restrições horárias para a venda de bebidas para a rua, ou seja, ainda hoje surgiu uma notícia bastante interessante, não sei se os Senhores Deputados tiveram a oportunidade em acompanhar, de uma reunião que os próprios comerciantes desenvolveram e que tomaram uma decisão de eles próprios autolimitarem a venda das bebidas até à uma da manhã, e portanto, os próprios comerciantes do Cais do Sodré decidiram por si, tomar a decisão de não vender bebidas para a rua, a partir da uma da manhã, e solicita que a Câmara Municipal tome para si essa decisão e que a estude do ponto de vista jurídico. Nós não podemos, obviamente, limitar o consumo do álcool na rua, mas vamos analisar se é possível limitar a venda de álcool para a rua e responsabilizar os estabelecimentos com outras medidas sancionatórias se por acaso não cumprirem, para tentarem intervir nesta matéria. -----

----- Resumindo, nós procuraremos e esperemos com a colaboração de todos, uma resposta integrada sobre esta matéria, tendo consciência que nos responsabiliza a todos e, em particular, à Câmara Municipal. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lages (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Começaria por referir, relativamente ao relatório, que parece-me que é importante também, que a Assembleia Municipal não só ouvisse os peticionários e munícipes que aqui se querem dirigir a nós, e bem, mas também que os esclarecesse

acerca das competências que os órgãos municipais, em termos de junta e de câmara, e de assembleia de freguesia, porque infelizmente para nós não temos as competências de que gostaríamos e não podemos mudar, tanto quanto gostaríamos de mudar, na Cidade de Lisboa, e se pudéssemos, ir um bocadinho mais além.-----

----- Mas o facto, e como já aqui foi dito, algumas das intervenções aqui feitas pecam por injustas porque nós fomos ao local, nós ouvimos, nós reunimos com as pessoas, nós tivemos reuniões na Junta de Freguesia, com as Associações de Moradores, com as Associações de Comerciantes, e depois fomos visitar o local, fizemos isto em duas vezes, em duas noites, não foram consecutivas, foram estudadas, foi dentro daquilo que foi organizado pelas associações de comerciantes, com as Associações de Moradores a acompanhar as visitas, portanto, houve aqui um trabalho que não foi feito de um dia para o outro. E, portanto, vir aqui dizer-nos que é um péssimo trabalho, aquele que está a ser feito, aquele que é apresentado por esta comissão parece-me um bocadinho injusto por parte dos munícipes que aqui estiveram hoje. -----

----- Por outro lado, também não podemos imputar toda a responsabilidade à Câmara enquanto órgão executivo, porque também é nossa responsabilidade e o Senhor Deputado Victor Gonçalves sabe-o bem porque eu disse-lhe na Comissão, nós temos de exigir à Câmara Municipal, mas também nos compete a nós enquanto representantes dos partidos, enquanto eleitos pelos partidos, fazer força junto das nossas forças partidárias representadas na Assembleia da Republica para proceder a alterações legislativas, porque essa é a sede onde as leis são mudadas, e onde podem efetivamente, fazer alterações. -----

----- Nomeadamente, o Senhor Deputado Victor Gonçalves sendo Deputado pelo partido que está, atualmente, no Governo poderia ter tido aqui alguma influência junto do seu partido para que algumas coisas viessem a mudar. Mas em breve trataremos desse assunto.-----

----- De qualquer forma dizer que é interessante ver que o CDS-PP e o Senhor Deputado Diogo Moura, entende que devíamos voltar à mesma fórmula da Vinte e Quatro de Julho, registei com algum interesse, atendendo àquilo que sugeriu hoje aqui, dizendo que temos uma longa margem voltar à experiência da Vinte e Quatro de Julho, enfim, é uma questão que poderemos voltar a discutir no futuro, mas em simultâneo apresentar aqui uma marca para o Bairro Alto.-----

----- Quanto aos sanitários, dizer-lhe aquilo que já lhe disse, aquando apresentamos aqui a moção que votamos favoravelmente, isso não pode servir para desresponsabilizar os privados, e os operadores privados, de terem instalações sanitárias condignas.-----

----- Dizer que no futuro, esta Comissão vai continuar na rua, vai continuar junto daquilo que são os problemas da cidade. -----

----- Dizer que contamos com as propostas do PAN, que desta vez não vieram, mas que virão, certamente, no futuro. -----

----- E agradecer, de facto, o trabalho da Junta de Freguesia que tem sido feito com as Associações dos Moradores, com as Associações de Comerciantes. -----

----- E agradecer, naturalmente, à Câmara e este ponto de situação que demonstra que estão a ser tomadas medidas concretas, que há uma estratégia, que há uma visão integrada.-----

----- E dizer, por fim, que há um trabalho feito no local. Há que separar aqui, e que só foi dito por uma pessoa, até agora, o bom do mau comércio. Acima de tudo há que perceber que há um problema de higiene urbana, de ruído, de ocupação do espaço público, de segurança. Mas com as Associações de Comerciantes e de Moradores, com as autarquias, Junta de Freguesia e Câmara Municipal, pelas pessoas e por Lisboa, temos de resolver o problema, vamos resolver o problema, certamente. E, por isso, este parecer mereceu a concordância de todas as forças políticas representadas na 2ª Comissão.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “É apenas para esclarecer o Senhor Deputado Manuel Lage que quando eu falo na zona ribeirinha falo da zona compreendida entre a linha dos caminhos-de-ferro e o rio. Portanto, se o Senhor Deputado visitar os espaços noturnos que antigamente existiam na Doca, na Doca do Espanhol, na Doca de Santo Amaro, percebe que estão totalmente ao abandono, porque estas pessoas transferiram-se todas para as zonas entre Santos, Corpo Santo e o Bairro Alto.-----

----- Agora, é preciso perceber se o PS concorda com esta iniciativa do Vereador Sá Fernandes criar uma zona de diversão noturna, tal como criou no Cais do Sodré, e começar a criar nas zonas habitacionais da cidade. Isso é que é preciso esclarecer. E, portanto, eu penso que isto seria uma mais-valia começar a pensar na zona ribeirinha para esta fruição e para este uso.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte:-----

----- “Terminamos as intervenções deste ponto da ordem de trabalhos, que visava apreciar as propostas de recomendação à Câmara, contidas no relatório da 2ª Comissão Permanente que temos estado a apreciar.-----

----- Essas recomendações constam da parte final do relatório, são nove recomendações, a nona já não é à Câmara, e portanto, é retirada a recomendação número oito, com o acordo de todos, pelo que são sete recomendações. A última recomendação que visa a Junta de Freguesia, nós não temos competência para fazer recomendações à Junta de Freguesia, pelo que sugiro que não votemos essa recomendação, naturalmente, a junta acolherá o que está aqui, mas nós temos competência apenas para fazer recomendações à Câmara, e portanto, seriam as primeiras sete recomendações do relatório.-----

----- Portanto, temos sete pontos para votar, e ninguém pretende a votação em separado, pelo que vamos votar este conjunto de sete recomendações, as primeiras sete recomendações do relatório da 2ª Comissão. Não existem votos contra, abstenção do PAN, e os votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PNP, PAN e 6 IND. O **ponto 2 da Ordem de Trabalhos** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Estas sete recomendações serão, agora, encaminhadas à Câmara e serão dadas conhecimento a quem terão de ser dadas conhecimento, agradecendo a Mesa o trabalho e o esforço feito pela 2ª Comissão, e lembrando que, apesar de tudo, apesar de alguns Senhores Deputados terem ficado um pouco tristes e terem considerado injusto as apreciações que foram feitas aqui pelo público, a verdade é que foi retirada a oitava recomendação que era aquela, precisamente, que tinha suscitado mais dúvidas no público, portanto, vale sempre a pena ouvir, ponderar e decidir depois.-----

----- Vamos passar ao **ponto 3 da Ordem de Trabalhos.**” -----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO CONTIDA NO PONTO 10 DO PARECER DA 8ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE A PROPOSTA 372/CM/2014, APROVADA PELA CML E RELATIVA À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMEL AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ARTIGO 4º, DA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º E DO ARTIGO 75º, TODOS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA; (2XGRELHA BASE-68M)** -----

----- (O **Parecer** da 8ª Comissão, Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança fica anexado à presente Ata como **anexo VIII** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “E eu tenho de dar uma informação. O ponto número três é uma apreciação conjunta da proposta de recomendação contida no ponto dez do parecer da 8ª Comissão Permanente, sobre a proposta 372/2014, e que tem a ver com a alteração dos estatutos da EMEL, e esta prevista uma proposta de recomendação minha que, aliás, ontem foi dado conhecimento à Conferência de Representantes, que não era uma proposta de recomendação, mas sim uma proposta de deliberação, a proposta, no fundo, visava submeter ao Plenário um pedido de parecer à tutela, neste caso à Direção Geral das Autarquias Locais, e chegou-se à conclusão, em sede de Conferência de Representantes, que a Mesa não tem de pedir licença a ninguém e, muito menos, ao Plenário para pedir os pareceres que entender. -----

----- Portanto, eu vou ponderar, vou ver como decorre a discussão, qual é o resultado dela e, em face disso, a Mesa fará aquilo que entender, e se entender que deve pedir um parecer jurídico a outra entidade, ou à tutela, assim o fará. Mas, de facto, não carece de deliberação do Plenário, é uma competência que a Mesa pode assumir por si só sem qualquer dificuldade e é por essa razão que não é incluída, aqui hoje, na discussão, essa proposta de deliberação. Portanto, peço para depois ser corrigido na ata a Ordem de Trabalhos uma vez que será, apenas, a apreciação da proposta de recomendação da 8ª Comissão. -----

----- E vamos dar a palavra a quem está inscrito. Não está presente o Senhor Presidente da 8ª Comissão pois encontra-se no estrangeiro, pediu-me para dar essa explicação ao Plenário. O Senhor Presidente em exercício da 8ª Comissão, que é o Senhor Deputado Municipal José Franco, fará uma apresentação sumária desta proposta. Portanto, agradecia que o fizesse em substituição do relator que era o Presidente da 8ª Comissão. -----

----- Esta apresentação das conclusões dos relatórios das comissões não é sujeita a tempo, nos limites do Regimento. Foi por isso que, há pouco, eu pedi ao Senhor Deputado Victor Gonçalves para se conter, e o mesmo digo agora, para fazerem uma apresentação sucinta uma vez que não há limite de tempo, pelo que deixo ao vosso critério.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Franco (IND)** no uso da palavra, na qualidade de relator, fez a seguinte apresentação do parecer:-----

----- “Conforme me foi solicitado, e no impedimento do Presidente da 8ª Comissão, Fernando Nunes da Silva, proponho-me dar aqui uma breve nota do trabalho efetuado pela 8ª Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança, relativamente a esta matéria de alteração dos estatutos da EMEL.-----

----- Realizámos duas reuniões, uma em setembro, e outra a dois de outubro. A primeira reunião contou com a presença do Conselho de Administração da EMEL que convidamos para os ouvir com o propósito de conhecermos o sentido das alterações aos estatutos da EMEL que estão em apreço.-----

----- Faltava referir, e peço desculpa, que a nossa comissão reuniu com o impulso de uma solicitação que foi formulada pela Câmara, no sentido da nossa 8ª Comissão se pronunciar acerca desta matéria. Portanto, é uma situação fora do comum, não é a Câmara que se está a dirigir à Assembleia Municipal como um todo, mas, neste caso concreto, foi solicitada a audição da 8ª Comissão. E foi na sequência desse pedido que reunimos. Também por ausência do Senhor Deputado Fernando Nunes da Silva, tive eu, nos termos regimentais, que o substituir. Portanto, essa reunião começou, como já referi, com a audição do Conselho Administração da EMEL que, diferentemente, das nossas expectativas, acabou por centrar as suas intervenções em considerações de ordem jurídica sobre a necessidade, maior ou menor, dessas alterações que são propostas para os estatutos da empresa, enfim, foi-lhes dada oportunidade, ainda que defraudando a nossa expectativa, foi-lhes dada a oportunidade de explicar em que é que entendiam que as alterações que estão em estudo são juridicamente necessárias, aliás, até à apresentação que um dos membros do Conselho de Administração da EMEL fez à Comissão, tinha significativamente, o título de os imperativos legais, ou em periodicidade legal, salvo erro, das alterações, portanto, a discussão feita nessa sessão da Comissão, manifestou de forma muito expressiva o descontentamento, a insatisfação, da Comissão relativamente àquilo que nos foi presente. A reunião não foi conclusiva, nessa data, e foi realizada uma nova reunião, em dois de outubro, já presidida por Fernando Nunes da Silva, em que, tendo havido tempo em preparar uma proposta de recomendação que, aliás, foi enriquecida com contributos de diferentes Deputados, e que foi analisada, em detalhe, na própria sessão da Comissão, e foi finalmente aprovada por unanimidade. E sublinho que recolheu o voto positivo de todas as forças políticas representadas na 8ª Comissão.-----

----- Os Senhores Deputados conhecem o texto desse parecer, e proposta de recomendação aqui ao Plenário da Assembleia. Eu só gostava de chamar a vossa atenção que, conforme se pode ler na parte final do documento, foi entendimento unânime da Comissão Permanente que a competência para alterar os estatutos da

EMEL não pode deixar de ser detida pelo órgão a quem cabe aprová-los, ou seja, a Assembleia Municipal, portanto, foi entendimento da Comissão que, em face das conclusões a que chegamos, se deveria, e esta é a parte que é submetida aqui ao Plenário, recomendação face ao entendimento exposto a 8ª Comissão recomenda ao Plenário que a Câmara Municipal de Lisboa submeta à Assembleia Municipal de Lisboa a proposta de alteração dos estatutos da EMEL, para que esta Assembleia se possa pronunciar como lhe compete. -----

----- Foi este o documento que saiu da 8ª Comissão, e que só hoje é que foi possível, enfim, na sequência da apreciação em sede de Conferência de Representantes, só hoje foi possível estarmos nós aqui no Plenário a ser postos perante ela. -----

----- Entretanto, há novos dados sobre os quais temos de refletir. A Câmara, efetivamente, já se debruçou na sessão da semana passada, sobre esta matéria. De qualquer modo, nós Comissão fizemos aquilo que nos cabia, e submetemos ao Plenário esta proposta. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Eu queria só registrar que a proposta que foi apreciada na 8ª Comissão, e que mereceu este relatório, o mesmo foi dado conhecimento à Câmara. Depois disso, a Câmara manteve a sua posição, portanto, agendou e votou a alteração dos estatutos da EMEL, mas também agendou e votou a alteração dos estatutos da SRU Lisboa Ocidental, com base no mesmo entendimento. -----

----- Neste momento, o problema que se coloca já não é só em relação aos estatutos da EMEL, é também em relação aos estatutos da SRU Lisboa Ocidental.-----

----- Seja como for, isto é apenas para vosso conhecimento, e cá estaremos depois para ver como é que lidamos com a matéria. -----

----- Vamos prosseguir com o debate.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em relação a esta questão, ao relatório da 8ª Comissão Permanente, naturalmente, que o PCP está inteiramente de acordo com o parecer que foi aqui explanado, e aliás, no seio da Comissão votámos favoravelmente. -----

----- Esta proposta foi, primeiro, adiada na Câmara por se ter questionado a necessidade da mesma ser submetida à apreciação da Assembleia Municipal. Embora exista um parecer jurídico, do Departamento Jurídico, que concluí pela incompetência da Assembleia Municipal nesta matéria, parece-nos muito grave que tal não seja feito pois estamos perante uma questão que também é uma questão política. Aliás, toda esta situação é, no mínimo, absurda. -----

----- A Assembleia Municipal tem competência para se pronunciar sobre a criação de empresas municipais, mas não sobre as alterações aos seus estatutos que venham a ser feitas, podendo desvirtuar os considerandos da criação dessas empresas. -----

----- A proposta 372/2014, aprovada em Câmara, visa aprovar os estatutos da EMEL, nomeadamente, dotar a EMEL do objeto social para que possa vir a assumir as responsabilidades do município numa possível concessão da CARRIS e do Metro. -----

----- Esta alteração demonstra a intenção da maioria do António Costa em conseguir a concessão do transporte público da Cidade de Lisboa, para depois entrega-la imediatamente à gestão da EMEL, desviando, assim, a gestão do município e seus órgãos, dificultando a fiscalização por estes, viabilizando uma gestão pelo Conselho de Administração da EMEL de um dos setores de maior importância para a população, não só do município, mas de toda a área metropolitana. Mais, demonstra, ainda, que as negociações com o Governo devem estar mais avançadas do que o que tem sido afirmado pelo Presidente, estando assim este a incumprir com o dever de informação à Câmara que para além de decorrer da lei, foi reafirmado nesta proposta. -

----- O PCP opõe-se ao alargamento do objeto social da EMEL por considerar que este se deve cingir ao fim para que a empresa foi criada, a gestão do estacionamento.-----

----- Senhores Deputados, há questões de ilegalidade e questões políticas. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa deveria ter sido ouvida neste processo, e não pura e simplesmente, ignorada. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A proposta nº 372/2014 pretende alterar os estatutos da EMEL, Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M.,S.A. e mandar o representante do Município de Lisboa na Assembleia Geral da empresa para aprovar essa alteração. -----

----- Não pretendemos obviamente fazer agora uma apreciação sobre a alteração dos estatutos desta empresa, até porque é conhecida a nossa posição e estaremos sempre contra a subordinação desta ou doutra empresa a uma lógica comercial, e defenderemos sempre a EMEL como empresa municipal para a regulação do estacionamento na cidade, regressando ao seu objeto social original e cumprindo-o de forma competente e eficaz. Pretendemos antes pronunciarmo-nos sobre o processo em si, porque é isso que está em discussão. -----

----- Esta proposta parte do princípio que apenas compete à Câmara Municipal de Lisboa a definição e aprovação desta alteração assim como mandar o seu representante na Assembleia Geral da EMEL para propor e aprovar os estatutos.-----

----- Desta forma, há alguns aspetos a ter em conta:-----

----- 1. Aparentemente, este procedimento contraria a prática de muitos municípios que mesmo com a aprovação da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, continuam a remeter para as Assembleias municipais propostas com este propósito. -----

----- 2. Havia um pressuposto de que qualquer iniciativa da empresa fora do concelho de Lisboa ou fora do âmbito do estacionamento, deveria ser previamente autorizada e aprovada por esta Assembleia.-----

----- 3. Há um conjunto de artigos na Lei nº 50/2012 que não exclui, antes pelo contrário, que a Assembleia Municipal continue a deliberar sobre propostas desta natureza.-----

----- 4. Também a Lei nº 74/2013, de 12 de Setembro - Lei de Atribuições e Competências das Autarquias Locais e respetivos órgãos, mantém nas Assembleias Municipais a competência para deliberar sobre este tipo de assuntos. -----

----- Ora, isto levanta-nos alguns problemas: -----

----- - A AML pode deliberar sobre a criação de um empresa municipal mas depois deixa de poder aprovar os seus estatutos? Como se a Câmara apenas necessitasse da Assembleia para a criação da empresa mas depois pudesse descartá-la quando for para se pronunciar sobre alterações estatutárias. -----

----- - Tendo em conta as alterações profundas que esta proposta comporta, será natural que a Assembleia Municipal se pronuncie, principalmente quando falamos de alterações a nível do objeto social. E estamos a falar de quê concretamente? De, por exemplo, permitir à EMEL poder vir a gerir transportes públicos (eventualmente o Metro e Carris) e ter negócios fora de Portugal. -----

----- Perante estas questões, é entendimento de «Os Verdes» que a Assembleia Municipal não pode nem deve deixar de se pronunciar porque continua e deve continuar a manter esta competência, defendendo portanto que a deliberação sobre a alteração dos estatutos da EMEL deve passar também pela Assembleia Municipal. Aliás, nem se percebe que assim não seja. -----

----- Não vemos razões nenhuma para que esta competência deixe de ser da responsabilidade do órgão fiscalizador municipal a quem cabe aprovar os estatutos. ----

----- Assim, não devemos permitir que a AML seja espoliada das suas responsabilidades e competências, defendendo que deve haver uma dupla deliberação, por parte da CML e posteriormente por parte da AML, razão pela qual concordamos com a proposta de recomendação da 8ª comissão, particularmente com o ponto 10. ----

----- Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Discute-se, hoje, nesta Assembleia o parecer da 8ª Comissão Permanente, relativa à alteração dos estatutos da EMEL, parecer esse que, em nada, como sabemos, veio a alterar a decisão do executivo em aprovar a proposta que suportava esta alteração. -----

----- Não podemos, deste modo, de deixar de manifestar a nossa surpresa e desacordo face ao modo como o executivo conduziu o processo de alteração dos estatutos da EMEL. Ainda, que a legislação em vigor não impusesse, o facto de se tratar de uma alteração estatutária profunda e de uma magnitude que ainda não conseguimos perceber com clareza, mas intuímos poder alterar de forma radical a atuação do município nos referidos domínios, aconselha a um envolvimento profundo de todos os órgãos do município e de todas as forças políticas, nele representadas, por forma a obter os consensos necessários à definição de uma estratégia estável, duradoura e confiável para a reforçada e renovada política de mobilidade e transportes do município. -----

----- Assim, mesmo admitindo que o executivo considerasse que a Lei 50/2012, lhe atribuía competências que, anteriormente, eram da Assembleia Municipal, nada existe

na lei que o impedisse de fazer após uma primeira aprovação, remeter o processo à Assembleia Municipal à semelhança do que fizeram a grande maioria das Câmaras Municipais que desenvolveram processos idênticos, por exemplo, a Câmara Municipal do Porto, da Maia ou Torres Vedras, muito recentemente, e em situações semelhantes. Aliás, nenhuma desvantagem advém de uma dupla apreciação dos novos estatutos da EMEL, pelo que não se compreende esta atitude por parte do executivo.---

----- Porém, e apesar da Câmara Municipal o não ter feito, acresce o facto de discordarmos frontalmente da Câmara Municipal, neste aspeto, e acharmos que, juridicamente, é devida esta aprovação, pois a alínea n), do número 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de doze de setembro, é clara quando estabelece como competência da Assembleia Municipal deliberar sobre todas as matérias previstas no Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, e das participações locais que o mesmo não atribua à Câmara Municipal, a saber, o parecer que sustenta a posição da Câmara, proferido por um jurista do seu Departamento Jurídico, apenas reconhece que no teor da Lei 50, não existe qualquer norma que atribua, especificamente, a competência da decisão para a alteração dos estatutos das empresas locais a qualquer órgão das entidades públicas participantes, o que no entender dos Deputados Municipais Independentes conduz à obrigatoriedade de submeter a alteração dos estatutos da EMEL à Assembleia Municipal, o órgão convocado para a criação desta, ou de qualquer outra empresa municipal. O que não deixa. Para os Deputados Municipais Independentes, aliás, margem para dúvidas, que esta é uma competência desta Assembleia.-----

----- Por redução ao absurdo, não faria sentido a Assembleia Municipal aprovar a criação de uma empresa municipal, e no dia seguinte a Câmara Municipal alterar radicalmente o seu objeto, como é evidente.-----

----- Gostávamos, ainda, de dizer que a explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, na anterior intervenção, não nos satisfaz. Chame-lhe o que quiser alterações, transformações, mas a questão mantêm-se, o objeto e os estatutos da EMEL mudaram profundamente, e devem vir a esta Assembleia Municipal. -----

----- Assim, em segundo lugar, e para nós mais importante, ainda, a questão é essencialmente, política. Sendo difícil aceitar esta menorização das competências da Assembleia Municipal por parte de quem sempre promoveu a transparência da participação pública. Trata-se, de facto, de uma questão de princípio da qual não abdicamos. Para nós, a Assembleia Municipal é a casa da cidadania e, por isso mesmo, assuntos desta magnitude de importância para a Cidade de Lisboa, não podem ser escusados daqui serem discutidos. -----

----- Note-se que esta alteração dos estatutos da EMEL não é uma questão de menos importância, dado estarem em causa a supressão de disposições existentes nos atuais estatutos que obrigam à prévia autorização e aprovação pela Assembleia Municipal de quaisquer iniciativas e projetos da EMEL, fora do Concelho de Lisboa, e do domínio do estacionamento, o que constitui como já dissemos, por maioria de razão, uma alteração radical do seu objeto e estatutos.-----

----- Acresce o facto de que a Câmara Municipal aprovou, ainda, para além da alteração dos estatutos da EMEL, também a alteração dos estatutos da SRU Lisboa

Ocidental, partindo do mesmo pressuposto, a nosso ver errado, de que compete apenas a este órgão municipal definir e aprovar essa alteração estatutária. Assim, a nosso ver o que é defendido pela 8ª Comissão, ou seja, que a competência para alterar os estatutos da EMEL não pode deixar de ser tida pelo órgão a quem cabe aprová-los, é também válido relativamente aos estatutos da SRU Lisboa Ocidental, ou seja, vislumbramos aqui o firmar de posições incompatíveis sobre esta matéria, uma defendida pela Câmara Municipal, e outra por esta Assembleia. -----

----- Assim, para além das dúvidas jurídicas que já apresentámos e das questões políticas que já levantámos, parece-nos que se impõe aqui uma outra questão que, à falta de melhor termo, chamamos de ética. A de um conflito de competências que só pode ser dirimida de uma forma, pedir um parecer à tutela, neste caso, à Direção Geral das Autarquias Locais e, independentemente do parecer, temos a certeza de que a lei precisa de ser corrigida, ou seja, o facto de estar a ser diferentemente interpretada por diferentes municípios e, todos eles, achando que estão no estrito cumprimento da lei, o que leva, por conseguinte, a que o problema não esteja só na posição da Câmara, mas na própria lei que deve ser clarificada e alterada pelo órgão que lhe compete, a Assembleia da República. -----

----- Sobre esta matéria, a Senhora Presidente da Assembleia apresentou na Conferência de Representantes, uma proposta de deliberação, que acompanhamos, e que vai neste sentido. Sabemos que foi retirada, obviamente, nesta mesma Conferência de Representantes, porque não teve o consenso de todas as forças políticas. -----

----- Porém, tal como fizemos na Conferência de Representantes, queremos instar a Senhora Presidente a pedir esse esclarecimento sobre a interpretação da lei que levou às posições antagónicas da Câmara e da Assembleia, que nos parece absolutamente, essencial, e por isso queríamos demonstrar o nosso apoio a esta pretensão da Senhora presidente da Assembleia, que secundamos. -----

----- Assim, a questão é simples, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal têm visões diferentes sobre esta matéria, e a votação deste parecer tornará clara a posição desta Assembleia, ou seja, se acha, ou não, que a sua competência a aprovação das propostas de alteração de estatutos de empresas municipais. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Este debate já foi iniciado no período das Declarações Políticas. O Senhor Deputado Victor Gonçalves colocou em cima da mesa e, nessa altura, o Senhor Presidente também teve oportunidade de se pronunciar. -----

----- Lamentamos que não esteja cá, nem o Senhor Presidente, nem o Vice-presidente, nem o próprio Vereador responsável pela proposta na Câmara Municipal porque, com certeza, o debate seria mais enriquecedor e teria uma contraposição por parte da Câmara. -----

----- De facto, a intervenção anterior tocou num ponto fundamental, esta lei 50/2012, está mal feita, está a ser aplicada de forma diferenciada nos vários municípios do país

e, portanto, temos um problema em mãos que deve ser resolvido. Mas eu gostaria de frisar que este é um problema político, naturalmente, com contornos jurídicos que devem ser discutidos e analisados mas é, sobretudo um problema, e um debate, que deve ser político. -----

----- A Câmara Municipal com esta proposta e com a deliberação que assumiu na Câmara Municipal, propôs, de facto, uma alteração de estatutos da EMEL, a empresa de mobilidade. Dentro das várias vertentes de alterações, tem uma componente que tem, naturalmente, pouca relevância para o nosso debate, a localização da sede social, mas tem outras que se destacam pela importância que representam para a própria EMEL e para a lógica de mobilidade na Cidade de Lisboa, a questão da internalização, os desafios tecnológicos aos quais a EMEL deve responder da melhor forma e, sobretudo, não estando na exposição de motivos da própria proposta, mas sobretudo a questão da gestão dos transportes no Município de Lisboa, refletida nos artigos 3º, e no artigo 4º. -----

----- De facto, o objeto da empresa EMEL está profundamente alterado com esta proposta. E para que isso fosse feito, entende o BE, deveria ter sido feito um estudo. Não é possível que haja uma criação de uma empresa municipal cujo objeto, cujo principal domínio de atuação, é a gestão e a operação de oferta de estacionamento na cidade, e que haja uma alteração desse objeto de tal forma profunda que permita atuar noutras cenários internacionais, permite atuar noutras vertentes de mobilidade com características tecnológicas, absolutamente, avançadas e, sobretudo, que pretenda ter uma voz e uma componente na gestão dos transportes públicos do município. E, portanto, era determinante que a Câmara Municipal de Lisboa tivesse começado este debate com um estudo a esta alteração, ou seja, esta alteração do objeto da EMEL implica alterações profundas na lógica da mobilidade em Lisboa. Muito bem. Teria de ser feito um estudo, qual o impacto? Quais os benefícios desta alteração? -----

----- Naturalmente que, este estudo que teria como consequência o alargamento do objeto social, não foi feito. Foi simplesmente uma proposta do Vereador Manuel Salgado apresentada no executivo, para mandar o representante da Câmara na Assembleia Geral da EMEL, o Arquiteto Manuel Salgado, para que pudesse deliberar sobre a alteração do estatuto. Isto inverte qualquer lógica de transparência e de controlo democrático, num tema tão essencial para a vida na Cidade de Lisboa. -----

----- Já percebemos que a Câmara Municipal de Lisboa privilegia uma eficácia interna sem discussão dentro do executivo, fazendo uso autoritário da sua maioria e, numa perspetiva inversa, abrir o debate à Assembleia Municipal e permitir que haja um pronunciamento sobre esta matéria. -----

----- Claro que o Senhor Presidente da Câmara já fez aqui várias intervenções sobre as negociações sigilosas que está a ter com o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, fez a sua profissão de fé sobre o debate, sobre o combate que fará sobre os serviços públicos de transporte em Lisboa, mas a verdade é que esta Assembleia Municipal deveria ter mais informação e, sobretudo, deveria haver uma maior transparência sobre qual é a decisão que está em cima da Mesa, e essa transparência não existe. -----

----- E neste momento o que assistimos é uma tentativa, ou uma concretização, por parte do executivo, e do Senhor Presidente, de se esconder atrás do “biombo jurídico” para que esta Assembleia não faça esta discussão. Lamentamos que assim, seja. Aliás, começa a tornar-se recorrente este abuso de autoridade de quem tem uma maioria e de quem deveria dar conta da sua atuação a este órgão, que tem como finalidade exatamente, essa fiscalização da atuação. E, portanto, no momento em que decidimos algo tão importante como o futuro da mobilidade no Concelho de Lisboa, e portanto, tem de ser feitas escolhas claras. Teremos de escolher se queremos, por um lado, privilegiar o serviço público, se queremos que ele seja um serviço de qualidade, se queremos que a qualidade ambiental seja privilegiada, se queremos que haja um serviço universal, que não temos transportes só onde eles são rentáveis, mas que vão servir toda a população do município, combatendo, as ineficiências de forma integrada e para que permitam que haja uma gestão o mais eficiente possível, sem desperdício de recursos. Ou então, se temos neste momento de definição de escolha uma lógica de maximização dos lucros e, portanto, uma lógica empresarial que olha para os transportes como mais uma fonte de rendimento em que a adaptação da EMEL é feita em função deste objetivo em prol do que deveria ser a defesa do serviço público. -----

----- Assim sendo, e para terminar, informamos e já pedimos a distribuição aos grupos municipais, um contributo de análise jurídica, frisando que este é um debate político, mas que o Senhor Presidente tem um parecer jurídico dos seus serviços, nós, também, temos o nosso, e o nosso diz precisamente o contrário.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mais uma vez, eu tinha razão, e a Senhora Presidente evitou que o Senhor Presidente da Câmara respondesse, era ótimo que ele tivesse respondido na altura, porque agora não temos cá o Senhor Presidente e nem o Senhor Vereador Manuel Salgado. -----

----- Este é um problema crucial e que tem, obviamente, de ter a intervenção desta Assembleia Municipal. -----

----- Em boa hora, a Senhora Presidente penso que pretende que esta Assembleia venha indagar junto da DGAL, sobre a legitimidade jurídica deste tipo de aprovações, mas para mim é inquestionável. E digo mais, este erro e esta ilegalidade, infelizmente, começa num período em que este Deputado que está à vossa frente, era Vereador, e se calhar, não se lembra de isto ter acontecido, que é quando, em 2011, e a Senhora Presidente também estava, nessa altura, na vereação, quando em 2011, foram aprovados os anteriores estatutos da EMEL, porque esses estatutos de 2011, estão ilegais. E é na base desta confusão toda que, agora, o Senhor Presidente diz que tem toda a legalidade, porque os estatutos anteriores diziam o que não podem dizer, que era competência da Assembleia Geral a alteração estatutárias. Como é que é possível que uma empresa local de interesse geral, possa ter na sua própria Assembleia, que é uma pessoa, a capacidade de alterar isto tudo? E quando eu digo isto tudo, eu só vou ler aqui o ponto seis da proposta que foi aprovada em Câmara, proposta nº 372, que de

facto é exemplar, como é que é possível que a Câmara aprove este clausulado consciente de que não devia sujeitá-lo, o mesmo, à Assembleia Municipal.-----

----- Também os artigos; 2º, 3º, 4º, 20º, 24º, 26º e 32º, dos atuais estatutos, devem ser ajustados de modo a preparar a montagem próxima e a concretização de novos instrumentos jurídicos de relacionamento entre o município e a EMEL que melhor de coadunem com o mandato alargado de interesse económico geral cometido, ou a ser cometido, à empresa. Então uma coisa desta extensão? Uma alteração total daquilo que é a EMEL em relação ao passado, é aprovada por uma pessoa? Neste caso, pela Assembleia Geral, uma pessoa, e que é o Senhor Vereador Manuel Salgado. -----

----- Portanto, há aqui duas ilegalidades, uma começou em 2011, e aí eu penalizo-me que estava na Câmara, e se calhar devia ter feito mais do que o que fiz, e agora esta que vem concretizar e vem apoiar aquilo que estava decidido, em 2011, porque se não tivesse decidido, em 2011, aquela pergunta que eu fiz ao Senhor Presidente, “onde é que está escrito que compete à Câmara, ou ao órgão executivo, alterar os estatutos?”. Na lei 50/2012, não está isso em lado nenhum. As competências em termos de estatutos, são exatamente as mesmas que tem a Assembleia Municipal, ou seja, a constituição e a dissolução, a transformação, a internalização, a fusão ou a alienação de capital. A Assembleia tem essas competências sob proposta do executivo. Mas o executivo por si só, em lado nenhum, por isso eu perguntei ao Senhor Presidente onde é que isso estava escrito, em lado nenhum tem competência direta e exclusiva para alterar os estatutos. A única hipótese que poderia vir a ser considerada era aquela que refere, como eu disse antes, relativamente às orientações estratégicas. Mas as orientações estratégicas, que são dadas pela Câmara, com alguma regularidade que está definida na lei, essas orientações são na base dos direitos societários da empresa, dos direitos que existem, não é alterá-los. Ora, se alteramos os estatutos, alteramos o direito societário, é óbvio. -----

----- Portanto, há aqui um imbróglho, há aqui um erro que começa em 2011, e que tem de ser, forçosamente, esclarecido. -----

----- E já aqui foi referido, e eu saliento isso, e o papel da própria Comissão de Mobilidade, e a unanimidade que se conseguiu na própria Comissão, e o papel do Partido Socialista que foi muito importante, até porque fez uma adenda onde esclarece e reforça esta situação, e isto é sempre bom de salientar porque é um partido da maioria e podia estar alinhado com o executivo e teve a independência de não o fazer, e acho bem. -----

----- Há outro aspeto que eu gostaria aqui de referir. É como é que aparecem na reunião da 8ª Comissão todo aquele número de elementos da EMEL, toda a Administração mais alguns assessores, que não foram convocados por ninguém, pelo menos, na Comissão ninguém os convocou. É de tal maneira, que o Partido Socialista diz que não os quer ouvir. E se estou errado, que me desmintam. Foi o que percebi. Mas eles continuaram a debitar, a debitar, da forma mais extensível que puderam e, conseguiram. Portanto, isto também tem de ser esclarecido. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Se há tema que tem sido recorrentemente, debatido nesta Assembleia Municipal, é o tema da mobilidade, é o tema dos transportes. Começou na primeira reunião desta Assembleia Municipal. Tem sido prosseguido ao longo das diversas interpelações à Câmara feitas aquando dos debates sobre as declarações políticas. Foi aprofundado aquando do debate temático sobre os transportes que, ainda, não está concluído. E, portanto, tem sido um tema muito debatido entre todos os grupos municipais, na Câmara, na Assembleia, nomeadamente, em sede de Conferência de Representantes, e não vale a pena iludir esta questão, é um tema controverso e que suscita diferentes opiniões, em parte aprofundadas agora, com a questão da alteração dos estatutos da EMEL. -----

----- Consideramos, face ao que tem sido anunciado como intenção do Governo, que é o de concluir a privatização das redes de transporte em Lisboa, até ao final do ano, e lembro os Senhores Deputados Municipais que estamos no final de outubro, estamos com sessenta dias á frente para conhecer uma solução que desconhecemos, e com este contexto é importante percebermos o que queremos valorizar, e o que deve ser desvalorizado. -----

----- Estamos perante uma produção legislativa, recorde 2012-2013, portanto, é uma produção legislativa de uma maioria governamental CDS-PP/PSD, e que, aparentemente, contém erros, trás para as autarquias dificuldades de interpretação até insanáveis, e isso foi reconhecido, aqui, pelo Senhor Deputado Victor Gonçalves. Portanto, há um instrumento jurídico de decisão que não é perfeito e, portanto, é com essa imperfeição que temos de lidar. -----

----- Apesar disso, não somos favoráveis à criação de clivagens num tema que é essencial para a Cidade de Lisboa. O tema dos transportes recomenda que a cidade disponha dos mecanismos legais que a habilitem a intervir, se necessário, para evitar que em Lisboa aconteça uma privatização apressada e lesiva como sucedeu, por exemplo, com a ANA, cujos custos foram, e são, suportados pelos contribuintes. -----

----- Entendeu a Câmara Municipal de Lisboa que é o órgão competente para aprovar a alteração estatutária da EMEL. E permite, até, estrutura-la como gestora das redes de transportes. Fundamentou essa posição num parecer jurídico que apresentou, atempadamente, à Assembleia e que hoje, face a esta apreciação, e na qualidade de jurista, considero que até foi muito bem explanado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Obviamente, percebe-se a intenção dos grupos municipais, especialmente, o PSD que não suporta esta maioria, e que aproveite estes momentos para realizar alguma oposição. Mas nos que diz respeito à maioria, a diversidade de opiniões não prejudica, não deve prejudicar a atuação na Cidade de Lisboa, em prol da população, e em prol de um compromisso que estava presente no programa eleitoral e que é o de assumir responsabilidades efetivas na gestão das redes de transporte, em Lisboa. Esta pluralidade é, e há de continuar a ser uma mais-valia para a Cidade de Lisboa. -----

----- O compromisso e a diferença de opiniões fazem parte da vida democrática, mas a convergência em momentos críticos é fundamental. Nestes momentos decisivos os eleitos locais, apesar das concessões jurídicas que podem suscitar alguma controvérsia, têm efetivamente, o dever de prosseguir o interesse das populações. E perante uma privatização em curso oculta, desconhecida, cujas soluções não se sabe quais são, há que unir esforços e habilitar a Câmara, em particular, através dos instrumentos que dispõe, eventualmente a EMEL, de poder intervir, de evitar, de condicionar, de reclamar uma aspiração que é essencial para a cidade. -----

----- Por este motivo, o Grupo Municipal do Partido Socialista não considera prejudicada a sua capacidade de atuação, ou exercício de competências, na Assembleia Municipal de Lisboa, pela não deliberação do mandato do representante do município na proposta de alteração de estatutos da EMEL. Não nos circunscrevemos a questões jurídicas, não nos servimos de argumentos jurídicos para fazer o debate político. Alguém dúvida que a concretização da assunção de responsabilidades sobre os transportes em Lisboa, não terá de ser debatida e deliberada nesta Assembleia? Já concluímos o debate sobre a mobilidade e transportes em Lisboa? Alguém com razoabilidade considera que pelo facto de a EMEL passar a ter nos seus estatutos a atribuição de gerir os transportes públicos, significará uma atuação isolada face aos órgãos do município? Alguém considera que a Câmara Municipal de Lisboa tem atualmente previsão orçamental que viabilize esta alteração de paradigma e estará dispensada de, em tempo, submeter os devidos documentos profissionais à aprovação deste órgão deliberativo? A resposta a estas questões diz-nos que a alteração estatutária é uma questão, predominantemente, jurídica e instrumental. A questão política está acima de tudo na discussão que se poderá realizar aquando do já mencionado debate, debate esse que teve na sua última sessão uma participação empenhada e esclarecedora da parte do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e uma não tão clara intervenção do Secretário de Estado dos Transportes que tutela esta área, como sabem. -----

----- Outras figuras regimentais permitem à Assembleia Municipal de Lisboa acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal. -----

----- Na questão política de fundo, até é possível afirmar que existe uma maioria clara nos diferentes órgãos municipais quanto ao posicionamento do município perante o Governo e na necessidade de ser o município a gerir a mobilidade do território que administra. É o que se percebe das transcrições das reuniões em Câmara. Não há uma oposição de fundo à assunção de responsabilidades ao nível da gestão de transportes públicos. -----

----- O que nós queremos é um papel claro do Município de Lisboa na gestão dos transportes da cidade. Não queremos, como já referimos, que a privatização do Metro e da CARRIS arrede Lisboa do processo em benefício de escolhas mais, ou menos, transparentes por um Governo que, reconhecamos, está em fim de ciclo. -----

----- Queremos um tratamento equitativo relativamente ao passivo histórico e aos direitos originários do Município de Lisboa relativamente aos sistemas de transportes.-

----- E a EMEL pode dar um contributo neste processo, pois vem sendo consolidada a ideia da vantagem da integração da mobilidade e do estacionamento numa operação integrada. Esta está, e continuará a estar, com alteração aprovada pela CML.”-----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, peço imensa desculpa mas, de facto, já ultrapassou o seu tempo. Nenhuma bancada cedeu tempo, e portanto, eu não posso, neste momento, resolver o problema, porque não posso estar a dar um tratamento diferenciado às várias bancadas.-----

----- Se alguma bancada quer ceder tempo ao PS, agradeço que sinalizem na Mesa, para que o Senhor Deputado possa concluir. Quem é que dá tempo? O PNPB cede tempo, e eu peço para concluir porque é muito desagradável a circunstância da Mesa pedir às pessoas para concluírem, nenhum dos Senhores Deputados ter feito a negociação de tempo entre as bancadas, e a Mesa vê-se aqui confrontada com acusações de que está a tirar a palavra a este, e àquele. Não quero tirar a palavra a ninguém, só peço para cumprirem os tempos regimentais. Portanto, faça o favor de concluir, Senhor Deputado. O PNPB cedeu tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra, declarou o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, agradeço a sua intervenção. Encontrava-me, diria, a trinta segundos de concluir a intervenção. E já agora registo que denoto alguma diferença de tratamento relativamente a outras intervenções que também excedem o tempo, e que não tiveram uma tão vincada limitação por parte da Mesa da Assembleia.-----

----- Para concluir, refiro que se compreendem as motivações de alguns Grupos Municipais que pretendem algum pretexto para fazer oposição à Câmara Municipal de Lisboa agora, mais vincadamente, à figura do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. António Costa, alojando-se ao mediatismo crescente da sua gestão, mas estas motivações estão dispersas nas agendas partidárias, não interessam tanto à cidade no momento crítico em que se decide o futuro dos transportes em Lisboa.-----

----- Consideramos que devem os Deputados Municipais prosseguir, especialmente, os que formam a maioria, prosseguir um compromisso de competência apresentado ao eleitorado, e votado pela maioria dos lisboetas.-----

----- Consideramos que o que interessa mesmo à cidade é dizer às pessoas que os Órgãos do Município de Lisboa estão empenhados em garantir melhores transportes, mais mobilidade, melhor ordenamento do espaço público com menores custos para as pessoas, para as famílias. É isto que nos interessa, não tanto a questão estatutária da EMEL.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não tinha intenção nenhuma de intervir no debate, mas nós assistimos, hoje, à maior pirueta política que existe memória desde que se iniciou este mandato. Uma pirueta, Senhora Presidente. Porque, afinal, para o Partido Socialista o que está em causa, nas palavras do Senhor Deputado João Pinheiro, não é a questão estatutária, nem a alteração dos estatutos da EMEL, nem é a violação de um princípio básico em

democracia e que é a transparência e o princípio da responsabilidade entre eleitos e eleitores. Não é este o problema para o Partido Socialista. Parece que hoje, depois de alguma pressão por parte da Câmara, que o Partido Socialista afinal só se interessa com a questão dos transportes em Lisboa. Mas, Senhora Presidente, para que fique em ata, o Partido Socialista, na 8ª Comissão, apresentou uma declaração política dos seus membros, onde diz o seguinte: “politicamente, dada a transformação estrutural existente não se entende, repito, não se entende, a não submissão á Assembleia Municipal a alteração estatutária da EMEL. -----

----- O Partido Socialista que hoje vem aqui fazer uma pirueta do mandato, dizer que não são os estatutos que estão em causa, e que não é a sua submissão à Assembleia Municipal dos estatutos de uma empresa municipal, ou seja, que a Assembleia Municipal, na voz deles, não tem responsabilidade em fiscalizar o seu parque empresarial da Câmara Municipal. -----

----- Aquilo que disseram a semana passada com uma declaração política assinada pelo líder de bancada, onde o Deputado João Pinheiro votou favoravelmente, também, vem hoje dizer que afinal isso não conta nada. O que conta é a gestão dos transportes em Lisboa, e a incompetência do Governo em privatizar os transportes. Fica registado, Senhora Presidente, fica registado para a tal maioria de confiança dos eleitores. Mas também fica registado a capacidade que o Partido Socialista tem em trair essa confiança.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Depois dos dez minutos de fama do Deputado Sérgio Azevedo, toda a gente tem direito a tê-lo durante quatro anos, teve agora, os seus dez minutos de fama. -----

----- Só dizer que a Câmara Municipal sobre esta matéria, sempre teve uma posição clara e firme, e foi constatada pelo Senhor Presidente, aqui. -----

----- A Câmara Municipal, em momento algum, escondeu a sua posição, ao contrário daquilo que aqui foi insinuado, e o Senhor presidente teve a oportunidade de vir aqui, hoje, de forma clara e explícita, referir a sua posição. Mais, a Câmara Municipal concordou com uma consulta à 8ª Comissão para se poder falar sobre a questão dos estatutos da EMEL, sendo que a Câmara Municipal tem uma atitude profundamente transparente em relação a esta matéria, e é a primeira vez que a Câmara Municipal se está a pronunciar sobre o tema. Portanto, eu não percebo muito bem a sua cultura democrática, e s forma como faz a avaliação sobre a pronúncia. -----

----- Os Senhores Deputados estão muito nervosos e não vemos razão para tal. Pelo que volto a dizer que a Câmara Municipal, sobre esta matéria, teve uma posição bem clara, sempre a assumiu. Assumimos, naturalmente, que haja partidos que tenham posições diferentes sobre esta matéria, mas a Câmara Municipal tem uma posição muito clara, existe um parecer do Departamento Jurídico da Câmara Municipal, como aqui foi dito, que reforçaSenhora Presidente, eu não sinto que tenha condições para terminar a intervenção.” -----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, nós vamos proceder a uma votação, dentro de momentos, e aí veremos qual é que é a posição da Assembleia Municipal. Até lá. Peço aos Senhores Deputados que acompanhem o debate com a devida dignidade. Portanto, o Vereador Duarte Cordeiro está a falar, o Vereador termina a sua intervenção. -----

----- Por favor, já considero isso desagradável para a Mesa. A Mesa está a dirigir os trabalhos da melhor forma que sabe e pode, portanto, peço para respeitarem o apelo que vos estou a fazer para ouvirmos o Senhor Vereador até ao fim.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, prosseguiu referindo o seguinte: -----

----- “Vou ser muito rápido. -----

----- O Senhor Presidente expôs a posição da Câmara Municipal, e a posição é clara. A Câmara entende que é da sua competência a alteração estatutária, e portanto, fê-lo de acordo com a lei. Compreendemos que haja quem entenda que a lei deva ser alterada, estão no seu direito, devem reivindicar essa alteração no fórum próprio que não é a Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, a Mesa não regista mais pedidos de palavra, vamos proceder à votação do ponto nº 10, da proposta de recomendação da 8ª Comissão. E o ponto nº 10 diz o seguinte: “*Face ao anteriormente exposto, a 8ª Comissão recomenda ao Plenário que a Câmara Municipal de Lisboa submeta à Assembleia Municipal de Lisboa a proposta de alteração de estatutos da EMEL para que esta se possa pronunciar como lhe compete*”. É isto que vamos pôr à votação. Votos contra do PS, votos de abstenção do PNPN, votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN e 6 IND. A proposta de recomendação foi **aprovada por maioria**. --

----- Agora sim, pode ser afirmado que o entendimento da Assembleia Municipal é que este assunto deveria ser discutido na Assembleia Municipal. -----

----- Isto é uma recomendação, cabe agora à Mesa dar conhecimento dela como deliberação da Assembleia à Câmara Municipal, e caber-me-á a mim, como Presidente, matutar no assunto e ver que mais diligências é que devemos fazer para que esta deliberação chegue a bom porto uma vez que, como foi evidente, há divergência entre os dois órgãos como se viu, hoje, durante toda a tarde. -----

----- O Senhor Deputado João Pinheiro quer fazer uma Declaração de Voto. Faça favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no âmbito de uma Declaração de Voto, referiu o seguinte: -----

----- “Votei contra, e apresento a seguinte Declaração de Voto: -----

----- Apesar das deselegantes e insultuosas referências da intervenção do Grupo Municipal do PSD a propósito da intervenção que fiz, explicitando a posição do Grupo Municipal do PS, queria deixar registado que, enquanto Deputado Municipal, e é nesta qualidade que faço esta Declaração de Voto, reservo a todo o momento a liberdade de apreciar aquilo que considero os interesses mais favoráveis para o município, respeitando, dessa forma, o mandato que me foi conferido pela população. -

----- Neste momento, em que é completamente desconhecida a intenção privatizadora do Governo, os moldes em que estará a ser feita, apenas se conhecendo o anúncio da intenção de ser concluída até ao final do presente ano, ou seja, nos próximos sessenta dias, é de todo, pertinente manifestar essa oposição, através da aprovação e consideração da adequação da atuação da Câmara no sentido de prevenir todos, e quaisquer, cenários que possam obstaculizar ou condicionar essa intenção do Governo em função do interesse e prioridade de assumir a gestão da rede de transportes de Lisboa.” -----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “ A Mesa regista mais um pedido de Declaração de Voto do Partido Comunista Português e do Partido Social Democrata.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no âmbito de uma Interpelação à Mesa, referiu o seguinte: -----

----- “Era no sentido de esclarecer a Assembleia se uma declaração individual de um Deputado vale por escrito, ou vale oralmente. Em nosso entendimento, vale por escrito. Porque outra coisa vale como declaração em termos de grupo municipal. Portanto, esta Declaração de Voto é inválida.” -----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, o meu entendimento é que era uma Declaração de Voto da bancada. -----

----- Não era. Então não devia ter dado a palavra ao Senhor Deputado João Pinheiro para uma declaração de voto individual que, como é evidente, e o Senhor Deputado tem razão na sua interpelação, mas eu interpretei como sendo uma declaração da bancada, portanto, peço desculpa pelo meu lapso. -----

----- Evidentemente, que o Regimento é muito claro. As declarações de voto orais feitas em nome dos grupos municipais. As declarações individuais têm de ser por escrito. Assim deveria ter sido, mas eu não me apercebi. -----

----- Mais algum grupo municipal quer fazer uma Declaração de Voto? O Senhor Deputado Victor Gonçalves pretende fazer uma Declaração de Voto pela bancada do PSD. Muito bem, tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no âmbito de uma Declaração de Voto, referiu o seguinte: -----

----- “Deputado João Pinheiro, o exercício que fez, que já foi aqui assinalado, uma grande pirueta em termos políticos, uma grande pirueta do mandato. E, de facto, aquilo que está em causa aqui não é a discussão dos transportes públicos. O que está em causa aqui e foi decisão que esta Assembleia tomou, é em relação à competência para alterar estatutos das empresas municipais, só isso. -----

----- O problema dos transportes públicos, aliás, a vossa inépcia em termos de partido, e em termos de executivo, é tal que se fizessem isto de forma mais correta se calhar teriam muito mais êxito. Se ao invés de terem esta tentativa de enganarem a Assembleia Municipal, e ultrapassar a Assembleia Municipal, fizessem isto de forma correta como têm a maioria, provavelmente conseguiriam aprovar tudo o que quisessem a seguir. -----

----- Isso é que é lamentável. E agora vêm aqui fazer a pirueta de que aquilo que está em causa é a privatização dos transportes públicos. Não é nada disso. O que está em causa, neste momento, aliás não é só em relação à EMEL, é em relação à SRU, é a incapacidade que nós reconhecemos que a Câmara tem de por si só alterar estatutos, e aquilo que nós reconhecemos e que é uma prerrogativa da Assembleia Municipal, fazê-lo. É só isto.-----

----- A conversa à volta dos transportes a dizer mal do Governo, isso não é para aqui chamada. Agora, o que é para aqui chamado é aquilo que de facto está em causa na deliberação que foi tomada pela 8ª Comissão, mais nada.-----

----- O resto é conversa, é pirueta, é tentativa de enganar os outros.”-----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte:-----

----- “Senhores Deputados, são oito horas e dezasseis minutos.-----

----- Uma declaração de voto da bancada? Desculpem, mas já gastaram o tempo com uma declaração de voto individual do Senhor Deputado. Sinceramente, «você estão a colocar a Mesa sob um teste de stress e eu não sei se a Mesa aguenta este stress. Não sei se aguentamos o teste de stress, mas enfim.-----

----- Eu pedia que a Declaração de voto da bancada fosse por escrito. Não aceitam o meu pedido. Muito bem. Digam o que é que pretendem. Alguém que dê o microfone à bancada do PS para que possa compreender o que é que pretendem.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Neves Sá (PS)** no âmbito de uma Declaração de Voto, referiu o seguinte:-----

----- “Apenas para informar, uma vez que não o consegui fazer por telefone, apesar de ter tentado, que os Senhores Deputados da 8ª Comissão do Partido Socialista pretendem entregar à Mesa uma Declaração de Voto escrita.-----

----- Muito Obrigada.”-----

----- (A presente Declaração de Voto, por escrito, não foi entregue à Mesa).-----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte:-----

----- “Fica registado em ata que há uma Declaração de Voto dos membros do Partido Socialista na 8ª Comissão sobre a presente matéria.-----

----- São oito horas e alguns minutos. Já não temos tempo para prosseguir com os restantes pontos da nossa ordem de trabalhos que ficarão para a sessão da semana que vem.-----

----- Chamo a vossa atenção que na sessão da semana que vem, dia quatro de novembro, vamos discutir a primeira revisão orçamental, será o primeiro ponto da ordem de trabalhos, e amanhã, farei a convocatória dos restantes pontos, sendo que estes transitarão para a próxima sessão.-----

----- Boa tarde a todos e muito obrigada.”-----

----- A sessão terminou, eram oito horas e vinte minutos.-----

----- Eu _____, Técnica Superior, a exercer funções de no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa

exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º
1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE -----